



Revista
Academic Research

FAP

Revista Semestral – Volume 9, Nº 16, Ago/Dez de 2023

18
anos

Construindo o
Ensino Superior
de Qualidade na
Região do Baixo
Parnaíba!

CRESU

F
A
P

COMISSÃO EDITORIAL

Ivandro de Souza Coêlho

Raimunda Nonata Fortes Braga

COMITÊ DE REDAÇÃO

Ivandro de Souza Coêlho

Raimunda Nonata Fortes Braga

SECRETÁRIA

Janaína Mascarenhas de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Profª. Grazieli Brito da Silva - FAP

Mestra em Educação – UNISC/RS

Prof. Dr. Ivandro de Souza Coelho - FAP

Doutor em Educação – UFF/RJ

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

Profª. Ma. Luciana Railza Cunha Alves - FAP

Doutora em Antropologia Social – UFPA/ PA

Profª. Ma. Edilana Wasney Vieira - FAP

Mestra em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – UEMA/ MA

Profª. Ma. Fabiana Campos Silva - FAP

Mestra em Educação – UNISC/RS

Profª. Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Raimunda Nonata Fortes Braga

Fabiana Campos Silva

Saulo Gomes Lima Félix

NORMALIZAÇÃO

Rayssa Cristhália Viana da Silva

FAP Academic Research / Faculdade do Baixo Parnaíba. v. 9, n. 16,
(jan./jul. 2023) – Chapadinha- MA, 2023.

v. 9, n. 16, (ago./dez. 2023)
Semestral

ISSN 2446-8312

1. Educação Superior – Periódicos. I. Faculdade do Baixo Parnaíba. II.
Título.

CDU 378(051)

Elaborada pela Bibliotecária Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

A *FAP Academic Research* é um periódico editado e organizado pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), instituição de educação superior localizada no município de Chapadinha, na região conhecida como Baixo Parnaíba e Alto Munim, no estado do Maranhão, Brasil. Além de cumprir o objetivo de divulgar trabalhos de alta qualidade e rigor acadêmico produzidos pelo corpo docente e discente da FAP, o Periódico tem a missão de fazer avançar a oferta de educação superior de qualidade e verdadeiramente emancipadora no interior do Maranhão.

Localizada no meio do semiárido maranhense, Chapadinha está situada numa das regiões mais pobres do estado do Maranhão, por sua vez, um dos estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Nesse contexto, os desafios envolvidos na oferta de educação superior de qualidade, sobretudo para uma instituição privada, não são poucos. Desde a frágil educação básica oferecida pelas escolas públicas locais, até as dificuldades econômicas de uma população de gente muito trabalhadora, mas muito explorada e aviltada de direitos fundamentais, acumulam-se as dificuldades apresentadas ao processo educacional na região.

Em tal cenário, a FAP acredita que somente uma educação que emancipe de maneira duradoura e sustentável pode dar sentido à continuação desse projeto, caso em que a pesquisa científica, contextualizada e consciente de sua qualidade política inerente, tem um papel fundamental a desempenhar. Mais do que profissionais tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, a FAP busca formar cidadãos críticos e capazes de transformar a sua realidade e a daqueles a sua volta. É justamente esse processo de emancipação que pode ser favorecido pelas habilidades de pesquisadores cuja função básica é tirar paradigmas do pano de fundo social, questioná-los e, se necessário, desconstruí-los.

Contamos, portanto, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica da FAP para enriquecer cada vez mais a produção científica séria e crítica desta IES. Da mesma forma, convidamos professores, estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutoramento, a contribuírem com o periódico com seus trabalhos e pesquisas, a fim de fortalecer a missão de Davi contra Golias, que é esta de viabilizar a pesquisa e a emancipação pela educação no interior do Maranhão.

Os trabalhos devem ser enviados em arquivo eletrônico em Word para <nupek@fapeduca.com.br>, incluindo:

- O corpo do artigo, com 7.000 a 10.000 palavras. As notas de rodapé devem ser, preferencialmente, curtas e objetivas, ao passo que as referências bibliográficas devem estar conforme o padrão ABNT;
- Breve biografia da autora ou do autor, com, no máximo, 50 palavras;
- Um resumo do artigo, respeitando o máximo de 150 palavras, incluindo palavras-chave que facilitem a catalogação bibliográfica.

Embora priorizemos trabalhos inéditos, subsidiariamente poderemos aceitar trabalhos já publicados, desde que sejam considerados de indiscutível relevância para a temática da Revista. Por sermos uma Faculdade que oferece majoritariamente cursos das Ciências Sociais e Humanas, nosso foco são artigos com temáticas relativas à Gestão da Educação, Políticas Sociais, Metodologias da Educação, Direitos Humanos e Saúde. Porém, em função de nossa

missão interdisciplinar, estimulamos o envio de trabalhos relacionados a outros temas que possam, de alguma forma, ser correlatos.

Desde já, agradecemos a parceria.

Equipe editorial.

EDITORIAL

6

IMAGINÁRIO E EDUCAÇÃO: uma leitura do imaginário pedagógico e das raízes míticas presentes na obra de Paulo Freire

7

Ivandro de Souza Coêlho

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS EM CHAPADINHA – MA

22

Andreza Cristina da Costa Ferreira

Jefferson Ferreira de Santana

Lennon Kaiser Silva Gomes

Grazieli Brito da Silva

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA A SOBREVIVÊNCIA DO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

47

Jamile Correia Da Silva

Rodrigo Dos Santos Reis

Rodrigo Lima de Andrade

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA: desafios e possibilidades

73

Antônia Vitória Pereira de Sousa

Gabriela Sousa Dutra

Geysa Pereira Rêgo

Roseanne Márcia Silva Marques Monteiro

PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: um olhar sobre os desafios e experiências docentes no contexto educacional em Chapadinha-MA

94

Danielle Fonseca dos Santos

Ingrid de Souza Simões

Karolinne Almeida da Silva

EDITORIAL

Com um compromisso inabalável de disseminar conhecimento de alta qualidade com rigor acadêmico, a Revista FAP ACADEMIC RESEARCH, uma iniciativa da dedicada equipe da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), mais uma vez se destaca no cenário intelectual de Chapadinha e de todo o Maranhão. Nesta 16ª edição, reiteramos nosso compromisso de ser um meio de excelência para a divulgação dos trabalhos produzidos por nossos professores e alunos.

Esta edição apresenta uma reflexão inovadora sobre o pensamento pedagógico de Paulo Freire, a partir da análise das imagens e símbolos presentes em seus textos. Em tempos de obscurantismo, ódio e intolerância, a análise profunda da vida e obra de Paulo Freire é mais do que necessária, pois reafirma a importância do patrono da educação brasileira como educador e humanista, além de reconhecer justamente sua obra como alimento essencial para nossa alma.

Outro tema de grande importância abordado nesta edição é a participação da comunidade escolar na gestão das escolas de Chapadinha - MA. A pesquisa surgiu da necessidade de analisar o envolvimento, os desafios e as possibilidades enfrentados pela comunidade escolar no processo de gestão das escolas de Chapadinha - MA. O estudo destaca a necessidade de compreender a importância e a necessidade da gestão democrática na promoção de uma educação de qualidade.

A função e o papel da contabilidade no contexto da pandemia no município de Chapadinha-MA é outro tema explorado nesta edição. A pesquisa analisa a ação desempenhada pela contabilidade, como ferramenta de auxílio e gestão, dentro das micro e pequenas empresas em período de crise. O estudo busca entender como as informações contábeis foram decisivas para a sobrevivência do micro e pequeno empreendedor local durante a pandemia.

Além disso, mais dois estudos merecem destaque: o primeiro analisa a relevância do trabalho psicopedagógico nas instituições de ensino, constatando que as intervenções nessa área causam impactos significativos no aprendizado dos alunos. O segundo se concentra nos desafios e experiências vivenciadas na prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Revista FAP ACADEMIC RESEARCH não é apenas uma coleção de artigos, mas um espaço de encontro entre o pensamento crítico e o desejo de promover avanços concretos. Cada artigo, fruto de pesquisa e reflexão, carrega consigo o propósito de contribuir para a construção de uma educação superior de qualidade, que seja verdadeiramente emancipadora para todos os cidadãos do Maranhão, da região nordeste e do mundo.

Nossos agradecimentos vão para cada autor, cujo empenho e dedicação tornaram possível esta edição. Também estendemos nossa gratidão aos revisores e colaboradores que trabalharam incansavelmente nos bastidores para garantir a excelência acadêmica que sempre buscamos alcançar.

Convidamos todos os leitores a mergulhar nas páginas desta edição da Revista FAP ACADEMIC RESEARCH e a participar ativamente das discussões aqui propostas. Que este conjunto de artigos fortaleça os alicerces de uma sociedade intelectualmente enriquecedora e socialmente justa.

IMAGINÁRIO E EDUCAÇÃO: uma leitura do imaginário pedagógico e das raízes míticas presentes na obra de Paulo Freire

THE IMAGINARY AND EDUCATION: an interpretation of the pedagogical Imaginary and the mythical roots in Paulo Freire's work.

Ivandro de Souza Coêlho¹

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre o pensamento pedagógico de Paulo Freire, a partir da análise das imagens e símbolos expressos ou sugeridos em alguns de seus textos. A perspectiva teórico-metodológica adotada fundamenta-se na Teoria do Imaginário de Gilbert Durand (2012), que considera este campo de representações como um sistema organizador de imagens que medeia as relações do homem com o mundo, com os outros e consigo mesmo. Para a coleta de dados, optou-se pela consulta bibliográfica e documental. Quanto à natureza da pesquisa, escolheu-se a abordagem qualitativa, dentro da perspectiva compreensiva, que contempla o conjunto formado por texto e imagem vistos em seu contexto, de forma a proporcionar uma leitura mais aproximada do fenômeno estudado. Inicia-se destacando as ideias frequentes na obra de Paulo Freire que orientam sua perspectiva sobre a educação, referenciando sua trajetória de vida e experiência como educador. Em seguida, busca-se apreender as figuras míticas por meio da interpretação das imagens e símbolos que surgem dos textos analisados. Por fim, situam-se essas representações nos regimes de imagem e nas estruturas do imaginário. O estudo revelou que o pensamento de Paulo Freire está ancorado nos regimes diurno e noturno do imaginário, em que razão e emoção, poesia e prosa se mostram de forma patente e latente.

Palavras-chave: Educação; Imaginário; Simbolismo; Formação.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade Atenas Maranhense (FAMA). Graduado em Pedagogia (FAP) e em Jornalismo (UFMA). Professor nos cursos de Letras, Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis, Fisioterapia e Enfermagem da Faculdade do Baixo Parnaíba. Técnico em Assuntos Educacionais pela UFMA. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Cultura, Imaginário, Memória, Narrativa e Educação (CIMNE/UFF) e Grupo de Estudos sobre Arte, Cultura e Imaginário na Educação (GSACi/UFMA). E-mail: ivandrocoelho2024@gmail.com.

ABSTRACT: SUMMARY: This article proposes the consideration of Paulo Freire’s pedagogical thinking from the analysis of the images and symbols expressed or implied in some of his texts. The theoretical-methodological perspective adopted in this work is based on the Theory of the Imaginary by Gilbert Durand (2012), which considers the field of representation as an organizing system that mediates the relationship between humankind and the world, between two individuals and between a person and her sense of self. The data-collection process consisted of bibliographical and documental research. A qualitative research-approach was chosen considering a comprehensive perspective, which contemplates the contextual understanding of a group of images and texts in order to provide a more accurate picture of the phenomenon in case. The article begins by emphasizing the ideas that most frequently orient Paulo Freire’s perspective about education in his work, referencing to his life’s journey and experience as a teacher. It follows by trying to interpret the images and symbols in the selected texts in order to apprehend the mythical figures in them. Lastly, it locates these representations in the regimes of the image and in the structures of the Imaginary. This study has revealed that Paulo Freire’s thinking is anchored on the diurnal and nocturnal systems of the Imaginary, in which reason and emotion, poetry and prose are shown patently and latently.

Keywords: Education; Imaginary; Symbolism; Formation.

1 INTRODUÇÃO

A imagem (figura 1), extraída do livro Paulo Freire (2010), de Celso de Rui Beisiegel, nos parece bastante apropriada para iniciar esta narrativa, pois remete a pressupostos fundamentais que permeiam a vida e a obra do patrono da educação brasileira. Um deles tem a ver com a ideia de inacabamento do homem e seu movimento contínuo em busca do próprio crescimento. Outro pressuposto diz respeito à concepção de educação como algo dinâmico, como “prática de liberdade” que permite ao ser humano traçar seu destino e transformar a si próprio e a realidade.

A imagem aponta ainda para duas figuras míticas: a primeira, a do mestre como iniciador, guia, mediador, “condutor de almas”, representada pelo mito de Prometeu (explicaremos adiante); a segunda, a da eterna criança e seu espírito juvenil (*puer aeternus*), estabelecendo a conexão (ou polaridade) entre o velho e o novo, o passado e o futuro: *puer*

senilis ou *puer senex*². Essas considerações preliminares nos servem como pretexto para postular a importância do estudo da obra de Paulo Freire sob o ponto de vista mitológico e do Imaginário.

Figura 1: Paulo Freire



Fonte: Beisiegel (2010).

Para Durand (2012, p.18), o imaginário pode ser entendido como o “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens”. Trata-se, no entendimento do autor, de um sistema dinâmico e organizador de representações simbólicas que abrangem diversas criações humanas, cuja função é mediar a relação do homem com o mundo, com o outro e consigo mesmo, na busca de superar a angústia gerada pela consciência do tempo e da morte. Entre essas criações humanas estão a linguagem, a arte, a religião e os mitos (individuais e coletivos). Segundo Campbell (1991, p.17);

Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história. Todos nós precisamos compreender a morte e enfrentar a morte, e todos nós precisamos de ajuda em nossa passagem do nascimento à vida e depois à morte.

² O termo *puer senilis* ou *puer senex* foi cunhado na antiguidade pagã, pois que as culturas mais antigas buscavam exaltar a juventude e honrar a velhice, no entendimento de que as polaridades juventude-velhice direciona-se para o equilíbrio. Para Hillman (1999, p.22), *puer* e *senex* devem ser vistos como duas faces de um mesmo arquétipo, e não como arquétipos separados: “Senex e puer estão atados à própria natureza do desenvolvimento. Qualquer atitude, quando aparece, pode assumir as asas do puer e alçar voo; qualquer atitude, quando aparece, ultrapassa sua maturação, pode perder contato com a revelação, voltar-se para seu poder. [...] Nossas atitudes pueris não são reservadas exclusivamente para a juventude; assim como nossas qualidades senis não estão reservadas para a velhice”.

Precisamos que a vida tenha significação, precisamos tocar o eterno, compreender o misterioso, descobrir o que somos.

Diante disso, surgem os seguintes questionamentos: que mitos subjazem ao discurso pedagógico de Paulo Freire? De que forma eles se manifestam e como podem ser identificados em seus textos? A opção por esse olhar de cunho mitológico sobre a obra de Paulo Freire se justifica, por um lado, pela constatação da importância e da força atrativa que os mitos exercem na contemporaneidade, fato destacado por vários estudiosos, entre os quais Maffesoli (2016, p.70). Para este autor,

O que destaca o retorno do mito, o sempre e de novo presente da infância da humanidade, é a surpreendente remanescência dos arcaísmos fundamentais da condição humana. O campo magnético da mitologia continua a imantar muitos sonhos, desejos e fantasmagorias diversas. Em resumo, na espiral das histórias humanas, a tradição e o atual se conjugam harmoniosamente.

Por outro lado, a abordagem de natureza mitológica se mostra necessária porque existe uma relação dialógica entre o imaginário de cada indivíduo e o contexto sociocultural. O imaginário seria, assim, resultado do intercâmbio entre essas duas dimensões, expressando-se nas produções coletivas e pessoais, isto é, nos sistemas e práticas simbólicas que organizam a vida psíquica e a cultura. As imagens que afloram nesse processo revelam o que foi encontrado no trajeto antropológico, definido por Durand (2012, p. 41) como “[...] a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”.

Em função disso, considera-se que um texto é sempre fruto da interação entre dados biográficos e a história sociocultural. Como afirma Teixeira (2000, p.20), “É, pois, possível afirmar que os discursos pedagógicos, por mais racionais que sejam, sempre escondem os mitos pessoal e coletivo de seus autores, sendo, portanto, meio científicos e meio mitológicos”. Daí que a busca pela compreensão dos textos de um autor implica também a busca pela compreensão do seu imaginário, de seus mitos.

No caso de Paulo Freire, acreditamos que o mergulho em sua narrativa teórica e autobiográfica (ou em parte dela) permite apreender aspectos essenciais de seu pensamento pedagógico e de sua práxis como educador. Permite também modelar sua visão de mundo, bem como o contexto sociocultural e os traços míticos forjados durante seu trajeto antropológico.

No entanto, dada a diversidade e a complexidade da produção intelectual de Paulo Freire, soaria pretensioso dizer que iremos estudar sua “obra”, embora o título do artigo sugira isso. Na verdade, limitamos este estudo a apenas alguns livros do autor, quais sejam: *Pedagogia*

do Oprimido (1987), Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis (2015); Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos (2014); Educação como prática de liberdade (1967). A escolha dessas obras se deu porque elas trazem passagens relevantes da experiência educacional e de vida de Paulo Freire, além de conterem aspectos marcantes do seu pensamento pedagógico e do seu ideário mítico.

Deste modo, nosso propósito aqui se resume a apontar elementos que indiquem as matrizes do pensamento pedagógico de Paulo Freire, destacando as ideias e traços míticos recorrentes nos textos consultados. Buscamos compreender o percurso freireano a partir dessa perspectiva, reconhecendo a importância da narrativa autobiográfica e biográfica como forma de evocar as imagens de vida, ou seja, de revelar as múltiplas dimensões da experiência humana, e não uma simples maneira de acumular dados factuais, como nos ensina Chaves (2000). Para a autora, “Os indivíduos constroem os eventos e as ações passadas em narrativas pessoais para a firmar identidades e construir vidas” (CHAVES, 2000, p. 52).

Porém, ao nos determos sobre os textos de Paulo Freire, admitimos que essa tarefa traz em si a possibilidade de erro. Em seu livro *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis (2015)*”, por exemplo, o próprio Freire afirma que reconstituir fatos e tramas vividos numa narrativa implica suprimir ou acrescentar outros elementos. “Neste sentido, é impossível escapar à ficção em qualquer experiência de memoriar”. (Freire, 2015, p. 38). Se esse problema afeta o autor, certamente também afeta quem se propõe a interpretá-lo.

No entanto, compartilhando da visão de Eco (2018), entendemos que o texto escrito ainda é uma das melhores formas de apreendermos o imaginário de um autor. E, quando nos debruçamos sobre eles, devemos obedecer a certos parâmetros. Ao refletir sobre os limites da interpretação e os critérios de aceitabilidade da intenção de um texto diante das inúmeras possibilidades de leitura, Eco (2018, p. 30) argumenta que:

A única maneira é cotejá-la com o texto como um todo coerente. Esta ideia é antiga, e vem de Agostinho (De Doctrina Christiana): qualquer interpretação de determinado trecho de um texto pode ser aceitável se for confirmada por outro trecho do mesmo texto (e deverá ser rejeitada se for contestada) nesse cotejo. Neste sentido, a coerência textual interna controla os impulsos de outra forma incontroláveis do leitor.

Assim, na tentativa de apreender imaginário mítico-pedagógico de Paulo Freire, destacamos os esquemas verbais e as ideias recorrentes que se apresentam na narrativa sobre momentos significativos de sua trajetória, ditos por ele mesmo, e que vão da infância à maturidade. Trata-se, assim, de um esforço para apreender o imaginário de Paulo Freire, embora

esta tentativa se dê aqui apenas como um esboço, um exercício simplificado, dadas as nossas limitações pessoais e à própria natureza deste estudo.

Apesar das dificuldades e dos desafios, entendemos que esse tipo de leitura pode contribuir não apenas para alargar o olhar sobre a obra de Paulo Freire, reforçando sua riqueza e diversidade, como também para que se entenda a educação como prática simbólica que envolve razão e emoção, luz e sombra, consciência e afetividade. Iniciamos, pois, com algumas passagens significativas da história-vida de Paulo Freire que nos ajudam a compreender melhor o imaginário do educador e do humanista que ele foi.

2 DA MENINICE À JORNADA PEDAGÓGICA: passagens marcantes do trajeto antropológico de Paulo Freire³

Paulo Freire Nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, e faleceu em 02 de maio de 1997, em São Paulo. Filho de Temístocles Freire e Edestrudes Neves Freire, Paulo teve uma infância marcada pelo fome, problema que afetou muitas famílias brasileiras na década de 30, especialmente da classe média nordestina, cuja origem pode ser atribuída, em parte, à crise de 1929. Para o educador, tratava-se de fome concreta,

[...] a que chegava sem pedir licença, a que se instala e se acomoda e vai ficando sem tempo certo para se despedir. Fome que, se não amenizada, como foi a nossa, vai tomando o corpo da gente, fazendo dele, às vezes, uma escultura arestosa, angulosa. Vai afinando as pernas, os braços, os dedos. Vai escavando as órbitas em que os olhos quase se perdem, como era a fome mais dura de muitos companheiros nossos e continua sendo a fome de milhões de brasileiros e brasileiras que dela morrem anualmente. (Freire, 2015, p.44).

Esse fato, no entanto, não tornou Paulo Freire uma pessoa resignada diante da vida, a ponto de aceitar passivamente o destino difícil que acometia boa parte de seus colegas de infância. Muito menos o levou a um pensamento de cunho religioso que atribuísse aquela situação à vontade divina. Ao contrário, as adversidades serviram para germinar nele um desejo de mudança e transformação, aliado a uma aptidão para a luta pela libertação do povo, traços que marcarão definitivamente sua vida e sua obra, como ele mesmo revela:

Jamais me senti inclinado, mesmo quando me era ainda impossível compreender a origem de nossas dificuldades, a pensar que a vida era assim mesma, que o melhor a fazer diante dos obstáculos seria simplesmente aceitá-los como eram. Pelo contrário,

³ Neste item, em vez de fazer um exaustivo apanhado biográfico de Paulo Freire, optamos por escolher trechos da narrativa do próprio autor presentes no livro *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis* (2015).

em tenra idade, já pensava que o mundo teria de ser **mudado**. Que **havia algo de errado no mundo que não podia nem devia continuar**. (Grifos nossos) (Freire, 2015, p.41).

O sentimento de injustiça, aliado a um desejo de mudança, fica evidente em muitos de seus escritos, traduzindo-se em temas recorrentes (utopia, transformação, sonho, liberdade, etc). Essa perspectiva também se apresenta de modo patente e latente em suas ideias sobre a educação, articulando-se também com outros temas. Para Freire (2015, p.233), “Nenhuma reflexão em torno da educação e democracia igualmente pode ficar ausente da questão de **poder**, da questão **econômica**, da questão da **igualdade**, da questão da **justiça** e de sua aplicação e da questão **ética**”. (Grifos nossos).

Tendo vivido de 1932 a 1941 em Jaboatão, depois de uma saída difícil de Recife, Freire volta à capital de Pernambuco e inicia sua experiência como educador, na condição de professor de língua portuguesa no colégio Oswaldo Cruz. Segundo Freire (2015), trata-se de um período de “alumbramento”, em que ele se achava “apaixonado”, “enfeitiçado” pela docência. Porém, o autor considera elementos fundamentais de sua formação não apenas a vivência acadêmica, mas sim a experiência do mundo, forjada no contato com as pessoas e com a realidade dos lugares onde esteve:

Indagando-me sobre minha formação como educador, como sujeito que pensa a prática educativa, jamais eu poria de lado, como um tempo inexpressivo, o em que andeilhei por pedaços do Recife, de livraria em livraria, ganhando intimidade com os livros, como o em que visitava seus córregos, morros, discutindo com grupos populares seus problemas ou como o em que, durante dez anos, vivi a tensão entre prática e teoria e aprendi a lidar com ela: o tempo do Sesi. (Freire, 2015, p.132).

A dimensão política da prática pedagógica de Paulo Freire ganha solidez a partir da sua atuação no Serviço Social do Comércio (SESI) de Pernambuco, em fins dos anos 40 e início dos anos 50. A experiência do educador nessa entidade promoveu a sua aproximação com os trabalhadores, assim como levou Paulo Freire a tomar consciência dos problemas deles e também a lidar com a questão da relação teoria e prática:

Foi exatamente no Sesi, como uma espécie de contradição sua, que vim aprendendo, mesmo quando ainda pouco falasse em classes sociais, que elas existem em relação contraditória. Que experimentam conflitos de interesses, que são permeadas por ideologias diferentes, antagônicas. (Freire, 2015, p.136.).

Outros marcos em sua trajetória foram a passagem pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade Federal de

Pernambuco, e a experiência de alfabetização de adultos em Angicos. Segundo Freire (2015), o sonho, a utopia e o desejo de transformar a realidade brasileira estavam no espírito formativo do MCP: “Fazia parte da natureza do movimento uma compreensão crítica do papel da cultura no processo de formação, como no da luta política pelas necessárias mudanças de que a sociedade brasileira precisava e continua a precisar. Da cultura em geral e da cultura popular” (Freire, 2015, p.176).

Freire trouxe para o MCP um conjunto de práticas pedagógicas que estimulavam o diálogo e a participação, fruto de sua experiência acumulada no Sesi, principalmente no que diz respeito às relações entre as escolas e as famílias: “Práticas democráticas em que o conhecimento era vivido **dialogicamente**, desde a própria escolha dos objetos cognoscíveis e em que, por isso mesmo, conhecer não era receber conhecimento, mas produzi-lo”. (grifo nosso) (Freire, 2015, p. 190).

Como consequência desse trabalho, surgiu uma outra experiência: o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade Federal de Pernambuco. Por meio desse projeto, a universidade desenvolvia ações culturais e cursos de formação junto à comunidade. De junho de 1963 até abril de 1964, o SEC participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos pelos Programas de Alfabetização ligados ao Ministério da Educação e Cultura. Essa iniciativa foi barrada pelo golpe militar de 64, assim como os Círculos de Cultura, que já funcionavam em áreas populares do Recife.

Mesmo assim, Paulo Freire viveu outra experiência muito rica, fruto de um convênio realizado com o governo do Rio Grande do Norte e a Universidade do Recife: a alfabetização de adultos em Angicos. Tratava-se de um curso de formação para trezentos educandos, entre homens e mulheres. O propósito era não só alfabetizar, mas desenvolver uma consciência crítica. Em janeiro de 1964, devido ao descontentamento com aquelas técnicas pedagógicas e com o conteúdo político do curso, o governo cortou as verbas. A respeito dessa experiência, Freire diz:

Recentemente, voltei a Angicos: fazia trinta anos que vivera com força, com alegria intensa a experiência em que trezentas pessoas, de diferentes idades, aprenderam a escrever e a ler, debatendo problemas locais, regionais, nacionais. Em que trezentas pessoas, ao perceber como liam anteriormente o mundo, passaram, em regra, enquanto aprendiam a escrever e a ler a palavra, a lê-lo de forma mais crítica. (Freire, 2015, p.224).

Por fim, trazemos mais uma passagem que também merece destaque em seu percurso: a morte do pai - referência fundamental em sua formação e responsável por seus

primeiros contatos com a escrita. A imagem que Freire esboça do pai é a de um homem “afetivo, inteligente, aberto” e que sempre estava disposto a ouvi-lo, assim como a mãe. A consciência política, a crítica aos poderosos e o apego à democracia foram legados deixados também pela figura paterna, diz Freire:

Ele nos ensinava democracia não apenas através do testemunho que nos dava – o do respeito a nós, a nossos direitos, o da forma como estabelecia limites necessários a nossa liberdade tanto quanto à sua autoridade – mas também pela crítica sensata e justa que fazia aos desmandos dos poderosos. (Freire, 2015, p.83).

O impacto que essa experiência teve sobre Paulo Freire também contribuiu para forjar sua visão das coisas e da educação, justamente pela necessidade de reinvenção de si mesmo e do mundo. Uma necessidade de amar a vida e de encarar as adversidades como um aprendizado. Ele comenta que, ao vazio afetivo provocado pela perda do pai, somaram-se as dificuldades financeiras da família. Ou seja, as duas polaridades – sonho e realidade se alternam novamente na vida do educador.

Como é possível perceber, sonho e realidade são polaridades que se complementam na vida de Paulo Freire e que ajudam a configurar tanto seu ideário pedagógico como as matrizes míticas anunciadoras de seu olhar a respeito do mundo, da educação, da cultura e da própria formação humana. Essas imagens se agrupam em torno de núcleos semânticos que ordenam o sentido, configurados miticamente em temas de luta (universo heroico) e de aconchego (universo mítico)⁴. São esses aspectos que iremos tratar a seguir.

3 AS MATRIZES TEÓRICAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE PAULO FREIRE

A leitura dos escritos de Paulo Freire permite identificar a preocupação com a transformação da realidade. A educação assume um papel central enquanto prática fundada numa utopia. Assim, o sonho, a utopia, a humanidade, o diálogo, a mudança, a conscientização, a democracia, são marcos teóricos constantes em seus textos, constituindo-se em suas metáforas obsessivas, em seu mito pessoal. Essas marcas podem ser vistas, por exemplo, no seguinte trecho de *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. (2014, p.36):

⁴ Considerando as convergências da reflexologia, da tecnologia e da sociologia, Durand (1989, p. 44), agrupa as representações correspondentes às “dominantes reflexas” em três estruturas: a heroica, a mística e a sintética. Essas estruturas são consideradas “como uma forma transformável, desempenhando o papel de protocolo motivador para todo um agrupamento de imagens e susceptível de se agrupar numa estrutura mais geral”. Para este autor, há dois regimes de imagens: o Regime Diurno e o Regime Noturno.

[...] Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para **transformá-lo**; se não é possível **mudá-lo** sem um certo **sonho** ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha **utopia**, mas para participar de **práticas** com ele coerentes.[...] (Grifos nossos).

Segundo Teixeira (2000), Paulo Freire tem como matriz teórica o paradigma clássico da modernidade, baseado na razão técnica, e como matriz mítica o mito de Prometeu⁵, mito patente da modernidade e que simboliza o homem produtor de si mesmo, benfeitor da humanidade, revolucionário, altruísta, contestatário, etc. Esse viés paradigmático do autor está associado a um ideário pedagógico progressista de base marxista que pode ser verificado, por exemplo, nos esquemas verbais recorrentes em seus textos - agir, transformar, lutar, mudar, libertar, etc. -, como se pode perceber no trecho abaixo:

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de **transformar** o mundo. (grifo nosso). (Freire, 1967, p.142).

Tal leitura poderia sugerir a ideia de uma obra puramente racional. Porém, assim como alguns de seus leitores, a professora Teixeira (2000, p.54) reconhece que a obra de Freire vai além do mero racionalismo, mobilizando mais a sensibilidade, o imaginário, do que propriamente a razão. “Embora possa se identificar no seu discurso uma extrema coerência teórico-lógica e um grande conhecimento filosófico e antropológico, seu discurso pedagógico é dotado de grande carga afetiva, razão pela qual ele consegue atrair e mobilizar grande número de pessoas.”

Isso significa que os textos de Paulo Freire podem ser lidos e interpretados a partir de vários ângulos. A esse respeito, Balduino A. Andreola, professor aposentado da Faculdade de Ciências da Educação (FACED) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), comenta no prefácio à *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, (2014, p.24):

⁵ “O mito de Prometeu se situa na história de uma criação evolutiva: marca o advento da consciência, o aparecimento do homem. Prometeu teria roubado de Zeus, símbolo do espírito, sementes do fogo, outro símbolo de Zeus e do espírito, tenha ele tirado as sementes da roda do sol, tenha ele tirado as sementes da forja de Hefestos, para trazê-las à terra. Zeus o teria castigado acorrentando-o a um rochedo e lançando sobre ele uma águia que devorava o seu fígado. [...] O sentido do mito se esclarece pelo próprio sentido do nome de Prometeu, que significa o pensamento que prevê. Descendente dos titãs, ele carregaria dentro de si uma tendência à revolta. Mas não é a revolta dos sentidos que ele simboliza, é a do espírito que quer se igualar à inteligência divina, ou pelo menos tirar dela algumas centelhas de luz.” (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p.745-746).

Sem esquecer as perspectivas da inteligência, da razão, da corporeidade, da ética e da política, para a existência pessoal e coletiva, enfatiza também o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, da vontade, da decisão, da resistência, da escolha, da curiosidade, da criatividade, da intuição, da esteticidade, da boniteza da vida, do mundo, do conhecimento. No que tange às emoções, reafirma a amorosidade e a afetividade, como fatores básicos da vida humana e da educação.

Razão e imaginação, pensamento e emoção, sonho e realidade, são elementos que compõem o imaginário de Freire e que se expressam em seus mitos, símbolos e imagens. Essas duas dimensões – razão e emoção, prosaico e poético, pensamento e afetividade – ficam, em vários momentos, bem evidentes em sua obra.

4 RAÍZES MÍTICAS, IMAGENS E SIMBOLISMOS NO TEXTO DE PAULO FREIRE

Para revelar o que de mais forte se apresenta na dimensão mítico-simbólica do imaginário freireano, vamos nos deter agora sobre algumas imagens e temas mobilizadores, matrizes de suas ideias-força e de seu ideário no campo pedagógico. Segundo Teixeira (2000), os textos de Paulo Freire estão carregados de imagens de ação e movimento, que se traduzem na repetição constante de termos como *ação, práxis, busca, luta, movimento, transformação*. Vejamos um exemplo:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da **ação** dos homens, também se transforma por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade, e se esta “na invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, **transformar** a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica na existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente **lutar** por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na **práxis** desta busca. (Grifos nossos). (Freire, 1987, p. 37-38).

Como podemos observar, o discurso freireano revela um imaginário de luta e de combate que objetiva sempre a liberdade do ser humano, ou seja, sua humanização. Por isso prega uma educação “[...] que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de **mudança** e de **libertação**.” (Grifos nossos) (Freire, 1977, p.36). Esse imaginário de luta, de combate, marcado por conceitos antitéticos – *opressor/oprimido; consciência, alienação, humanização/desumanização, etc* – remete, como observa (Teixeira, 2000), ao esquema de

separação, ao arquétipo do guerreiro e ao simbolismo das armas, próprio do regime diurno do imaginário e da estrutura heroica⁶.

Desse modo, concordamos com Teixeira (2000) quando diz que a educação em Paulo Freire se funda em imagens ascensionais e luminosas, reveladoras do imaginário heroico. Essa característica se revela nos ideais de transcendência que, em Paulo Freire, pode ser traduzido na ideia de consciência ou conscientização, conforme se pode perceber nesta fala: “Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela **conscientização** é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa”. (Freire, 1967, p.37).

No entanto, é possível perceber também em Paulo Freire, além da lógica antitética, típica do regime heroico, uma lógica dialética que busca conciliar os contrários (dialógica), harmonizar aspectos aparentemente inconciliáveis do real. Esse comportamento aponta para a estrutura dramática, típica do regime noturno de imagens, como no trecho a seguir:

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo. (Freire, 1987, p.20).

Assim, pode-se concluir que o imaginário de Freire apresenta tanto aspectos do regime diurno do imaginário, heroico, quanto do regime noturno, que traz a estrutura dramática. Esse imaginário está associado a pelo menos dois mitos: o de Prometeu e o de Hermes. O primeiro, segundo Teixeira (2000), se manifesta de forma patente na obra de Paulo Freire, ancorado em sua crença na capacidade do homem de transformar o mundo e a si mesmo pela via do saber. Para a autora,

Este mito define sempre uma ideologia racionalista, humanista, progressista, cientificista e, algumas vezes, socialista. É Prometeu que alimenta sua fé e esperança, manifestada na utopia de transformar o mundo Mau em mundo bom, ou, ao menos, num mundo melhor (Teixeira, 2000, p. 66).

⁶ G. Durand, em seu livro “As estruturas antropológicas do Imaginário” (2012), propõe uma arquetipologia geral do imaginário, mostrando que a função é possibilitar ao homem dar respostas perante a angústia do tempo e da morte e às experiências negativas advindas dessa consciência, conforme explica Teixeira (2000, p.32-33): “O desejo fundamental buscado pela imaginação humana é reduzir essa angústia existencial, através de seu princípio constitutivo: representar e simbolizar as faces do Tempo e da Morte, a fim de controlá-las e às situações que elas representam. Mas, devido à impossibilidade desse controle, ou seja, de distinguir e encarar o desconhecido e os perigos que ele pode representar, o imaginário cria imagens nefastas da angústia, expressas nos símbolos teriomorfos (da animalidade agressiva), nictomorfos (das trevas terríficas) e catamorfos (da queda assustadora). Para enfrentá-las, o homem desenvolve duas atitudes imaginativas básicas, correspondentes a dois regimes de imagens: diurno e noturno”.

Já o mito de Hermes⁷, pertencente à estrutura dramática, se apresenta nos textos de Freire de forma latente, traduzindo seus atributos de mestre e de iniciador. A simbologia de Hermes aponta para um deus de múltiplas funções: mensageiro dos deuses, dispensador de bens, guardião dos caminhos, condutor de almas ao mundo dos mortos, companheiro do homem. Como observa Teixeira,

Se a grande tarefa de Hermes consistia em ser o intérprete da vontade dos deuses, a de Paulo Freire, ao incorporar tanto Hermes como Prometheus Christos, foi a de ser o porta-voz de homens que lutam por uma educação mais humanizada e uma vida mais digna, pois, como ele, como Hermes, é o companheiro dos homens... (2000, p.68)

Deste modo, pode se perceber que o discurso de Paulo Freire é essencialmente utópico, humanista, contestatório, questionador. A sua práxis e seu pensamento são alimentados por um imaginário baseado numa crença profunda no ser humano, em sua capacidade de transformar as coisas e a si próprio. E esse caminho da transformação se dá necessariamente pela educação que, em sua visão, assume um papel conscientizador. Por esse entendimento e essa característica, Paulo Freire ultrapassa seu tempo e se fixa de modo profundo no imaginário dos educadores, a ponto de ele próprio se transformar numa figura mítica, numa espécie de mito do campo educacional.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a coleta de dados, optou-se pela consulta bibliográfica e documental. Quanto à natureza da pesquisa, escolheu-se a abordagem qualitativa, dentro da perspectiva compreensiva, que contempla o conjunto formado por texto e imagem vistos em seu contexto, de forma a proporcionar uma leitura mais aproximada do fenômeno estudado.

6 CONCLUSÃO

O exemplo e a prática pedagógica de Paulo freire permitem apreender também o aspecto da formação que se relaciona com a ideia do mestre como um condutor de almas. Por

⁷ “A simbologia de Hermes inspira-se também na simbologia do deus egípcio Tot, substituto de Ré, o deus supremo: mensageiro, iluminador, juiz interior (consciência), guia, mediador. Personifica a revelação da sabedoria aos homens e do caminho da eternidade. É a palavra que penetra até o fundo das consciências, conforme seu grau de abertura”. (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p.488).

esse viés, o mestre é aquele que, devido a uma relação recíproca de confiança e amor com seu discípulo, faz com que este se deixe instruir até que seja capaz de guiar a si próprio. Esse aspecto fica bem evidente, por exemplo, no livro *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha prática* (2015), numa passagem em que Cristina escreve ao mestre, agradecendo seus ensinamentos:

Fico feliz hoje em sentir e perceber, depois de tantas cartas enviadas e recebidas, de tantas saudades e curiosidades, às vezes até infantis, tanta sede de conhecer seu universo, as suas “idas e vindas”, o quanto foi importante para minha formação enquanto profissional, mulher e cidadã, a sua participação, o seu trabalho, as suas questões sempre tão bem levantadas e colocadas e sua bela insistência em lutar pelos sonhos.

Ao buscar compreender os vários sentidos presentes na obra de Paulo Freire, e que são fruto de suas práticas pedagógicas em diversos espaços e tempos ao longo de seu trajeto antropológico, estamos destacando suas contribuições para a formação de alunos e educadores em todo o Brasil. Sua obra, desta forma, reforça a crença na possibilidade de uma educação libertadora, crítica e sensível, em que as polaridades razão e emoção encontram-se lado a lado.

Esses sentidos afloram e se reconstróem nas concepções, mitos e imagens evocados por Paulo Freire. Compreender essas representações simbólicas germinadas e afloradas tanto na dimensão prosaica ou racional de seu discurso, quanto na dimensão poético-afetiva do seu imaginário, pode revelar o lado iluminado e o lado de sombra do sistema escolar, da educação e da sociedade brasileira.

É preciso, pois, contemplar e reconhecer a rica polifonia do texto freireano, a diversidade de saberes. Essa pluralidade manifestada no amor pelo ser humano, na luta por uma sociedade mais justa, na crença no valor da democracia, nas classes populares, na crítica ao academicismo, na utopia e no sonho, faz de Paulo Freire uma referência mais que necessária nos dias de hoje. Em tempos de obscurantismo, ódio e intolerância, Paulo Freire e sua obra se mostram como alimento necessário e fundamental para a nossa alma.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Editora Massangana, 2010.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do Mito**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época, v.7).

CHAVES, Iduina Mont'Alverne. **Vestida de azul e branco como manda a tradição:** cultura e ritualização na escola. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário:** introdução à arqueologia geral. Tradução Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ECO, Umberto. **Confissões de um jovem romancista.** Rio de Janeiro: Record, 2018. Tradução de: Clóvis Marques.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina:** reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 416 p. Organização e notas: Ana Maria Araújo Freire.

_____. **Educação como prática de liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Organização e participação: Ana Maria Araújo Freire.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HILLMAN, James. **O livro do Puer:** ensaios sobre o arquétipo do Puer Aeternus, São Paulo: Paulus, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **A ordem das coisas:** pensar a pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. **Discurso pedagógico, mito e ideologia:** o imaginário de Paulo Freire e de Anísio Teixeira. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. 96 p.

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA
DAS ESCOLAS EM CHAPADINHA – MA**

**THE PARTICIPATION OF THE SCHOOL COMMUNITY IN THE DEMOCRATIC
MANAGEMENT OF SCHOOLS IN CHAPADINHA – MA**

Andreza Cristina da Costa Ferreira¹

Jefferson Ferreira de Santana²

Lennon Kaiser Silva Gomes³

Orientadora: Prof.^a Ma. Grazieli Brito da Silva⁴

RESUMO: O presente artigo objetiva investigar o envolvimento e a participação da comunidade escolar na gestão das escolas de Chapadinha – MA. Este estudo surgiu pela necessidade de compreender a importância da gestão democrática na promoção de uma educação de qualidade, sendo necessário identificar os mecanismos de participação existentes na gestão das escolas, analisar o envolvimento nas decisões e investigar desafios e possibilidades enfrentados pela comunidade escolar na efetiva participação na gestão democrática das escolas de Chapadinha – MA. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e de campo, sendo descritiva quanto aos objetivos e com abordagem alicerçada na pesquisa qualitativa quanto à análise dos dados. Para coletar os dados necessários, foi utilizado o método padrão de coleta de dados, por meio de questionários com perguntas abertas. Os questionários foram direcionados aos membros da comunidade escolar, como gestores, professores, pais e alunos, em três escolas no município de Chapadinha – MA. Os resultados revelaram que a participação da comunidade escolar nos processos de gestão, em muitas instâncias, ocorre de forma limitada, muitas vezes restringindo-se a procedimentos burocráticos. Os desafios incluem a baixa participação de pais e alunos, além da ausência de mecanismos efetivos de participação.

Palavras-chave: Gestão escolar democrática. Participação da comunidade escolar. Mecanismos de participação na escola.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: ferreiraandreza588@gmail.com.

² Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: jeffersonviera96@gmail.com.

³ Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: lennonkaiser1991@gmail.com.

⁴ Mestra em Educação pela UNISC. E-mail: grazibs96@gmail.com.

ABSTRACT: The present article aims to investigate the involvement and participation of the school community in the management of schools in Chapadinha - MA. This study emerged from the need to understand the importance of democratic management in promoting quality education, requiring the identification of existing participation mechanisms in school management, analyzing involvement in decisions, and investigating challenges and possibilities faced by the school community in effective participation in democratic management of schools in Chapadinha – MA. The methodology involved bibliographical and field research, being descriptive in terms of objectives and with an approach grounded in qualitative research regarding data analysis. To collect the necessary data, the standard method of data collection through questionnaires with open-ended questions was used. The questionnaires were directed to members of the school community, such as managers, teachers, parents, and students, in three schools in the municipality of Chapadinha – MA. The results revealed that the participation of the school community in management processes, in many instances, occurs in a limited manner, often restricted to bureaucratic procedures. Challenges include low participation of parents and students, as well as the absence of effective participation mechanisms.

Keywords: Democratic school management. Participation of the school community. Participation mechanisms in school.

1 INTRODUÇÃO

Diante da importância crescente atribuída à gestão democrática na educação, este trabalho pesquisou a participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas em Chapadinha – MA, especialmente considerando os mecanismos preconizados como instâncias colegiadas. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral investigar o envolvimento e a participação no processo decisório da comunidade escolar na gestão das escolas.

A gestão escolar democrática transcende o escopo tradicional de administração, emergindo como um mecanismo de garantia de equidade educacional. A abordagem propugna pela construção de um espaço onde todos os alunos, independentemente de suas origens ou circunstâncias, possam acessar uma educação significativa, de alta qualidade. Reflete uma compreensão de que a democratização do acesso ao conhecimento é intrínseca ao propósito da educação e contribui para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Na busca por compreender a dinâmica da gestão democrática em Chapadinha – MA, tornou-se crucial identificar os mecanismos de participação existentes na gestão das

escolas. Além disso, o estudo pretendeu aprofundar-se na análise do envolvimento da comunidade escolar nas tomadas de decisão e processos de gestão democrática, buscando investigar os desafios e possibilidades enfrentados pela comunidade escolar na efetiva participação da gestão democrática.

A escolha desse tema justificou-se pela importância da gestão democrática na promoção de uma educação de qualidade, assegurando a participação ativa e efetiva de todos os envolvidos no processo educacional. Em Chapadinha – MA, compreender como a gestão democrática estava sendo implementada e o nível de participação da comunidade escolar foi crucial, considerando não apenas a relação família-escola, mas também a atuação de instâncias colegiadas como mecanismos de participação.

No que tange a metodologia, o estudo envolveu pesquisa bibliográfica e de campo, sendo descritiva quanto aos objetivos e com abordagem alicerçada na pesquisa qualitativa quanto a análise dos dados. Para coletar os dados necessários, foi utilizado o método padrão de coleta de dados, por meio de questionários com perguntas abertas. Os questionários foram direcionados aos membros da comunidade escolar, como gestores, professores, pais e alunos, em três escolas no município de Chapadinha – MA. Para tal, utilizou-se como aporte teórico autores com foco na temática como Lück (2006, 2009, 2013), Libâneo (2013), Paro (2000, 2012), Romão (2004), Lima (2006, 2013), entre outros.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

2.1 Conceito e Princípios da Gestão Democrática

A gestão democrática no contexto da educação representa um paradigma de suma importância para a concretização de um ambiente educacional participativo, dinâmico e de qualidade, na medida em que possibilita a participação efetiva e ativa de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar, incluindo alunos, pais, docentes e funcionários nas determinações, no processo decisório e nos procedimentos que permeiam o funcionamento da organização escolar.

É um princípio que transcende a simples administração, diferenciando-se por sua natureza democrática abrangente, com o viés objetivo de estabelecer um espaço no qual a ampla gama de perspectivas e opiniões é valorizada e incorporada ao processo de gestão. Nesse entendimento inicial, a gestão democrática pode ser definida como um processo organizacional no qual se estabelecem as condições e orientações necessárias para que todos os membros de

uma coletividade participem regular e continuamente das decisões mais significativas, assumindo os compromissos necessários para sua efetivação (Lück, 2009).

Nesse viés, emerge a participação ativa e responsável por parte de diversos agentes envolvidos no contexto escolar. O processo de gestão democrática vai além de um mero conjunto de procedimentos, pois se fundamenta na coletividade, na busca por decisões compartilhadas e no compromisso coletivo de implementá-las. Esse processo é respaldado por uma compreensão mais ampla da educação como um empreendimento colaborativo e social, como mencionado por Lück (2009, p. 70):

[...] a educação é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna da escola, assim dos pais e da sociedade em geral. Dessa participação conjunta e organizada é que resulta a qualidade do ensino para todos, princípio da democratização da educação.

Nesse contexto, a gestão democrática não se limita a tomar decisões, ela fomenta um ambiente no qual a coletividade se engaja na construção das diretrizes educacionais, em que a participação frequente dos constituintes da comunidade escolar não apenas influencia as decisões, mas também compartilha a responsabilidade pelo sucesso dessas decisões. Essa abordagem transcende a tradicional hierarquia administrativa, na qual as decisões são impostas de cima para baixo, e evolui para um processo participativo e colaborativo no qual todos os envolvidos contribuem para o desenvolvimento e a concretização das políticas educacionais.

Ademais, a gestão democrática encontra alicerces na promoção de uma educação de excelência para todos os discentes, de modo a proporcionar a cada um deles a oportunidade de acesso, progresso e êxito educacional de alta qualidade. Essa premissa se manifesta em um ambiente escolar dinâmico, permeado por um ensino contextualizado, que se insere em seu tempo e espelha a atual realidade, nutrindo, ademais, perspectivas futuras (Lück, 2009).

Para além de perceber a gestão democrática como um alicerce norteador de uma educação primordial, é preciso reconhecer a urgência de suplantarmos os paradigmas conservadores de organização e gestão nas escolas que ainda perduram nos dias atuais, muitas vezes limitadas a gestões centralizadas, com pouca representatividade dos membros constituintes da comunidade escolar.

Libâneo (2013) adverte que é necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas e criativas, para que os propósitos sociais e políticos da escola se alinhem a estratégias compatíveis e eficazes de organização e gestão. Nessa perspectiva, compreende-se que a gestão democrática não é somente uma alternativa,

mas um requisito incontestável para que a escola concretize sua verdadeira missão de forjar cidadãos críticos, participativos e engajados com a sociedade.

Destarte, “o que nós temos hoje é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor” (Paro, 2000, p. 11). Mesmo nos dias atuais, os modelos de gestão tradicionais, por vezes, perpetuam estruturas hierárquicas inflexíveis, centralizando decisões nas mãos de poucos indivíduos e negligenciando a riqueza das perspectivas da comunidade escolar. Essa abordagem arcaica tolhe a criatividade e a autonomia dos educadores, subestimando a capacidade dos alunos de serem agentes ativos em sua própria jornada de aprendizado.

A ausência de um diálogo franco entre todos os atores envolvidos na educação resulta em determinações distantes das necessidades reais da comunidade escolar, minando a motivação dos professores e desvinculando os alunos do processo educativo, visto que essa perspectiva tende a perpetuar uma cultura institucional estagnada, limitando a inovação pedagógica e a adaptação às constantes mudanças sociais e tecnológicas.

Assim, a superação dos modelos conservadores de gestão em prol da efetuação de uma gestão democrática não se configura apenas como uma alternativa viável, mas sim como uma exigência para o avanço da educação. Esse entendimento ampliado consiste na reconfiguração da gestão, desviando-se do arquétipo tradicional e consolidando uma abordagem que promova a colaboração, a transparência e a participação ativa de todos os membros escolares, com vistas a erigir um ambiente educacional genuinamente democrático.

2.2 A Importância das Instâncias Colegiadas na Gestão Democrática

Uma das balizas fundamentais para o bom funcionamento de uma instituição de ensino está ligada à criação e posterior efetividade do Conselho Escolar. Estrutura organizacional essa elencada no fator humano de funções que visem abarcar todas áreas de vivências e colaboração educacional, sejam elas nos setores de direção escolar, nas partes técnico-administrativas, no meio docente pedagógico, na funcionalidade dos grêmios estudantis e na participação fundamental da família representada pelos pais e responsáveis. Ou seja, com toda essa estrutura funcionando de forma planejada e satisfatória, a dinâmica do processo educacional e social dos alunos e de todo segmento envolvido se torna um fator determinante na busca por uma educação de qualidade e com bons resultados para a sociedade.

Para Lück (2009, p. 66):

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários.

Nessa temática, esse órgão é instituído para ser uma extensão da gestão escolar, tendo como foco atuar em todo o ambiente escolar no qual esteja inserido, buscando, através da assimilação dos aspectos vivenciais e de costumes da comunidade escolar, atrair formas dinâmicas e contemplativas que visem solucionar problemas, aprimorando os segmentos envolvidos nesse processo.

No âmbito da gestão escolar, o Conselho Escolar assume um papel de extrema relevância para a concretização da gestão democrática. Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes da comunidade escolar. Gracindo (2007, p. 39) ressalta que:

O Conselho Escolar, entre outros mecanismos, tem papel decisivo na gestão democrática da escola, se for utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã. Assim, constitui-se como um órgão colegiado que representa a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. Desta forma, a gestão deixa de ser prerrogativa de uma só pessoa e passa a ser um trabalho coletivo, onde os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as conseqüentes responsabilidades.

Ao reunir diferentes perspectivas e vozes, o Conselho Escolar fortalece os princípios da gestão democrática, estabelecendo um ambiente propício para a construção coletiva de políticas e práticas educacionais, sendo um veículo que fortalece a conexão entre a escola e a comunidade em que está inserida, pois promove a transparência, a prestação de contas e o envolvimento ativo dos pais e da comunidade nas decisões educacionais.

Essa participação ativa não apenas enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também nutre uma cultura de parceria e colaboração, então é fundamental compreender a importância do Conselho Escolar como um elemento chave na busca por uma educação mais inclusiva, participativa e alinhada com as demandas da comunidade escolar.

Das instâncias colegiadas, surge o Conselho de Classe, que é um órgão de extrema importância no contexto escolar, reunindo o corpo docente, a coordenação pedagógica e a gestão, representada pelo diretor ou diretora da instituição de ensino. Para Libâneo (2013, p. 110):

O Conselho de Classe ou série é um órgão de natureza deliberativa quanto à avaliação escolar dos alunos, decidindo sobre ações preventivas e corretivas em relação ao rendimento dos alunos, ao comportamento discente, às promoções e reprovações e a outras medidas concernentes à melhoria da qualidade da oferta dos serviços educacionais e ao melhor desempenho escolar dos alunos.

Nesse sentido, compreende-se como um espaço de diálogo e avaliação que exerce um papel significativo na tomada de decisões relacionadas ao desempenho acadêmico e comportamental dos alunos. No Conselho de Classe, são ponderadas questões como notas, progresso escolar, conduta e, não menos importante, a partilha de anseios e demandas dos professores. Essa instância é fundamental para promover uma gestão escolar mais eficiente e participativa, permitindo abordar de forma mais estruturada as problemáticas enfrentadas nas salas de aula.

O papel da direção escolar está ligado intimamente à funcionalidade de pessoal, materiais e insumos, que irão ser dispostos no ambiente escolar em sua totalidade. Nessa perspectiva, a direção organiza e gerencia quadro de funcionários, seja na parte técnico-administrativa e docente, exercendo atribuições executivas advinda das instâncias superiores, seja atribuindo ordenamentos e ouvindo sugestões nas demandas de cada setor envolvido. Para além dessa definição, Libâneo (2013, p. 108) destaca que:

O diretor coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e de técnicos-administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola assumidas pela equipe escolar e pela comunidade. O Assistente de diretor desempenha as mesmas funções na condição de substituto eventual do diretor.

A direção não deve ser vista apenas como uma função administrativa, mas como um setor descentralizado e comprometido no compartilhamento das responsabilidades educativas. O diretor deve ser um agente fundamental para a construção de uma escola mais participativa e inclusiva. A gestão democrática plena requer um diretor escolar disposto a compartilhar o poder e a tomar decisões de forma colegiada, envolvendo a comunidade escolar nos processos decisórios relevantes, sendo necessário reconhecer que a experiência e a visão não residem apenas na administração central, mas também nas vozes e experiências dos educadores, dos alunos, dos pais e da comunidade local.

Nesse sentido, o diretor deve atuar como facilitador das relações entre a comunidade escolar, comunidade local e a instituição de ensino onde está inserido. Sua liderança deve ser pautada pela abertura ao diálogo, pela escuta atenta das demandas e

necessidades de todos os envolvidos na escola e pela promoção de um ambiente que valorize a diversidade de perspectivas.

Na conjuntura das instâncias colegiadas, emerge também o Grêmio Estudantil como um setor de grande relevância na concretização da gestão democrática: “O Grêmio Estudantil é uma entidade representativa dos alunos criada pela lei federal nº 7.398/85, que lhes confere autonomia para se organizarem em torno de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais” (Libâneo, 2013, p. 110). Este órgão promove a participação ativa dos estudantes nas esferas administrativas e decisórias da instituição, assim como fomenta a participação cívica e o engajamento dos estudantes em questões educacionais e sociais mais amplas.

A existência do Grêmio Estudantil torna-se fundamental para a promoção da gestão escolar democrática e para a construção de um ambiente educacional inclusivo e participativo, pois, sem a participação ativa dos discentes nos processos decisórios da gestão, a escola corre o risco de se tornar um ambiente fechado e autoritário, o que pode acarretar sérias implicações para a qualidade da educação.

Outra instância colegiada de suma importância no contexto da gestão escolar democrática é a Associação de Pais e Mestres (APM): “A APM reúne os pais de alunos, o pessoal docente e técnico-administrativo e alunos maiores de 18 anos e costuma funcionar mediante uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo” (Libâneo, 2013, p. 110). No entanto, para compreender plenamente a importância e o alcance das APMs, é necessário expandir essa descrição, compreendendo que as APMs são estruturas cruciais nas instituições de ensino, promovendo uma parceria ativa entre a escola e a comunidade.

Além de seu papel tradicional de envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos, as APMs podem ser agentes de mudança social e educacional, impulsionando a participação cidadã, a tomada de decisões colaborativas e o desenvolvimento de iniciativas que vão além do ambiente escolar, impactando positivamente a qualidade da educação e a comunidade como um todo.

Desse modo, é necessário fornecer um espaço para o diálogo construtivo entre diferentes partes interessadas, na medida de que as APMs têm o potencial de fortalecer a democracia e melhorar significativamente o sistema educacional. Portanto, sua importância vai além da mera estrutura organizacional, sendo uma ferramenta vital para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e participativa.

2.3 Participação Ativa da Família na Gestão Democrática

A participação ativa e comprometida da família no contexto educacional requer inicialmente o entendimento concreto da gestão democrática como princípio norteador para práticas pedagógicas e bom funcionamento das escolas em suas múltiplas dimensões. A escola não deve ser considerada um espaço isolado, mas sim uma instituição inserida em uma sociedade em constante evolução.

Nessa premissa, é imprescindível que a escola esteja aberta às mudanças ocorridas na esfera social, devendo estar consonante com as transformações atuais desse contexto. É necessário, pois, reconhecer a família como parte integrante do processo educacional. No contexto da gestão escolar democrática, a efetiva participação da família no âmbito educacional não se limita apenas à criação de órgão colegiados, mas também implica a compreensão de que a escola deve estar aberta e atenta às mudanças na sociedade e nas dinâmicas familiares.

Nesse entendimento, a família assume a responsabilidade de fortalecer os laços com a escola, garantindo sua presença na gestão escolar. Segundo Chraim (2009, p. 59):

Assim, como a primeira sociedade da criança, a “Família” precisa assumir o compromisso com a formação do caráter e dos valores da criança, a segunda sociedade – a vida acadêmica, a Escola – deve responsabilizar-se pela transmissão de conhecimento capazes de formar cidadãos comprometidos com a vida social.

O laço entre essas duas sociedades deve se pautar no acolhimento e na união de funções, em que cada uma das sociedades descritas deve orientar e balizar suas ações nos campos das vivências e realidades próprias, no qual os alunos estejam inseridos. Logicamente, tais sociedades não devem se desvincular uma da outra, pois os conhecimentos ensinados no seio familiar ou meio educacional como instituição de ensino devem ter como premissa prioritária o desenvolvimento e posterior fortalecimento das função cognitivas, críticas e sócio interacionais, procurando otimizar esses espaços de convivência na pluralidade de ideias na diversidade de perspectivas e na junção de conhecimentos, a fim de expandir os horizontes de todos envolvidos nesse processo.

Paralelamente a isso, o dever da gestão escolar democrática entrelaça-se com a missão da família em fortalecer a união com a escola em sua dimensão pedagógica. A escola não é uma entidade isolada, mas um espaço interacional onde os sujeitos envolvidos precisam aprender a implementar os princípios democráticos que englobam a gestão escolar democrática efetiva. Nesse sentido, a relação entre Família e Escola deve emergir como um pilar de valores

democráticos, compartilhando a responsabilidade de formar cidadãos que não só compreendem os princípios da democracia, mas também contribuem ativamente para o desenvolvimento da democracia na sociedade.

De acordo com Romanelli (2011, p. 101):

[...] a relação da família com a escola é mediada por determinantes macroestruturais, fruto das pressões que o processo de modernização do país impõe ao sistema educacional e ao mercado de trabalho, é também por fatores de cunho microestrutural, associados à organização da unidade doméstica e ao significado por ele atribuído à escolarização dos filhos.

No viés dessas reflexões, compreende-se que a relação entre família e escola é moldada pelas transformações sociais, econômicas e culturais que permeiam nossa sociedade em constante transformação, sendo descritos os determinantes macroestruturais e microestruturais com fatores que influenciam a relação unificada entre família e escola.

Nesse sentido, os determinantes macroestruturais correspondem às pressões e mudanças que o processo de modernização impõe ao sistema educacional e ao mercado de trabalho. Trata-se de um processo complexo, ausente do acompanhamento da escola atualmente. Os fatores microestruturais, por sua vez, estão relacionados à organização da unidade doméstica e ao significado que a família atribui à escolarização de seus filhos, influenciando diretamente na forma como a família se envolve com a escola e participa de sua gestão.

Desse modo, compreende-se que a família precisa estar atenta ao progresso que seus filhos estão seguindo no meio escolar, garantindo assim um amplo desenvolvimento educativo, elencado na participação da família. Esta precisa estar presente, em parceria com a escola e em conjunto com os filhos, pois só nesse intercâmbio de informações estará exercendo papel significativo e colaborativo na formação de um pensamento avançado sobre o futuro.

A participação ativa da família na gestão democrática da educação é um princípio fundamental que não deve ser subestimado em nenhum sistema educacional comprometido com a formação de cidadãos críticos e participativos. Conforme destacado por Ciseski e Romão (2004), a democracia na educação vai além da mera definição centralizada e autoritária de políticas educacionais.

Nesse sentido, é necessário a abertura para a participação constante dos agentes da educação, sejam eles pais, alunos, professores ou outros atores da comunidade, sendo efetivado por meio de práticas como seminários, assembleias, debates e encontros, que não apenas

esclareçam a população, mas também a envolvam ativamente na definição e vivência das políticas educacionais.

No entanto, como apontado por Lima (2006), a democratização da educação não pode ser alcançada apenas com a participação de professores e alunos. Ela demanda a participação democrática de diversos setores da sociedade e o exercício da cidadania crítica por parte de atores sociais externos à escola. A construção de uma escola democrática não é uma obra solitária, mas sim um esforço coletivo que exige a partilha do poder de decidir sobre a educação. Isso requer não apenas tomar decisões conjuntas, mas também construir coletivamente estruturas e regras mais justas, livres e democráticas.

É fundamental compreender que a participação ativa da família na gestão democrática da educação não se trata apenas de uma demanda institucional, mas sim de um processo de construção coletiva, ou seja, famílias, escolas e comunidades devem trabalhar juntas para moldar o futuro da educação, produzindo políticas e regras em um regime de coautoria. Esse esforço conjunto é necessário para criar um ambiente educacional que seja mais inclusivo, adaptável e responsivo às necessidades de todos os envolvidos.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS LEIS E DOCUMENTOS EDUCACIONAIS: Contextualização Normativa e Perspectivas

A gestão democrática nas instituições educacionais é um tema relevante, enraizado no arcabouço legal e normativo que norteia o sistema educacional e no contexto da educação brasileira. A Constituição Federal de 1988 (CF88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB) emergem como pilares essenciais que delineiam as diretrizes para a gestão escolar e, por extensão, para a promoção de uma educação de qualidade.

A compreensão dessas bases normativas é fundamental para identificar os princípios orientadores da gestão democrática e as expectativas delineadas para a legítima participação da comunidade escolar, além de oferecer uma visão preliminar das diretrizes estabelecidas pelas instâncias normativas mais abrangentes, permitindo um panorama essencial para a reflexão acerca do papel central da gestão democrática no contexto educativo contemporâneo.

A Constituição Federal de 1988, ao enaltecer a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 2016, p. 123), fornece um alicerce para a compreensão da

gestão democrática nas instituições educacionais. A conjuntura delineada nesse artigo revela uma interligação inegável entre o propósito da educação e a imposição de uma gestão escolar fundamentada nos princípios democráticos.

Além disso, a ênfase na "colaboração da sociedade" evoca a noção de interação coletiva e partilha de obrigações no contexto educacional. A gestão democrática, nessa perspectiva, surge como ramificação natural dessa mentalidade colaborativa, em que todas as partes interessadas da comunidade escolar são convocadas a contribuir ativamente com as deliberações que envolvem a escola.

A concepção ampla da educação como instrumento de "preparo para o exercício da cidadania" aponta para a preeminência de nutrir a capacidade de análise crítica, a consciência cidadã e o engajamento social, desde o contexto educativo. A fim de materializar essa preparação de modo eficaz, a gestão democrática se insinua como um requisito primordial, proporcionando arenas de expressão, diálogo e decisão, fomentando a geração de cidadãos aptos a participar ativamente na construção e transformação da sociedade.

Além disso, o propósito da "qualificação para o trabalho" também se conecta intrinsecamente com a gestão democrática. O universo contemporâneo demanda não apenas aptidões técnicas, mas também competências interpessoais, colaborativas e de resolução de problemas. A gestão democrática, ao priorizar a participação, a autonomia e a responsabilidade dos sujeitos envolvidos, cria um âmbito educacional propício ao desenvolvimento dessas competências fundamentais. As habilidades de colaborar, comunicar eficazmente e deliberar criteriosamente convergem com a visão da gestão democrática como uma preparação para a vida.

Ademais, a Carta Magna, no Art. 206, insculpe com precisão a importância da "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" (Brasil, 2016, p. 123). Nesse sentido, reconhece-se a gestão democrática como pilar central do ensino público, estabelecendo mandato explícito para que a condução das instituições educacionais seja permeada pelos princípios da participação coletiva e da descentralização das decisões. A expressão "na forma da lei" denota a intenção de normatizar e efetivar a gestão democrática como componente inalienável do sistema educacional, reafirmando a busca por uma administração mais inclusiva e responsiva às necessidades da comunidade escolar.

Alicerçando-se em uma visão que vai além dos preceitos constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, em seu Artigo 14, instaura a gestão democrática como um pilar fundamental da educação básica:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 2017, p. 15).

Em uma análise minuciosa dessa citação, emergem princípios fundamentais que balizam a concretização da gestão democrática nas instituições escolares. A participação dos profissionais da educação no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola é um dos primeiros pressupostos. Essa orientação evidencia a relevância de cultivar um ambiente no qual os educadores desempenhem papel fundamental na construção das diretrizes educacionais. Essa participação efetiva não somente potencializa a expertise dos profissionais, mas também infunde uma atmosfera de corresponsabilidade no processo decisório.

Ademais, o Artigo 14 da LDB sanciona a importância do envolvimento das comunidades escolar e local nos conselhos escolares ou equivalentes. Essa premissa assinala a necessidade de transcender as fronteiras da escola, convocando a comunidade ao redor a integrar-se ativamente nos rumos educacionais. A configuração de conselhos escolares ou equivalentes, delineados por essa diretriz, almeja instaurar espaços democráticos de diálogo, nos quais as partes envolvidas possam ser incorporadas ao processo de decisão. Esse arcabouço normativo não apenas endossa a gestão democrática como princípio irrevogável, mas também concede a flexibilidade para que as escolas delineiem suas específicas maneiras de engajar a comunidade escolar nos procedimentos deliberativos, incorporando a riqueza das perspectivas e experiências da comunidade.

Essa abertura respeita as singularidades de cada instituição, permitindo que sejam forjados modelos de gestão adaptados às realidades e demandas dessas escolas, visto que não existe uma única forma correta de implementar a gestão democrática. Em vez disso, as escolas podem adaptá-la de acordo com suas próprias circunstâncias e desafios específicos. Nesse sentido, a gestão democrática não se converte em mero formalismo, mas assume dimensão pragmática e adaptável, apta a ser moldada de maneira eficaz e significativa.

Em consonância com a promulgação da Constituição Federal e a estipulação da LDB, torna-se inequívoco que tanto o ordenamento jurídico quanto os princípios subjacentes consolidam a gestão democrática como essência da educação. As disposições legais, aliadas aos preceitos já discutidos sobre a conexão entre educação e democracia, permitem que a gestão escolar adentre uma era de participação, diálogo e corresponsabilidade.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo teve como base a pesquisa bibliográfica e de campo, sendo descritiva quanto aos objetivos e, quanto à análise dos dados, adota uma abordagem alicerçada na pesquisa qualitativa. Para coletar os dados necessários, foi utilizado o método padrão de coleta de dados, por meio de questionários com perguntas abertas. Os questionários foram direcionados aos membros da comunidade escolar (gestores, professores, pais e alunos), em três escolas no município de Chapadinha – MA.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Severino (2017), é aquela que se baseia na utilização de registros disponíveis provenientes de pesquisas anteriores, contidos em documentos impressos, como livros, artigos e teses. Esse método se apoia em dados ou categorias teóricas que foram previamente trabalhados e devidamente registrados por outros pesquisadores. Os textos se tornam fontes de temas a serem investigados, permitindo que o pesquisador construa seu trabalho a partir das contribuições dos autores que realizaram estudos analíticos presentes nesses textos. A pesquisa bibliográfica se revela uma estratégia eficaz para reforçar a pesquisa de campo, uma vez que proporciona embasamento teórico e conhecimento prévio sobre o tema em questão.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa de campo é empregada com o objetivo de obter informações e conhecimentos sobre um problema, a fim de encontrar respostas, confirmar hipóteses ou descobrir novos fenômenos e relações entre eles. Essa abordagem envolve a observação de fatos e fenômenos conforme ocorrem, espontaneamente, a coleta de dados relacionados a eles e o registro de variáveis consideradas relevantes para análise. A pesquisa de campo é fundamental para a obtenção de dados diretamente da realidade em que o fenômeno ocorre, permitindo uma compreensão mais aprofundada do contexto e das particularidades do objeto de estudo.

Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, assim como o estabelecimento de relações entre variáveis. O autor destaca que esses estudos são amplamente classificados como descritivos devido à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática. Seguindo essa perspectiva, a presente pesquisa adotou uma abordagem descritiva, com o intuito de descrever as características da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas em Chapadinha – MA.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009), tem como propósito abordar questões específicas que não podem ou não devem ser quantificadas, especialmente no contexto

das Ciências Sociais, concentrando-se em compreender e explorar o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos indivíduos. Esses fenômenos humanos são considerados parte da realidade social, uma vez que os seres humanos não apenas agem, mas também refletem sobre suas ações e as interpretam a partir da realidade vivida e compartilhada com outros. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa é essencial na pesquisa de campo, pois permite uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno estudado.

Para a realização deste estudo, foram escolhidas três escolas municipais na cidade de Chapadinho, localizada no estado do Maranhão, Brasil, como lócus de pesquisa. Essas escolas foram escolhidas por sua relevância no contexto do município de Chapadinho – MA, uma vez que estão situadas em bairros densamente povoados, refletindo a diversidade demográfica da cidade. Elas representam uma amostra significativa da comunidade escolar local, fato crucial para entender a dinâmica da participação da comunidade na gestão democrática das escolas.

O instrumento de coleta de dados adotado para este estudo foi o questionário com perguntas abertas, direcionado aos participantes previamente mencionados, incluindo gestores, professores, pais e alunos das escolas selecionadas. A escolha desse método de coleta de dados é justificada pela sua eficácia na obtenção de informações ricas e contextualizadas, que são fundamentais para a investigação da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas.

O questionário, de acordo com Gil (2019), é uma técnica de investigação que consiste em um conjunto de perguntas direcionadas às pessoas para obter informações sobre uma ampla gama de aspectos, como conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos. No contexto da pesquisa de campo, o questionário é uma ferramenta eficaz para coletar dados, sendo amplamente utilizado nas ciências sociais. Sua eficácia está em sua capacidade de alcançar um grande número de participantes e permitir a padronização das respostas, o que facilita a análise dos dados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio da aplicação de questionários direcionados aos participantes da pesquisa (gestores, professores, pais e alunos). Dada a extensão das respostas coletadas, optou-se por realizar um recorte do material colhido, focalizando nas principais perguntas e concepções emergentes dos participantes, oferecendo uma síntese representativa das perspectivas levantadas.

Para assegurar a integridade ética e o respeito ao sigilo dos participantes, os quais assumem papéis cruciais no contexto educacional abordado, utilizou-se as nomenclaturas “Diretor”, “Professor”, “Pai” e “Aluno”, para identificar os participantes da pesquisa. Esta prática garante a confidencialidade dos dados e preserva a identidade individual de cada respondente, alinhando-se com os preceitos éticos e normas de pesquisa acadêmica.

Inicialmente, no questionário direcionado aos gestores, foi feita uma indagação que objetivou extrair informações relativas aos mecanismos de participação comumente empregados nas escolas, considerando a amplitude do termo comunidade escolar. Dentre os gestores entrevistados, destaca-se as seguintes respostas:

Conselho de classe, onde temos a participação dos professores e funcionários da instituição de ensino “Programa Dinheiro Direto na Escola”, PDDE; onde todos participam pais, alunos, professores, ASCr e etc (Diretor A).
Reunião de pais e mestres, conselho escolar, conselho de classe, projetos e ações sociais e festividades (Diretor B).
Nossa escola tem uma gestão democrática a comunidade escolar é efetiva (Diretor C).

Pode-se perceber que, apesar de apresentarem informações sobre os mecanismos de participação, as respostas dos diretores carecem de detalhamentos mais precisos sobre como esses mecanismos são efetivamente implementados, quem os coordena e quais os resultados práticos dessas iniciativas. No caso específico do Diretor C, a resposta foge ao propósito da pergunta, demandando esclarecimentos adicionais sobre os elementos práticos que respaldam a alegação de uma gestão democrática efetiva.

As respostas dos gestores reforçam a importância crítica dos mecanismos de participação da comunidade escolar para a efetividade da gestão democrática nas escolas, como indicado por Libâneo (2013, p. 117): “[...] por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil”. Nesse contexto, a compreensão das práticas e a implementação de mecanismos participativos são fundamentais.

Outra indagação do questionário aplicado aos gestores buscou compreender os meios pelos quais as informações relacionadas às decisões e processos de gestão são comunicadas à comunidade escolar. Destacam-se as respostas a seguir:

A Comunidade é comunicada primeiramente em reunião e em seguida através das redes sociais; grupos e etc (Diretor A).
Através de assembleias, reuniões e informativos no mural (Diretor B).
A comunidade escolar é sempre informada em todo o processo de gestão através: Reuniões e assembleias, Boletins Informativo, Redes sociais e mensagens (Diretor C).

É crucial que os gestores não apenas implementem meios participativos, mas também compreendam e articulem como esses processos estão vinculados aos objetivos educacionais, como ressalta Libâneo (2013, p. 120): “[...] a gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da participação e às suas formas externas: as eleições, as assembleias e reuniões. Ela está a serviço dos objetivos do ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem”.

Os gestores, ao mencionarem assembleias, reuniões, redes sociais e outros meios de comunicação, estão focando na dimensão da participação, o que é essencial para uma gestão democrática. Todavia, as respostas carecem de uma conexão explícita entre esses mecanismos e a qualidade cognitiva dos processos educacionais, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais holística, que conecte de forma clara e concreta os meios de participação à qualidade dos processos pedagógicos, assegurando que a gestão democrática esteja, de fato, a serviço dos objetivos educacionais essenciais.

Em uma das perguntas do questionário, os gestores são indagados sobre os temas específicos nos quais a comunidade escolar participa ativamente, visando compreender os campos decisórios em que a gestão democrática é promovida, destacando a diversidade de assuntos em que os membros da comunidade são envolvidos. Destacam-se as respostas:

Sempre a comunidade se reúne para tomarmos decisão, referente a eleição de conselho dos membros do PDDE, e atitudes quando problemas de indisciplina de aluno e etc (Diretor A).

Planejamento escolar, rendimento e evasão escolar, processo de ensino e aprendizagem, festividades escolares e frequência escolar (Diretor B).

Pedagógica (Diretor C).

As respostas dos gestores revelam uma tendência em direcionar a participação da comunidade escolar para decisões burocráticas e obrigatórias, como eleições de conselhos e questões disciplinares, embora essas decisões sejam importantes, a comunidade escolar não deve se limitar a aspectos formais e burocráticos da gestão. A escola é um ambiente complexo que requer a participação ativa e diversificada de todos os seus membros para garantir seu bom funcionamento e o efetivo desempenho educacional.

Lück (2009) destaca a relevância dos funcionários como colaboradores diretos na construção do ambiente educacional e na efetivação dos processos educacionais. Essa contribuição vai além das questões burocráticas, abrangendo a infraestrutura oferecida e a presença nos vários segmentos da escola. Portanto, a gestão democrática não deve se restringir

a processos formais, mas deve envolver ativamente a comunidade em aspectos que impactam diretamente a qualidade do ambiente educacional.

Outra indagação do questionário direcionado aos gestores buscou explorar as perspectivas deles em relação às oportunidades e possibilidades de aprimorar a participação da comunidade na gestão escolar. As respostas para essa pergunta foram as seguintes:

Eu entendo que é um trabalho de conscientização da comunidade e fazer com que as decisões sejam visíveis no dia a dia na escola (Diretor A).

Quando a escola exercer a autonomia no processo de escolha e votação para a eleição da gestão escolar, nesse sentido haverá uma maior participação da comunidade escolar e local (Diretor B).

Uma participação mais efetiva (Diretor C).

A resposta de um dos gestores destaca a autonomia no processo de escolha e votação para a eleição da gestão escolar como oportunidade para aumentar a participação da comunidade. É importante observar que a realidade descrita pela análise contextual apresenta um cenário onde os processos políticos envolvendo a escolha de gestores escolares aparentam ser influenciados por indicações políticas, comprometendo a efetividade do processo democrático.

De acordo com Paro (2000), a participação da comunidade na escola é equiparada a um caminho que se desenha enquanto se percorre, ressaltando a necessidade de reflexão contínua sobre os obstáculos e potencialidades inerentes a essa ação democrática. Diante das respostas dos gestores, percebe-se a importância de antecipar reflexões sobre os obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação, conforme proposto pelo autor.

Considerando a importância da gestão democrática na escola, incluindo principalmente a participação ativa e efetiva de todos os membros da comunidade escolar, foi abordada, no questionário direcionado aos professores, qual a percepção desses profissionais sobre a colaboração entre pais, professores, gestores e demais membros da comunidade escolar na gestão da escola. As respostas foram as seguintes:

Nos últimos tempos tem sido bastante comum observar que a família está bastante distante da escola e isso acaba, sendo um grande problema para a formação do aluno (Professor A).

É importante que os pais ou responsáveis pelas crianças demonstrem interesse em tudo no que diz respeito à escola do filho, para que ele perceba que estudar é prazeroso e indispensável para a vida (Professor B).

Percebo uma grande intenção do diretor em incluir não só, nossa comunidade acadêmica nas decisões da escola, mas, também à comunidade (pais de alunos), nessas decisões; apesar de essa participação ficar a desejar (Professor C).

Os pais e professores fazem reuniões periódicas que trata sobre o desenvolvimento dos alunos. Essas reuniões são promovidas e mediadas pela gestão escolar (Professor D).

Não temos 100% de participação da família na escola, embora ativamente chamamos (Professor E).

Eu vejo que deveria ter um pouco mais de parceria entre ambos (Professor F).

As respostas dos professores revelam uma diversidade de perspectivas em relação à colaboração entre a escola, pais e demais membros da comunidade: enquanto alguns professores destacam a importância da participação ativa dos pais, evidenciando a realização de reuniões e a promoção de parcerias, outros expressam preocupações com a falta de envolvimento, mostrando que, apesar dos esforços, a participação ainda deixa a desejar.

A resposta que menciona a intenção da gestão escolar de incluir a comunidade nas decisões destaca a importância da transparência e da abertura para a participação democrática. Porém, a percepção de que essa participação "fica a desejar" evidencia que há desafios a serem superados na efetiva implementação da gestão democrática. A sugestão de que deveria haver "um pouco mais de parceria entre ambos" revela a necessidade de fortalecer os laços entre escola e comunidade. Em uma análise geral, as respostas evidenciam a relevância da gestão democrática na escola, mas também apontam para desafios que podem comprometer sua efetividade, como a falta de participação plena da comunidade.

Libâneo (2013) afirma que a gestão escolar deve incluir a comunidade nas decisões e ressalta a importância de evitar a redução da estrutura organizacional a uma concepção estritamente funcional e hierarquizada. Porém, as respostas apresentadas pelos professores indicam preocupações com a falta de participação efetiva e a necessidade de maior parceria entre escola e comunidade. Nesse contexto, é necessário superar os obstáculos para efetivar uma gestão democrática que verdadeiramente envolva a comunidade nas decisões escolares.

Nessa perspectiva, uma das questões visou explorar os principais desafios percebidos pelos professores em relação à participação da comunidade escolar na gestão escolar. As respostas dos professores revelam diferentes perspectivas sobre os obstáculos enfrentados nesse contexto:

A falta de interesse de algumas partes é sem dúvidas um ponto crucial para que essa participação ativa aconteça (Professor A).

Promover o engajamento da comunidade acadêmica é um dos grandes desafios dos gestores escolares, é parte dessa tarefa aumentar a participação da família na vida educacional dos alunos (Professor B).

Os principais desafio que vejo, é um relação a participação dos pais na escola, pois ainda fica a deseja, mesmo a direção procurando de varias formas, que eles participem (Professor C).

Um dos principais desafios é desestruturação familiar que afeta o desenvolvimento emocional das crianças (Professor D).

Alguns pais só frequentam a escola em tempo de matrículas e rematrículas, tem coisas que só podemos conseguir com a ajuda da família (Professor E).

Conscientizar a participação da família na vida educacional dos alunos, tanto para instituições de ensino particulares, quanto públicas (Professor F).

As semelhanças nas concepções dos professores incluem a preocupação com a falta de interesse de algumas partes da comunidade escolar, a necessidade de promover o engajamento da comunidade acadêmica e a importância de conscientizar os pais sobre sua participação na vida educacional dos alunos, destacando uma compreensão compartilhada de que a participação efetiva da comunidade é essencial para o sucesso da gestão democrática.

Na perspectiva de Romão (2004), a dificuldade de participação popular nos processos decisórios não decorre da apatia ou desinteresse da comunidade, mas sim de obstáculos construídos por aqueles que buscam manter o monopólio das decisões. Relacionando essa visão com as respostas dos professores sobre os desafios da gestão democrática, observa-se uma convergência na compreensão de que a falta de engajamento da comunidade pode ser uma resposta aos obstáculos existentes.

Portanto, na busca por fortalecer a gestão democrática, é crucial não apenas incentivar a participação, mas também identificar e remover os obstáculos que podem estar impedindo a comunidade de se envolver plenamente nas decisões escolares, nas quais a compreensão dos desafios apresentados pelos professores é fundamental para direcionar esforços na promoção de uma gestão mais participativa e inclusiva.

Das perspectivas apresentadas pelos pais acerca da gestão escolar democrática, ressalta-se as respostas deles a uma das indagações do questionário, que objetivou explorar em quais tipos de decisões ou assuntos escolares eles já participaram ou desejariam participar ativamente. As respostas apresentadas foram as seguintes:

Decisões não, assuntos sim, quando é pra haver alguma mudança na escola ou algum tipo de evento, como datas comemorativas etc... nunca participei (Pai A).

Fortaleça laços com pais e alunos (Pai B).

Reuniões escolares (Pai C).

Dia das crianças (Pai D).

Reunião (Pai E).

Gostaria de estar mais presente nas reuniões escolares (Pai F).

Não participei de nenhuma, mas sempre estou por dentro das pautas importantes (Pai G).

Como é possível perceber, há uma diversidade de interesses e níveis de participação dos pais nos diferentes aspectos da vida escolar. Alguns deles demonstram um envolvimento

mais ativo em eventos específicos, como datas comemorativas ou reuniões escolares, enquanto outros expressam o desejo de fortalecer laços com a comunidade escolar de maneira mais ampla.

No contexto da gestão democrática, é relevante observar que a participação dos pais não se restringe apenas a decisões formais, mas também abrange assuntos e eventos que contribuem para a construção de uma comunidade escolar inclusiva. No entanto, é necessário considerar a necessidade de engajar aqueles que expressam o desejo de participar mais ativamente. Para isso, é necessário criar oportunidades e espaços que permitam aos pais contribuírem não apenas em situações específicas, mas de forma contínua, promovendo uma gestão escolar mais inclusiva e participativa.

De acordo com Lima (2013), na teoria da democracia como participação, a participação, a discussão e o diálogo são considerados métodos fundamentais para a construção democrática. Desse modo, é essencial que as instituições educacionais considerem não apenas as decisões formais, mas também os diversos assuntos e eventos que permeiam a vida escolar. A promoção do diálogo constante e o estímulo à participação em diferentes contextos contribuem para uma gestão mais inclusiva e alinhada aos princípios da democracia participativa.

Uma das questões do questionário direcionado aos pais visou compreender os desafios enfrentados por eles ao tentarem se envolver na gestão escolar de seus filhos, a variedade de respostas apresentadas revela distintas percepções sobre os obstáculos que impactam a participação efetiva dos responsáveis na vida escolar. As respostas dos pais foram as seguintes:

- Ainda não tive nenhum desafio em relação a esse assunto (Pai A).
- Transporte que é muito longe da escola (Pai B).
- Nenhum desafio, mas existem a evasão escolar, a evasão da educação e dos alunos e a inclusão (Pai C).
- Ser chamada na escola (Pai D).
- Nenhuma (Pai E).
- A minha carga diária do trabalho, que é bastante puxada (Pai F).
- Nenhuma (Pai G).

É crucial considerar a importância de criar condições propícias para a participação, reconhecendo que desafios como distância e carga horária podem impactar significativamente o engajamento dos pais, pois, a gestão democrática busca superar tais obstáculos, promovendo estratégias flexíveis que levem em conta as diferentes realidades e disponibilidades dos responsáveis.

Lima (2013) destaca que a edificação de uma escola democrática não é concebível sem a participação efetiva de diferentes segmentos, indo além de professores e alunos, e requer o exercício da cidadania crítica por outros atores. A participação democrática, conforme delineado pelo autor, não se limita apenas à presença física dos pais nas reuniões escolares, mas requer uma compreensão mais ampla da cidadania crítica, envolvendo o engajamento ativo em decisões e processos educacionais.

Em relação à gestão democrática sob o ponto de vista dos alunos, quando questionados se já haviam participado de alguma atividade ou reunião em que pudessem expressar suas opiniões sobre a escola, todas as respostas foram negativas.

A ausência de participação dos alunos nos processos decisórios, conforme evidenciada pelas respostas, pode ser analisada a partir das considerações de Gracindo (2007). A autora destaca que a fragmentação no contexto escolar ocorre quando as partes envolvidas se tornam autônomas, sem uma interação efetiva. Esse distanciamento resulta na perda de conexão entre o conhecimento fragmentado e todos os sujeitos envolvidos no trabalho escolar.

Outro item do questionário buscou investigar se os alunos conheciam algum mecanismo ou forma de participação nas decisões da escola, exemplificando como possíveis instâncias o grêmio estudantil, conselhos ou assembleias. As respostas obtidas indicam um conhecimento parcial por parte dos alunos em relação a esses mecanismos:

Sim os colegas jogam no time de futebol (Aluno A).

Sim nas decisões referentes a praticas pedagógicas, currículo gestão escolar ambiente relação (Aluno B).

Conheço mais até o momento não tive a oportunidade de participar (Aluno B).

Não conheço, mas a ideia de grêmio estudantil parece ótima (Aluno D).

As respostas indicam uma variação no grau de familiaridade e participação dos alunos nos mecanismos de gestão democrática da escola. Enquanto o Aluno “A” associa a participação à prática esportiva, o Aluno “B” amplia a compreensão, englobando aspectos pedagógicos e de gestão escolar. Já o Aluno “C”, embora tenha conhecimento, ainda não teve oportunidade de participar. Por fim, o Aluno “D” expressa desconhecimento, mas reconhece a positividade da ideia do grêmio estudantil.

Criticamente, é possível observar que algumas respostas ainda carecem de especificidade, não detalhando o entendimento dos alunos sobre os mecanismos de participação. Além disso, a falta de participação efetiva de alguns estudantes revela desafios na promoção da gestão democrática, evidenciando a necessidade de esforços para informar, envolver e incentivar a participação ativa dos discentes nos processos decisórios da escola.

As respostas dos alunos, ao indicarem um conhecimento parcial ou ausência de participação nos mecanismos de gestão democrática, contradiz a proposta de Libâneo (2013) sobre a necessidade de uma escola inclusiva, voltada para uma sociedade que abrace a diversidade cultural e as diferenças. De acordo com o autor, essa escola inclusiva deve ser capaz de representar os interesses de todos os alunos nos currículos comuns.

A falta de conhecimento e participação dos alunos nos mecanismos como grêmios estudantis, conselhos ou assembleias indica uma lacuna na inclusão efetiva dos diferentes pontos de vista e interesses no processo decisório da escola. Assim, as respostas dos alunos reforçam a necessidade de um esforço adicional na promoção de práticas que assegurem a inclusão e a representatividade de todos, alinhando-se aos princípios da gestão democrática.

6 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir das respostas dos sujeitos que participaram da pesquisa forneceram uma visão abrangente sobre a perspectiva da gestão democrática nas escolas investigadas. A princípio, as respostas apresentadas pelos gestores revelaram que, em muitos casos, a gestão democrática permanece mais como um ideal proclamado do que como uma prática efetivamente implementada.

A necessidade de participação da comunidade nas decisões escolares é reconhecida, mas a falta de detalhes sobre o processo de tomada de decisões evidencia uma lacuna em relação a essa questão. A ausência de informações detalhadas sobre como as opiniões da comunidade são consideradas e implementadas nas diversas áreas da gestão escolar revela que, mesmo com reconhecimento da importância da comunidade, a aplicação prática da gestão democrática ainda é insuficiente.

Quanto aos gestores, apesar de mencionarem a importância da gestão democrática, não ficou claramente evidenciado que essa perspectiva era efetivamente aplicada na prática. Ademais, a interferência política ainda é apontada como um fator que impacta a democracia nas escolas, em que a realidade apresentada direciona para um cenário no qual os processos políticos envolvendo a escolha de gestores escolares aparentam ser influenciados por indicações políticas, comprometendo a efetividade do processo democrático, evidenciando a complexidade desse contexto.

No caso dos professores, um dos principais desafios apontados para a gestão democrática nas escolas foi a baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos. Essa

questão ressalta a necessidade de estratégias para envolver ativamente os pais nas decisões e práticas escolares.

Adicionalmente, constatou-se uma baixa participação tanto dos pais quanto dos alunos nos processos decisórios das escolas investigadas. Muitos pais não comparecem às reuniões e outros eventos da escola, apontando a rotina de trabalho como justificativa ou obstáculo para uma participação mais efetiva. Em relação aos alunos, essa participação mostrou-se limitada.

Nesse sentido, a análise dos dados coletados na pesquisa revelou que a participação da comunidade escolar nos processos de gestão, em várias instâncias, ocorreu de forma limitada, muitas vezes restringindo-se a procedimentos burocráticos, como a participação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A participação em instâncias mais amplas e efetivas, como conselhos estudantis e reuniões escolares, é baixa e enfrenta desafios.

Diante disso, foi possível constatar que o envolvimento e a participação da comunidade escolar na gestão das escolas em Chapadinha – MA, ao menos nas escolas pesquisadas, ainda apresentam limitações para uma gestão democrática efetiva. Dentre os desafios identificados, destaca-se a falta de interesse por parte de alguns membros da comunidade escolar, notadamente os pais. Estes só se envolvem predominantemente em reuniões e eventos festivos.

Embora tenham sido identificados mecanismos de participação, tais como o Conselho Escolar, Conselho de Classe e Reuniões de Pais e Mestres, ainda persiste o baixo envolvimento dos pais e demais membros constituintes da comunidade escolar, em especial os alunos. Essa limitação compromete a concretização dos princípios democráticos na prática, evidenciando a necessidade de estratégias que estimulem uma participação mais efetiva e contínua de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

CISESKI, Â. A.; ROMÃO, J. E.. Conselhos de Escola: coletivos instituintes da Escola Cidadã. *In*: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 72 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LIMA, Licínio C.. Escolarizando para uma educação crítica: a reinvenção das escolas como organizações democrática. *In*: TEODORO, Antônio; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Educação crítica e utopia: perspectivas para o século XXI.** São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Licínio C.. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROMÃO, J. E.. Gestão democrática do ensino público: condição da reforma educacional brasileira. *In*: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA A SOBREVIVÊNCIA DO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING FOR THE SURVIVAL OF MICRO AND SMALL ENTREPRENEURS IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC IN THE MUNICIPALITY OF CHAPADINHA-MA

Jamile Correia Da Silva¹

Rodrigo Dos Santos Reis²

Orientador: Esp. Rodrigo Lima de Andrade³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a função desempenhada pela contabilidade dentro das micro e pequenas empresas, como ferramenta de auxílio e gestão, no período de crise ocasionado pela pandemia no município de Chapadinha – MA. Para isso, é crucial entender como as informações contábeis auxiliaram as empresas durante a pandemia, identificar os desafios enfrentados pelos empresários para compreender a rotina contábil de suas empresas, conhecer as estratégias eficazes que contribuíram para a operação das empresas e entender a importância de ferramentas administrativas, como o planejamento financeiro, para a saúde da empresa. A pesquisa, que é exploratória em seus objetivos e fundamentada na análise qualitativa de dados, envolveu uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Um questionário foi aplicado a doze micro e pequenas empresas em Chapadinha-MA. Os resultados indicam que a contabilidade desempenhou um papel crucial na sobrevivência das empresas na cidade, especialmente no que diz respeito ao aconselhamento sobre assistência governamental. Assim, apesar dos desafios impostos pela pandemia, alguns empresários conseguiram aumentar o faturamento mensal após a crise, graças ao suporte fornecido pelo profissional contábil.

Palavras-chave: micro e pequeno empreendedor, contabilidade, pandemia.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP.

² Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP.

³ Administrador, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2010-2015); graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (2018-2021), especialista em Qualidade e Produtividade pela Faculdade de Negócios - FAENE (2018 - 2020).

ABSTRACT: This study aims to analyze the role played by accounting within micro and small companies, as an assistance and management tool, in the period of crisis caused by the pandemic in the municipality of Chapadinha – MA. To achieve this, it is crucial to understand how accounting information helped companies during the pandemic, identify the challenges faced by entrepreneurs to understand their companies' accounting routine, learn about effective strategies that contributed to the operation of companies and understand the importance of administrative tools, such as financial planning, for the health of the company. The research, which is exploratory in its objectives and based on qualitative data analysis, involved a bibliographic review and field research. A questionnaire was applied to twelve micro and small companies in Chapadinha-MA. The results indicate that accounting played a crucial role in the survival of businesses in the city, especially with regard to advising on government assistance. Thus, despite the challenges posed by the pandemic, some entrepreneurs managed to increase their monthly revenue after the crisis, thanks to the support provided by accounting professionals.

Keywords: micro and small entrepreneur, accounting, pandemic.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus foi um marco histórico no cenário mundial e, no âmbito empresarial, não poderia ser diferente. O fechamento do comércio e o isolamento social foram fatores preponderantes para a crise econômica, tendo em vista que muitas empresas chegaram à beira da falência. Outras tiveram que fechar as portas.

Ademais, os principais negócios afetados foram as micro e pequenas empresas que, por conta do porte, não possuíam reservas de emergência nem outros meios para sobreviver a uma crise tão longa. Muitos empresários tiveram que encerrar as atividades, uma vez que sua atuação não era mais viável. Desse modo, surge a seguinte questão: como a contabilidade pôde auxiliar na gestão das micro e pequenas empresas durante a pandemia de COVID-19, dentro do município de Chapadinha - MA?

Partindo desse questionamento, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a função desempenhada pela contabilidade dentro das micro e pequenas empresas como ferramenta de auxílio e gestão no período de crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus no município de Chapadinha - MA. Além disso, a pesquisa visa compreender como as informações contábeis auxiliaram essas empresas, durante a pandemia, a identificar as

dificuldades encontradas pelos empreendedores em relação à rotina contábil de seus empreendimentos, quais os métodos utilizados contribuíram para o funcionamento das empresas durante a crise e entender a importância de ferramentas administrativas, como o planejamento financeiro, para a saúde da empresa.

O trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica e de campo, sendo exploratória quanto aos objetivos e, quanto à análise dos dados, com abordagem alicerçada na pesquisa qualitativa, pois visa explicar e compreender como as informações contábeis foram suficientes para suprir as dúvidas dos empresários durante a crise causada pelo coronavírus no município de Chapadinha - MA. Para a realização da pesquisa de campo e da coleta de dados, foi aplicado um questionário a 12 micro e pequenos empresários de Chapadinha-MA.

Iniciamos trazendo o referencial teórico adotado e a discussão sobre a forma como a pandemia afetou o comércio no Brasil, além dos aspectos legais referentes às MPEs. Em seguida, abordamos o contexto de evolução da contabilidade e da relevância da contabilidade gerencial na tomada de decisões. Também exploramos a utilização de ferramentas de gestão dentro da contabilidade e a importância da consultoria para os micros e pequenos empresários. Por fim, falamos sobre metodologia utilizada e expomos os resultados alcançados na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O impacto da pandemia nas organizações

Como é sabido, o ano de 2020 foi marcado pela crise ocasionada pela COVID-19, o que gerou grandes perdas em pequenas e grandes empresas de vários ramos. Muitas organizações tiveram que se reinventar, mudando seu estilo de trabalho, buscando novas estratégias mercadológicas para obter lucro e evitar perdas.

Com o fechamento de todo o mercado em função do isolamento social, várias organizações tiveram que fechar as suas portas. Com isso, os empreendedores enfrentaram muitas dificuldades em relação à gestão de suas empresas, tendo em vista que as pessoas não podiam sair de suas casas para ir ao comércio local.

Um dos grandes desafios encontrados pelos empreendedores foi a manutenção do seu negócio, relacionado às vendas ou a prestação de serviços, cumprir seus compromissos, manter o relacionamento com os clientes, além de se adaptar às plataformas online, como abordam Junior, Ceolin e Neto (2022, p. 06):

A manutenção dos negócios diante da pandemia também foi outro grande desafio para as organizações, honrar os compromissos, a capacidade de se reinventar, vender/prestar serviços por plataformas online, adaptação do marketing e retenção dos clientes, foram os principais desafios.

Por meio dessas dificuldades, os empresários buscaram novos métodos na forma de gestão do seu empreendimento, desde o corte de gastos, como utilização de novos modelos de trabalho, a fim de manter sua empresa ativa gerando lucro.

Um dos métodos mais utilizados pelas empresas durante esse período foi o home office. Por meio de atendimentos online, elas conseguiam cumprir com os protocolos de segurança, além de proteger a saúde de seus funcionários e manter a comunicação com seus clientes. Como afirma Backes et al (2020, p.5), “Aderir ao homeoffice foi a maneira de cumprir os protocolos de segurança e de proteção da saúde.”

Esse método adotado por várias empresas proporcionou a continuidade empresarial no mercado, fazendo com que alguns empreendimentos alavancassem a venda online dos seus produtos, que até então eram comercializados apenas de forma presencial, como destaca Castro et al (2020, p. 2):

As mudanças experimentadas em função da pandemia provocaram alterações nas rotinas de trabalho e no comportamento corporativo, com revisão das reais necessidades de manutenção de processos e estruturas, do mesmo modo que encoraja as organizações a migrarem para o e-commerce e a promoverem novas estratégias de gestão.

Na tentativa de garantir que as micro e pequenas empresas continuassem atuando no mercado e evitassem a falência em função do isolamento social, o governo criou medidas legais com o intuito de auxiliá-las no enfrentamento da crise econômica ocasionada pelo COVID- 19. Uma das medidas proporcionada pelo governo e adotada pelas empresas foi a antecipação das férias individuais ou coletivas, de feriados, utilização do teletrabalho, banco de horas, proporcionada pela Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Além disso, por meio da Resolução nº 154, de 03 de abril de 2020, houve a prorrogação do pagamento dos tributos federais e municipais devidos pelas empresas enquadradas no Simples Nacional, a fim de aliviar o capital de giro da empresa, caso esta não conseguisse pagar o tributo, como afirma Schreiber, Moraes e Stasiak (2021, p.11):

A Resolução nº 154/2020 também prorrogou o pagamento dos tributos estaduais e municipais, devidos pelas empresas tributadas pelo Simples Nacional, com vencimento em abril, maio e junho para os meses de julho, agosto e setembro respectivamente.

Por meio da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, foi criado o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. Depois, essa ela foi convertida para a Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020, possibilitando a suspensão ou até mesmo a redução da jornada do contrato de trabalho.

Por isso, é importante destacar a importância dessas medidas provisórias que foram essenciais para várias empresas, principalmente para as pequenas, que conseguiram se manter e cumprir todas as suas obrigações fiscais e trabalhistas, sem ficar no prejuízo e acabar decretando falência.

2.2 Microempreendedor individual (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)

Instituído pela Lei Complementar nº128 de 19 de dezembro de 2008 o Microempreendedor Individual (MEI) se refere ao modelo simplificado empresarial. Ele busca facilitar o processo de formalização do empreendedor autônomo, e seu limite de faturamento anual deve ser R\$ 81.000,00. Com a criação dessa lei, gerou-se um incentivo aos pequenos empreendimentos para formalizar seu negócio, conforme Silveira, Carmo e Souza (2017, p.4):

Assim, pode-se entender que a constituição do MEI corresponde a uma política pública de incentivo à formalização dos pequenos empreendedores, em especial, voltada àqueles que não reúnem condições de geração de renda para arcar com os altos encargos e impostos oriundos da atividade empresarial.

A Lei Complementar nº 123, criada em 14 de dezembro de 2006 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Traz ainda definições dessas empresas – em que a primeira (ME) deve auferir, em cada ano-calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00. Já a segunda (EPP) deve auferir em cada ano-calendário receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00.

Com a implementação dessa lei, o número de empresas cresceu consideravelmente. Em torno disso, houve um alavancamento na economia brasileira, por meio das micro e pequenas empresas, porque várias pessoas conseguiram novos empregos ou até mesmo aumentaram a renda familiar, por meio da criação de uma ME ou EPP.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte têm forte influência no Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). De acordo com um estudo realizado pelo Sebrae e FGV, essas empresas representam 30% do PIB brasileiro, com 23% centralizado nos setores de comércio e serviços. No entanto, vale destacar que apesar das ME e EPP trazerem vários benefícios econômicos e sociais para o país, elas encontram muitas dificuldades para manterem ativas no mercado, como afirma Linhares Júnior (2020, p. 13): “Isso significa dizer que micro e pequenas empresas enfrentam grandes dificuldades para conseguirem manter-se no mercado”. São diversos os motivos que levam muitas dessas empresas à falência.

Dentre os vários motivos provocam o fim dessas empresas, vale mencionar: falta de planejamento financeiro, desconhecimento do mercado e falta de experiência. Outro fator que causa o falecimento das pequenas empresas é a mistura de contas pessoais com contas jurídicas, o que acontece muito nesse meio empresarial, ou seja, o empresário usa a conta bancária do seu empreendimento para custear ou pagar bens para uso pessoal. Em situações desse tipo, faz-se necessária uma boa consultoria contábil, principalmente para a tomada de decisões e fornecimento de informações adequadas, de acordo com Pinheiro e Neto (2019, p.7):

Uma série de fatores contribuem para a falência prematura das micro e pequenas empresas, e a hipótese deste estudo é a inobservância do princípio contábil da entidade, ou seja, os empreendedores misturam os dois patrimônios. Neste sentido tem-se a importância da informação que permitirá uma tomada de decisão mais técnica e assertiva.

2.3 Importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão

A contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que serve para auxiliar na tomada de decisões por meio do fornecimento de informações financeiras da empresa. Ao contrário dos outros segmentos contábeis, a contabilidade gerencial é voltada para o público interno da organização (funcionários e administradores). Já a contabilidade dita tradicional ou financeira é destinada, principalmente, para usuários externos, como o Estado, o fisco e demais órgãos reguladores. Desse modo, ela é realizada com base nas normas internacionais de contabilidade, respeitando os regulamentos e legislações.

A contabilidade gerencial pode trazer muitos benefícios para as micro e pequenas empresas. No entanto, muitos empresários ficam retidos apenas com as obrigações fiscais/trabalhistas, fator que acaba estagnando a situação da empresa. As MPEs, assim como as empresas de outros portes, precisam cumprir algumas obrigações exigidas pelos órgãos reguladores. Essas informações servem para estar em regularidade e também para analisar a situação interna da empresa. Brondani apud Moreira (2014, p.15) destaca: “Os pequenos

negócios terão uma boa percepção financeira de sua empresa se utilizar três demonstrações básicas: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demonstrativo de fluxo de caixa (DFC).”

O balanço patrimonial é considerado como uma fotografia da situação da empresa, pois mostra a situação financeira em um determinado momento, apresentando os ativos e passivos, bens, direitos e obrigações que a organização contraiu.

A DRE é um relatório elaborado junto ao balanço patrimonial e serve para observar o lucro ou prejuízo que uma empresa teve durante seu exercício. A DRE é uma forte ferramenta gerencial que auxilia no entendimento das receitas e despesas. Além disso, ela pode ser utilizada como respaldo no processo de concessão de financiamentos ou empréstimos. Muitas instituições financeiras exigem a apresentação da DRE como requisito para análise de crédito.

A DFC é um relatório que evidencia as entradas e saídas do caixa da empresa, fator muito relevante para a construção de objetivos futuros. Além de todos os ativos da empresa, a demonstração mostra a origem e a destinação do dinheiro da organização.

Vale ressaltar que o microempreendedor individual está desobrigado dos livros contábilísticos. Dessa forma, não necessita formalmente dos relatórios citados anteriormente. O mesmo ocorre com algumas empresas do simples nacional, cujo faturamento seja muito baixo. A tomada de decisão carece de um processo gerencial bem estruturado e da definição clara dos objetivos da instituição. França (2018, p. 13) destaca que:

A definição de objetivos auxilia na coleta de informações, estabelece tempo e esforço necessário no processo decisório. Desta maneira os gestores devem ter objetivos definidos para otimizar a tomada de decisão, porque a ausência de objetivos pode acarretar uma perda de tempo e produtividade da empresa.

Ademais, percebe-se que a contabilidade gerencial é uma grande aliada para a tomada de decisões dentro da empresa. Ela trabalha sobre a perspectiva interna da organização para auxiliar os próprios gestores a buscarem caminhos assertivos na solução dos problemas. Gerir significa escolher os melhores caminhos para o crescimento da organização. Sendo assim, é preciso que os aspectos financeiros sejam muito bem avaliados.

2.4 Utilização de ferramentas de gestão dentro da contabilidade

A contabilidade tem a tarefa de auxiliar no processo decisório. Para isso, deve contar com alguns recursos favoráveis: as ferramentas gerenciais. Tais ferramentas auxiliam para que as decisões sejam tomadas com base nos dados da empresa, tendo uma visão

abrangente das finanças do negócio. Cruz e Cabral (2022, p. 4) afirmam que a contabilidade atua com uma visão futura, analisando conjunturas e projeções.

O aumento da eficiência operacional também é uma consequência direta da adoção das ferramentas de gestão. Processos mais eficientes resultam em economia de tempo e recursos, permitindo que as empresas sejam mais ágeis e competitivas em um ambiente de negócios dinâmico.

Dentre as ferramentas de gestão, cabe destacar algumas famosas, como o ciclo PDCA (plan, do, check, act), que em português significa planejar, fazer, verificar e agir, cujo objetivo é aperfeiçoar os processos através de etapas. Na fase de planejamento, são definidas as metas; no executar, são feitas as ações destinadas ao objetivo; na fase de checar, serão observados se os resultados condizem com as metas; ao término, será implementada a ação corretiva ou de melhoria conforme a necessidade.

Pakes *et al* (2022, p. 3) destaca que “dentre os métodos para resolução de problemas, o ciclo PDCA (sigla de Plan, Do, Check e Act, do português, Planejar, Fazer, Verificar e Agir) é um dos mais utilizados.” Outra ferramenta comum para os negócios é a análise SWOT, largamente utilizada e assim conceituada por Florencio (2022, p. 25):

A Análise SWOT, denominada também como Análise F.O.F.A., em português, é vista como uma ferramenta estrutural da administração. É utilizada na análise do ambiente interno e externo, com o objetivo de formular as estratégias da organização empresarial.

A análise SWOT trabalha com as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Desse modo, busca incentivar os procedimentos exitosos, investindo não somente no que deu certo, mas no que tem grande potencial de crescimento. Seu foco também está nos pontos fracos que podem ser trabalhados e nas ameaças à prosperidade da empresa, que podem vir tanto interna quanto externamente.

2.4.1 Relatório financeiro como ferramenta de gestão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00, 2019) afirma que se as informações têm o objetivo de representar fidedignamente algum fato, elas devem ser tempestivas e úteis, ou seja, não basta apenas que a informação exista, é preciso que ela se alinhe com os propósitos da empresa.

Ter conhecimento da situação financeira da empresa a tempo de tomar uma decisão importante pode ser um fator crucial para a sobrevivência da organização. Com a implementação de novas técnicas de gestão no mundo moderno começa-se a repensar os tipos de relatório, descartando a figura puramente técnica repleta de números para adotar um sistema interpretativo. Ou seja, o contador, além de fornecer os dados, tem de interpretá-los, a fim de auxiliar o gestor.

Para as MPEs, as informações financeiras são extremamente relevantes, porque evidenciam a situação da empresa em termos de lucro ou prejuízo e auxiliam na proposta de crescimento do negócio, identificando oportunidades. Ferreira et al (2022, p. 1) apontam que:

O processo de globalização, principalmente a globalização das finanças, forçou as empresas brasileiras a repensarem a sua gestão financeira. Independentemente do segmento de atuação da empresa, cada vez mais, globalização financeira obriga as empresas a pensar e utilizar a gestão financeira.

2.5 Consultoria contábil para micro e pequenas empresas

A consultoria consiste no ato de prestar aconselhamento ou assistência prática a um indivíduo ou organização. Dentro da contabilidade, a consultoria desempenha um papel primordial, pois auxilia no objetivo final das organizações, tomar as melhores decisões possíveis.

O papel do consultor é subjetivo, ou seja, ele é ajustado conforme a necessidade do cliente. Contudo, verifica-se que na maioria das vezes as micro e pequenas empresas tendem a não procurar um contador, justamente por não achar que o acompanhamento seja necessário para uma empresa tão pequena.

As micro e pequenas empresas são abertas por pessoas que estão começando sua carreira empresarial. Muitos não se preocupam em realizar um planejamento bem estruturado e alinhado ao objetivo da empresa, razão pela qual a mortalidade prematura dos pequenos negócios é tão grande.

Outro fator relevante é a concorrência desleal que muitas micro e pequenas empresas têm de enfrentar dentro do mercado. As empresas de grande porte podem oferecer atributos como descontos maiores, diversidade de produtos e grande volume de oferta. Sendo assim, para conseguir competir, é preciso que as empresas menores sejam capazes de focar nos seus diferenciais, como a oferta de produtos personalizados e a proximidade com o cliente.

Muitos micro e pequenos empresários não possuem a capacidade técnica necessária para gerir seu próprio negócio. Dessa forma, Sousa et al (2021, p. 5) afirmam:

A consultoria, como já mencionado, é uma ferramenta de grande e importante utilidade para as empresas, principalmente as de menor porte, pois nelas, na maioria das vezes, o gestor responsável não possui conhecimento técnico acerca de informações contábeis e gerenciais para o bom desenvolvimento de sua organização.

A falta de conhecimento teórico formal não é um fator limitante. No entanto, pode ser um diferencial frente ao mercado competitivo atual. Na atualidade, a inovação deve ser um dos objetivos principais das MPEs. As tecnologias e o fácil acesso à informação fazem com que o público tenha conhecimento dos mais variados tipos de serviços e produtos. Por isso, apenas as organizações com diferencial podem perseverar no mercado. Oliveira *et al* (2021, p. 9) afirma: “Inovar requer planejamento e estratégia no qual a controladoria vem a contribuir adotando uma postura diferenciada e uma estratégia consistente para encaixá-las neste ambiente moderno, em que tudo acontece ligeiramente”.

O impedimento para que muitas MPEs possam inovar é a falta de recursos, que se manifesta em fatores como a incapacidade de adquirir novas tecnologias e a falta de capacitação profissional. Nesse cenário, a consultoria serve como norteadora para processos de financiamento, incentivos governamentais e outros planos estratégicos.

Ademais, a consultoria nas MPEs não é um trabalho que deve envolver apenas o consultor em si. Ela deve ter uma contrapartida ativa do empresário que deseja aperfeiçoar seu negócio. Marani e Cardoso (2021, p. 30) afirmam:

Para o sucesso do planejamento elaborado pelo consultor, não basta apenas o consultor ter conhecimento e habilidades úteis ao cliente, é também de extrema importância que a empresa esteja disposta a colaborar para que as contribuições do consultor gerem a mudança necessária.

Compreender a importância do trato com as informações financeiras e colocá-las em uso num cenário desregulado pode ser uma grande contribuição para estabilização dos indicadores da empresa e da sua performance frente ao mercado.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica e de campo. É exploratória quanto aos objetivos e tem abordagem alicerçada na pesquisa qualitativa quanto a

análise dos dados, pois visa explicar e compreender como as informações contábeis foram relevantes para suprir as dúvidas dos empresários durante a crise causada pelo coronavírus no município de Chapadinha-MA.

Segundos dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o município de Chapadinha-MA conta com 81.386 (oitenta e um mil trezentos e oitenta e seis) pessoas residentes, contendo o PIB (Produto Interno Bruto) no ano de 2020 de R\$ 9.880,06. O número de empresas e outras organizações atuantes no ano de 2021 era de 879, conforme os dados do IBGE. Para a realização da pesquisa de campo e coleta de dados, foi realizado questionário com 13 (treze) perguntas fechadas, elaborado e aplicado mediante a plataforma digital “Google Forms”. Foram entrevistados 12 empresários do município - quatro atuam no ramo da prestação de serviços e oito praticam o comércio varejista. O critério de escolha dos entrevistados se deu em função do porte das empresas (MEI, ME ou EPP) e sua existência desde antes da pandemia. Além disso, a coleta ocorreu durante todo o mês de outubro de 2023. O questionário e os termos de consentimento de participação na pesquisa constam no anexo deste trabalho.

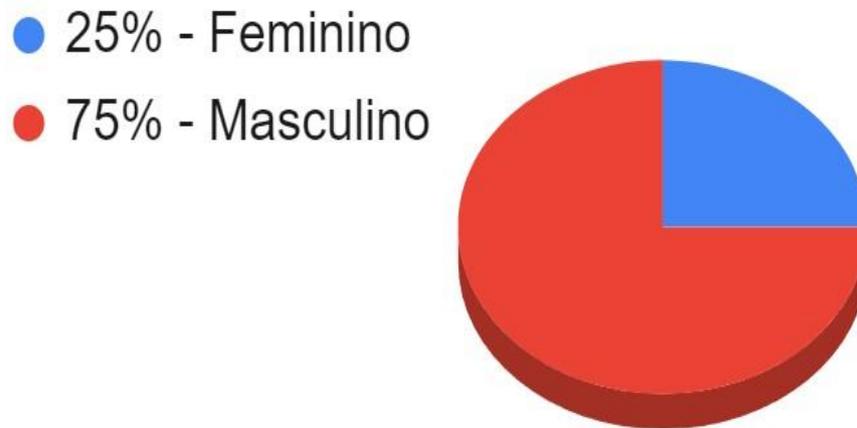
As perguntas do questionário buscaram traçar o perfil do empresário, abordando desde o grau de instrução do gestor até a sua faixa de faturamento mensal após a pandemia. O objetivo principal foi entender as características da pessoa entrevistada juntamente com as dificuldades enfrentadas durante o período de crise, além de evidenciar quais ferramentas/informações fornecidas pela contabilidade foram valiosas para sobreviver à paralisação do comércio.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A contabilidade no âmbito do mercado empresarial

A pesquisa buscou realizar um estudo acerca do papel desempenhado pela contabilidade dentro das micro e pequenas empresas como ferramenta de auxílio à gestão durante a pandemia no município de Chapadinha-MA. Para isso, foi aplicado questionário em 12 empresários dos mais variados ramos.

Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

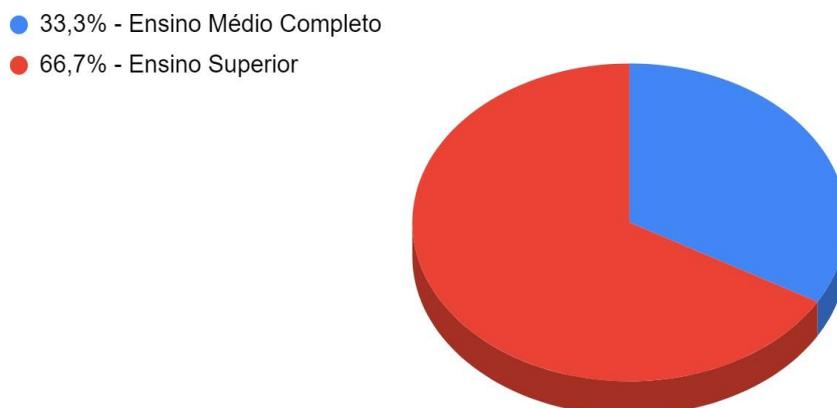
Gráfico 2 - Qual sua faixa etária?



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Na identificação do perfil do empresário, ficou evidente que a maioria é do sexo masculino e possui entre 31 e 40 anos de idade, revelando assim a predominância masculina no mercado empreendedor local. Barbosa e Costa (2022, p. 22) afirmam: “Em vista disso, por não vivermos em uma sociedade plenamente igualitária, a desigualdade de gênero ainda é um assunto recorrente”.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O nível de escolaridade dos empresários revelou que todos possuem educação formal, sendo que o menor grau de instrução é o nível médio. A capacidade técnica é muito relevante para o desempenho de qualquer negócio, contudo o empreendedorismo é construído na prática cotidiana. Teixeira (2012, p. 36) relata: “Atendendo à amplitude que o conceito de empreendedorismo tem vindo a alcançar, pode considerar-se que aquele que beneficia da educação para o empreendedorismo adquire e desenvolve capacidades empreendedoras”.

Dessa forma, fica claro que a educação formal é importante, desde que esteja aliada ao conhecimento empreendedor em aspectos gerais, buscando concretizar as informações na vivência e no desempenho do negócio. O aspecto empreendedor na gestão do negócio deve ser peça central no desenvolvimento das atividades, evitando apenas os aspectos teóricos.

Gráfico 4 - Qual o porte da sua empresa?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

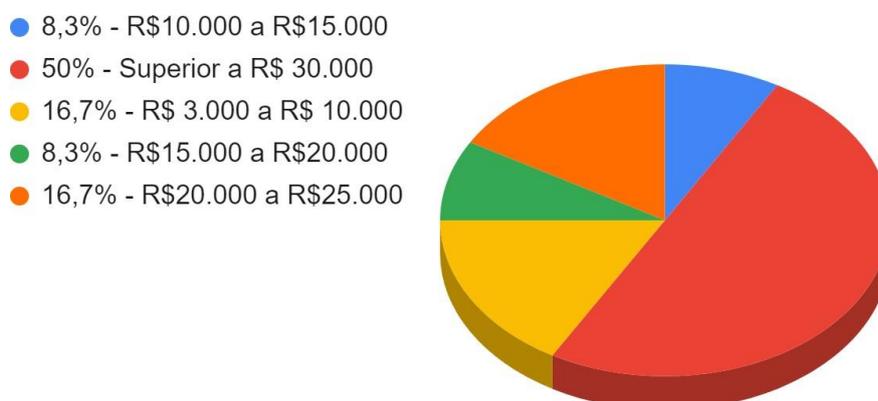
Gráfico 5 - Há quanto tempo sua empresa está no mercado?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A grande maioria das empresas (66,7%) da pesquisa são ME, ou seja, estão enquadradas no regimento legal das micro e pequenas empresas e possuem faturamento anual não superior a R\$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais). Quanto ao tempo de atuação os dados, estes foram diversificados. Contudo, salienta-se que todas as empresas existiam desde antes da pandemia.

Gráfico 6 - Qual era a faixa de faturamento mensal da sua empresa antes da pandemia de COVID-19?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dados apresentados mostram que metade dos entrevistados possuíam um faturamento mensal superior a R\$ 30.000 (trinta mil reais), evidenciando o bom desempenho dos empresários antes da implementação das medidas sanitárias e do fechamento do comércio.

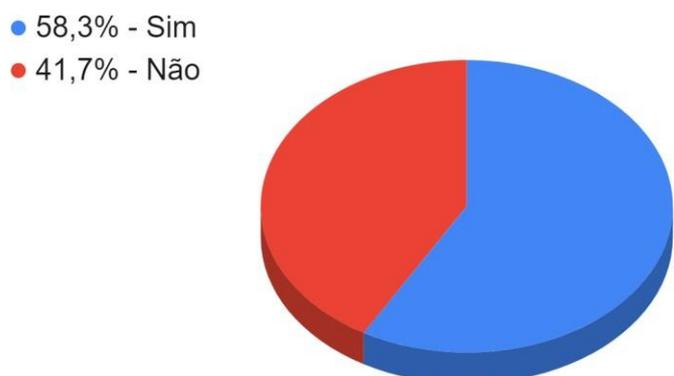
Gráfico 7 - Qual foi a principal dificuldade encontrada durante a pandemia?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As vendas (25%) e o fornecimento de matérias-primas (33,3%) emergiram como os dois principais desafios. De acordo com Fernandez, Benedito e Boldrin (2022, p.6), os empresários tiveram que desenvolver novas estratégias para tentar estabilizar suas vendas, sendo o comércio digital a mais comum entre elas. A dificuldade nas vendas se apresentou de maneiras variadas, dependendo do setor de negócios, sendo particularmente desafiador para o setor de prestação de serviços. A falta de fornecimento de matérias primas desencadeou problemas na fabricação dos produtos finais, especialmente nos casos de comércio de alimentos. Os entrevistados do setor comercial também não estavam conseguindo repassar os produtos aos clientes devido à dificuldade de receber os produtos na loja física.

Gráfico 8 - Durante o período pandêmico, a empresa buscou com mais frequência o serviço contábil?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

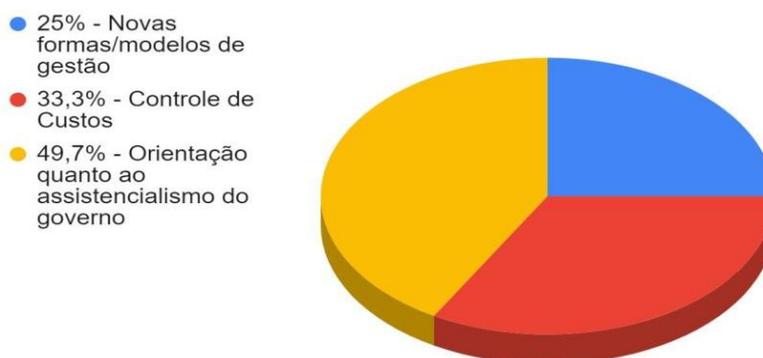
Durante a pandemia vários empresários tiveram dificuldades em dar continuidade às atividades que a sua empresa exercia, visto que as pessoas não podiam sair de casa para trabalhar e para realizar atividades domésticas como ir ao supermercado ou realizar compras presencialmente. Em consequência disso, os empreendedores não sabiam como lidar com algumas dificuldades, como, por exemplo: pagamento de funcionários, pagamento dos impostos, despesas e gastos, dentre outros. Por isso se faz importante o uso da contabilidade gerencial ou até mesmo da consultoria contábil, sabendo que ela pode auxiliar os empreendedores a resolverem esses problemas.

Os dados apresentados mostram que mais da metade dos empreendedores (58,3%) buscaram com mais frequência os serviços contábeis. Isso evidencia que eles tiveram certa preocupação com suas empresas e como conseguiriam mantê-las. Além disso, a contabilidade durante a pandemia deu um certo suporte ao empresário em relação às medidas provisórias adotadas pelo governo para auxiliá-las financeiramente durante o período pandêmico, como é evidenciado no gráfico 9, além da importância das informações repassadas ao empresário para a tomada de decisão, que pode ser feito por meio de relatórios ou até mesmo uma consultoria.

No entanto, 41,7% dos empreendedores não buscaram com frequência os serviços contábeis. O que pode ocorrer nessa situação é a falta de conhecimento relacionado à importância das informações transmitidas pelo contador ou até mesmo uma falta de noção para o uso prático dessas informações. Ainda segundo Aguiar (2022,p. 15):

Existem empresas que ainda não utilizam a contabilidade gerencial, normalmente não é feito o uso por falta de conhecimento sobre a contabilidade, por não terem um contador gerencial ou pessoa capacitada para fazer essas análises, com isso diversos empresários e administradores não têm ciência das vastas informações e benefícios que podem ser extraídas a partir das demonstrações contábeis.

Gráfico 9 - Como a contabilidade contribuiu para sua empresa durante a pandemia?

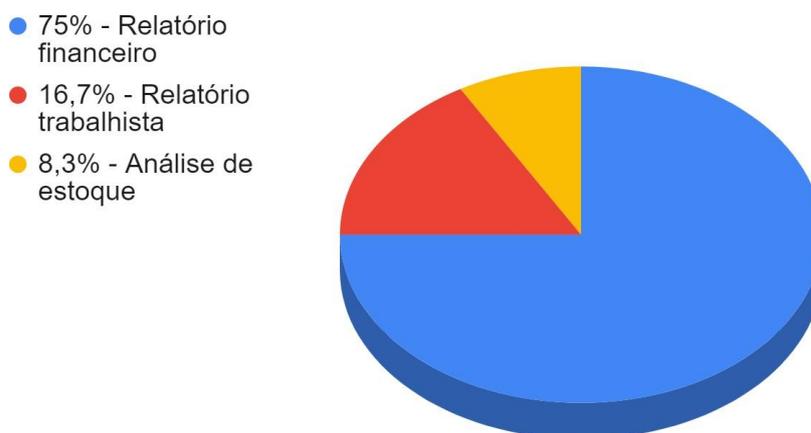


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Durante o período pandêmico, o governo estabeleceu medidas que contribuíram para a continuidade das empresas, evitando a falência delas, sendo que muitas utilizaram esse assistencialismo justamente para não afundar em dívidas e, principalmente, cumprir com suas obrigações, como por exemplo: o pagamento dos impostos. E, como é demonstrado no gráfico, 49,7% das empresas utilizaram dos serviços contábeis para auxiliá-las da melhor forma nas medidas propostas pelo governo. E 33,3% dos empresários afirmam que a contabilidade, por meio do controle de custo, ajudou a sua empresa durante a pandemia.

Carvalho (2019, p. 14) afirma que “o controle de gastos é essencial para fornecer as informações necessárias sobre a rentabilidade e desempenho das atividades das empresas. Além disso, essa gestão auxilia o planejamento, controle e desenvolvimento das diversas operações”. Assim como novos modelos de gestão, em que 25% dos empreendedores adotaram esse método por meio da contabilidade, implementando novas formas para que as suas empresas conseguissem sobreviver durante a pandemia.

Gráfico 10 - Quais informações contábeis foram importantes para a tomada de decisão?



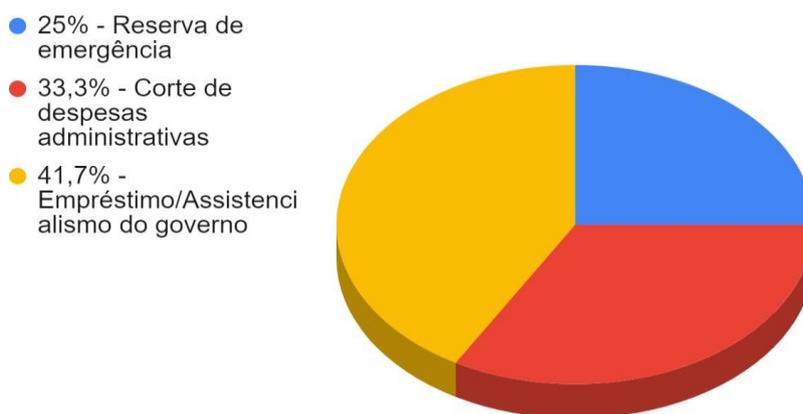
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme os dados da pesquisa, mais da metade dos empresários (75%) utilizaram as informações do relatório financeiro, as quais foram repassadas pelo contador. Somente 16,7% dos que responderam à pesquisa usaram os relatórios trabalhistas para a tomada de decisão, e a minoria 8,3% usaram análise de estoque.

A utilização desses relatórios se faz importante para que o empreendedor saiba como anda a sua empresa financeiramente. Nessa situação, é importante salientar a relevância do relatório financeiro para a organização, pois as informações contidas nele serão decisivas para a tomada de decisão da empresa.

Já o relatório trabalhista é necessário para que o empresário saiba todas as obrigações perante seus funcionários. E a análise de estoque serve para que o empresário saiba quantas mercadorias há em estoque, evitando comprar e gastar em excesso, ocasionando prejuízo futuros. Essa análise também trará um controle dos seus gastos com mercadorias.

Gráfico 11 - Qual estratégia adotada por você foi mais eficiente para sobreviver à crise?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

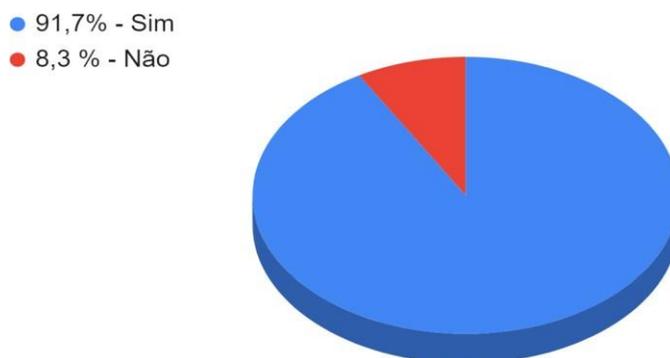
Fica evidente que as medidas provisórias adotadas pelo governo para auxiliar as empresas durante a pandemia foram bastante importantes e acatadas por elas. Por meio dessas medidas, várias empresas conseguiram se manter durante a crise e pagar suas obrigações. 41,7% dos empreendedores utilizaram do empréstimo ou assistencialismo do governo. Outros 25% utilizaram reserva de emergência e 33,3% fizeram corte de despesas administrativas.

A reserva de emergência, por sua vez, a qual também é adotada por algumas empresas, fez-se muito importante durante a pandemia, pois ela é capaz de bancar todas as despesas que a empresa possui. Por isso, é sempre importante que o empreendedor saiba da sua importância para a empresa e tenha segurança quanto às questões financeiras do seu empreendimento.

A gestão financeira de várias empresas foi afetada por conta da pandemia. Em consequência disso, muitas delas acabaram contraindo um grande número de despesas. Para que esse problema relacionado aos custos pudesse ser resolvido, as empresas adotaram a estratégia de cortar os gastos com despesas administrativas (por meio dessa estratégia, é

possível diminuir o custo total operacional do negócio e, conseqüentemente, a empresa terá mais liberdade para escolher o quanto produzir).

Gráfico 12 - Relacionado ao desempenho da empresa, houve uma melhoria na empresa após a utilização da contabilidade durante a pandemia?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

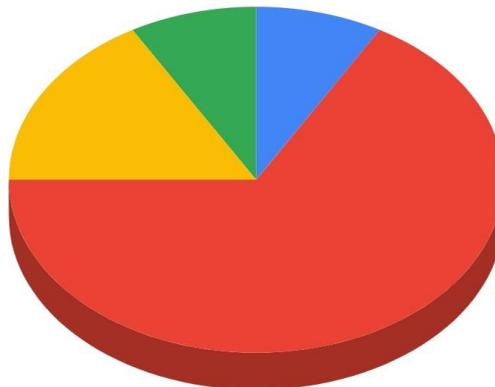
Conforme os dados da pesquisa, 91,7% dos empreendedores afirmam que a sua empresa teve um bom desempenho após a utilização da contabilidade durante a pandemia. Todavia 8,7% nega esse fato. Vale ressaltar que, se o empreendedor souber utilizar de forma correta todas as informações, a sua empresa terá muitos benefícios. Porém, se utilizadas de modo errado, isso trará prejuízos.

É bastante comum encontrar empreendedores que não sabem ou não conseguem interpretar e pôr em prática os dados transmitidos pelos contadores. Em consequência disso, acabam deixando de lado essas informações, que podem ser úteis para o desempenho e até mesmo destaque da empresa. Outro fator que é bastante comum na tomada de decisão baseado em informações contábeis é o atraso de informações por parte do administrador. Quando esse atraso de informações da empresa acontece, conseqüentemente haverá atrasos na entrega dos relatórios que servirão como base decisória. Ludícibus (2010, p. 283) relata que:

Muitas vezes, o contador se queixa de que não encontra apoio por parte da administração para realizar trabalho melhor, ao mesmo tempo que o administrador faz restrições à contabilidade por não lhe apresentar informações aptas a auxiliá-los nas tomadas de decisões. Além disso, a própria escrituração está sempre atrasada

Gráfico 13 - Qual era a faixa de faturamento mensal da sua empresa depois da pandemia de COVID-19?

- 8,3% - R\$15.000 a R\$20.000
- 66,7% - Superior a R\$30.000
- 16,7% - R\$10.000 a R\$15.000
- 8,3% - R\$25.000 a R\$30.000



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ao analisarmos os dados do gráfico 6, que se refere ao faturamento mensal da empresa antes da pandemia e compararmos com os dados do gráfico 13, podemos observar que a porcentagem de empresas que tinham seu faturamento mensal superior a R\$30.000 aumentou 16,7%, saindo dos 50%, como mostra o gráfico 6, e chegando a um total de 66,7%, como fica evidente neste gráfico.

Além disso, houve também um aumento no percentual das empresas que faturavam entre R\$10.000 a R\$15.000. Antes a porcentagem era de 8,3% e subiu para 16,7%. Já o faturamento de R\$15.000 a R\$20.000 permaneceu no mesmo percentual. Pode-se associar esse aumento à crescente procura por serviços contábeis, manifestada em relatórios e informações repassadas aos empresários para aperfeiçoamento das empresas, além de informações sobre a saúde financeira que operam como direcionador para a tomada de decisão.

Outro fator que pode ter sido uma forte influência para esse aumento foi a utilização do assistencialismo do governo, como é evidente no gráfico 11, em que a maioria das empresas utilizaram empréstimos/assistencialismo do governo.

Vale ressaltar que, no período pandêmico, o serviço contábil serviu de apoio ao empresário, principalmente na forma como ele poderia cumprir as obrigações fiscais, eliminando dúvidas sobre as vendas de mercadorias, apontando melhores formas de captar clientes e a possibilidade de corte de gastos ou diminuição de custos.

5 CONCLUSÃO

A atuação da contabilidade no contexto empresarial é uma tarefa intrincada, que depende tanto das habilidades técnicas do contador quanto do comprometimento do empresário. Ambos são personagens cruciais para a sustentabilidade da empresa. Esta pesquisa encontrou algumas barreiras na aplicação do questionário, um fator ligado à hesitação dos empresários em compartilhar suas informações com terceiros e ao medo de possíveis fiscalizações por órgãos reguladores. No decorrer desta pesquisa, torna-se claro que o objetivo principal - examinar o papel da contabilidade nas Micro e Pequenas Empresas como instrumento de apoio e gestão durante o período de crise provocado pela pandemia no município de Chapadinha - MA - foi atingido. As informações reunidas na análise de dados ilustram detalhadamente as maneiras pelas quais a contabilidade contribuiu para a operação das empresas e os métodos utilizados para isso.

Os resultados apontam para o reconhecimento da figura do contador e a grande utilização e relevância das medidas assistencialistas propostas pelo governo federal. Os dados aqui obtidos foram levantados apenas em empresas que já utilizavam serviços contábeis. Dessa forma, não existe paradoxo entre o empresário reconhecer a importância da contabilidade e não a utilizar. Ademais, as empresas dessa pesquisa que tinham boa contabilidade não tiveram prejuízos.

O objetivo específico de compreender como as informações contábeis auxiliaram as empresas durante a pandemia é abordado pelas respostas ao questionário, quando os empresários relatam a forte utilização do relatório financeiro como ferramenta de gestão. Desse modo, entende-se que as informações financeiras da empresa alicerçaram as decisões e procedimentos adotados.

Referente à identificação das dificuldades encontradas pelos empresários no exercício do negócio, observa-se que o mais custoso foi o fornecimento de matérias primas e demais insumos para o funcionamento do empreendimento. Isso ocorre justamente pela paralisação nacional do comércio.

As informações contidas no relatório financeiro foram fundamentais para a escolha de estratégias de sobrevivência eficazes durante a crise. De acordo com os dados, o corte de despesas administrativas e os empréstimos/assistencialismo governamentais foram as estratégias mais assertivas, opções que só poderiam ser escolhidas com base nas informações contábeis da empresa.

Sobre o último objetivo, que trata de entender como as ferramentas administrativas foram relevantes para a saúde da empresa, pôde-se constatar que a contabilidade gerencial foi utilizada como ferramenta de gestão e consultoria pelos MPEs. Dessa forma, o olhar gerencial sobressaiu, em especial na utilização da consultoria contábil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando Silva de. **Contribuições da contabilidade gerencial como ferramenta de apoio para a gestão de organizações empresariais.** Trabalho de conclusão de curso. Faculdade Pitágoras. Londrina, 2022. Disponível em: <https://11nq.com/uoMOy> Acesso em 25/09/2023

ALMEIDA, Daniela Barbosa de. **Análise das causas da sobrevivência e mortalidade de micro e pequenas empresas no cenário competitivo brasileiro.** Trabalho de conclusão de curso. Limeira, 2016. Disponível em: <repositorio.unicamp.br>. Acesso em: 28/09/2023.

ANDRÉ, Ana Beatriz Rodrigues da Silva. **Análise do impacto da pandemia provocada pela Covid-19 na sustentabilidade financeira dos municípios do Rio Grande do Norte.** 2020. 39 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/T6hK> Acesso em: 10/11/2023

BACKES, Danieli Artuzi Pes. et al. Os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as organizações: um olhar para o futuro. **Iberoamerican Journal of Strategic Management.** v.19, n.5, p. 1-10. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/riae.v19i4.18987>. Acesso em: 25/09/2023.

BARBOSA, Weber Patrick Tavares. A importância da Contabilidade Gerencial para as empresas em período de pandemia. **Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA.** 2022. v.5, n.03.

Brasil, 2006. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de dezembro de 2006.

CARVALHO, Bruna Boch. **Contabilidade Gerencial como ferramenta para Gestão de Microempresas de Pequeno Porte.** Trabalho de conclusão de curso- Centro Universitário UNIFACVEST, 2019. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/c1000-tcc-bruna-boch-carvalho.pdf>. Acesso em: 15/11/2023.

CASTRO, Beatriz Leite Gustmann de. et al. COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho.** v. 20, n. 3, p. 1059-1063. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.3.20821>. Acesso em: 26/09/2023.

CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 4º, 2021, Minas Gerais. **CONTABILIDADE**

CONSULTIVA EM ÉPOCA DE PANDEMIA: uma análise acerca da relação entre contadores e micro e pequenas empresas do município de São Bento-PB, perante o cenário pandêmico acometido pela Covid-19. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 2021.

COSTA, Camilla Gonçalo da; BARBOSA, Julia da Cunha. **A desigualdade de gênero no mercado econômico.** 2022. Trabalho de conclusão de curso. (Ensino Médio com habilitação profissional de Técnico em Administração) - Etec de Poá, Poá, 2022.

CRUZ, Albyanne Mychely Silva da; CABRAL, Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro. **Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão.** Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE - Universidade Federal da Paraíba, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/TbKh> Acesso em: 12/11/2023.

FARIAS, Tássyla Tairanne Barbosa de. **As informações contábeis gerenciais em micro e pequenas empresas: um estudo nas pizzarias da cidade de João Pessoa – PB.** Monografia - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/T6hS> Acesso em: 10/11/2023.

FERNANDES, Vitor Henrique. **A importância e os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil.** Trabalho de conclusão de curso. Mariana-MG, 2017. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1303>. Acesso em 28/09/2023.

FERNANDEZ, L. C.; BENEDITO, L. P. M.; BOLDRIN, M. S. T. **Dificuldades impostas pela pandemia e medidas adotadas para superar: um estudo de caso no comércio de vestuário de Jales/SP.** 2022. Artigo de Graduação (Tecnologia em Gestão Empresarial) – Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo, Jales, 2022. Artigo apresentado no VI Simpósio de Tecnologia da Fatec Jales – SITEF, 2022, Jales-SP. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/11539>. Acesso em: 28/10/2023.

FERREIRA, Hélio. et al. **A importância da gestão financeira e fluxo de caixa nas micro e pequenas empresas.** Coletânea Científica Administração, 2022, p. 68. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. Disponível em: <https://shre.ink/TFUJ> Acesso em: 14/11/2023.

FLORENCIO, Jhonatha Filipe Rodrigues. **Análise SWOT como ferramenta estratégica: um estudo de caso em uma microempresa na feira de Caruaru.** Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Acadêmico do Agreste - Universidade Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47547> Acesso em: 14/11/2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/chapadilha.html>. Acesso em: 06/12/2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Florisvaldo Cunha Cavalcante; CEOLIN, Alessandra Carla; NETO, Harrison Queiroz. Estudo dos principais desafios enfrentados pela gestão empresarial durante a pandemia da COVID-19. **Interfaces**, volume 10, n. 2, p. 1353-1360. 2022. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/952/902>. Acesso em: 28/09/2023.

JÚNIOR, Maurício Alves Linhares. **Menos é mais? Como as Micro e Pequenas Empresas estão ressignificando o sistema econômico**. Artigo (Graduação em Administração). 37f. Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/923>. Acesso em: 28/09/2023.

MARANI, Felipe; CARDOSO, Mateus Fernandes. **A importância da consultoria empresarial na gestão das micro e pequenas empresas**. Monografia. Faculdade de Tecnologia de Americana “Ministro Ralph Biasi”. Americana, 2021. Disponível em: <https://11nk.dev/fqrXn>. Acesso em: 26/09/2023.

Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características. SEBRAE. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei>. Acesso em: 25/09/2023.

MOREIRA, Andria Ellen Batista. **A utilização de ferramentas da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas e sua importância para a tomada de decisão**. Trabalho de conclusão de curso. Natal, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mwxGZ>. Acesso em: 29/09/2023.

NASCIMENTO, Jonas Bento do. **A importância da contabilidade para o microempreendedor individual em tempos de pandemia: um estudo de multicasos com microempresários da cidade de Parnamirim/RN**. 2020. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Contábeis) - Departamento de Ciência Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/T6Dt> Acesso em: 10/11/2023.

NETO, Elias Gonzaga Siqueira. et al. **Plano de negócios: ferramentas necessárias e sua importância para as empresas de pequeno porte**. Trabalho de conclusão de curso - UniEvangélica, 2022. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/18538>. Acesso em: 12/11/2023.

NÓBREGA, Anna Luiza de Almeida Nóbrega. **Adaptações estratégicas em cenários de crise: um estudo em Cabedelo-PB com micro e pequenas empresas na pandemia da COVID-19**. Trabalho de Curso – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/T6h8> Acesso em: 10/11/2023.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Um estudo sobre a contribuição das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda brasileira. **Revista FAE**. 2006. v.9, n. 1, p. 95-105.

OLIVEIRA, Bruna Mayra de. et al. Controladoria como principal ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas do Brasil. **RELISE**, volume 6. p. 86-116. 2021. Disponível em: <https://acesse.dev/IdysV>. Acesso em: 28/09/2023.

PAKES, Renato Paulo et al. Análise da aplicação das ferramentas da qualidade e do ciclo PDCA: estudo de caso em uma empresa do setor têxtil. **Revista de Gestão e Secretariado**. São Paulo, vol. 13, n. 3, p. 812-827, set/dez. 2022.

PINHEIRO, Janaína Felix Diógenes; NETO, Macário Neri Ferreira. Fatores que contribuem para a mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**. 2019. v.5, n.7, p.11107-11122. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2655>. Acesso em: 28/09/2023.

Pronunciamento técnico CPC 00 (R2), de 10 de dezembro de 2019. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf) Acesso em: 14/11/2023
REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. **A história da contabilidade no Brasil**. UNIFACS, 2008. Disponível em: Acesso em: <https://shre.ink/r4tz>. 28/09/2023.

SCHREIBER, Dusan; MORAES, Margareth Aparecida; STASIAK, Ligia. O impacto da crise pelo COVID-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista Vianna Sapiens**. v.12, n.1. 2021. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/707>. Acesso em: 26/09/2023.

SILVA, Lincoln Wesley Alves da. **Contabilidade 4.0: o papel do contador como consultor nas micro e pequenas empresas para ajudá-las a sobreviver durante a pandemia da COVID-19**. 2021. [32] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/T6hs> Acesso em: 10/11/2023.

SILVA, Lucas Rocha. **A Evolução da Contabilidade e a Função do Contador no Futuro**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Willeli Silvan da. **Gestão estratégica em microempresa e empresa de pequeno porte para sobrevivência na pandemia Covid-19: um estudo de multicasos no RN**. 2020. 103 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/T6hV> Acesso em: 10/11/2023.

SILVEIRA, Amelia; CARMO, Hérmari Magalhães Olivense do; SOUZA, Roosiley dos Santos. Microempreendedor Individual (MEI): benefícios e desafios da legislação brasileira para a aplicação na prática. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**. 2017. v.2, n.1, p. 117-137.

Teixeira, Cláudia Manuela Mendes. **Educação para o empreendedorismo : um estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, p.36, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/21484> Acesso em: 29/10/2023.

TORRES, Vitor. **O que é MEI, como funciona e tudo o que você precisa saber**. Contabilizei.blog. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/mei/>. Acesso em 07/10/2023.

WERNECK, Samara Saieg. **A importância da informação contábil como ferramenta de gestão**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Administração e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://shre.ink/T6ww> Acesso em: 10/11/2023.

XAVIER, Vitor Fonseca; BERTACI, Moacir José. A importância das Micro e Pequenas Empresas para o crescimento do país. **Revista Interface Tecnologia**.2018.. v.15, p. 161-173. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/download/392/307/2119>. Acesso em:28/09/2023.

**A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA: desafios e possibilidades.**

**PSYCHOPEDAGOGICAL PERFORMANCE IN THE INITIAL YEARS OF
ELEMENTARY SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF CHAPADINHA-MA:
challenges and possibilities**

Antonia Vitória Pereira de Sousa¹

Gabriela Sousa Dutra²

Geysa Pereira Rêgo³

Orientador: Prof.^a Ma. Roseanne Márcia Silva Marques Monteiro⁴

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a atuação psicopedagógica nas instituições de ensino em Chapadinho-MA. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, de caráter descritivo, a partir da abordagem qualitativa, que adotou o método hipotético-dedutivo e o questionário como instrumento de coleta de dados. Os sujeitos da pesquisa são três gestoras e nove professoras de 03 escolas da rede pública municipal. As referências teóricas e metodológicas que alicerçaram essa discussão em torno do objeto de estudo apoiam-se em: Arce (2002), Bossa (2000), Almeida; Silva (2018), Barbosa (2012), Scoz e Barone (2007). A partir do estudo, foi possível verificar que os sujeitos da pesquisa reconhecem a importância da atuação psicopedagógica no processo de ensino aprendizagem, bem como a relevância do apoio psicopedagógico para o desenvolvimento das ações pedagógicas pelos professores em um viés de contribuição para aquisição de conhecimentos pelos alunos. O que leva a constatação da relevância do trabalho psicopedagógico nas instituições de ensino, visto que as intervenções causam impactos significativos no aprendizado dos alunos. Portanto, o estudo enfatiza que a qualidade do ensino é responsabilidade social, isto é, de todos os segmentos, sejam estes internos ou externos, como expressado no atendimento oferecido pelo município às escolas.

Palavras-chave: Intervenção Psicopedagógica. Psicopedagogia Escolar. Psicopedagogia e o

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: antoniavitoriaps@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: gdutra.gd5786@gmail.com.

³ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: geysapereira.gp@gmail.com.

⁴

ABSTRACT: This study aims to analyze psychopedagogical performance in educational institutions in Chapadinha-MA. To this end, descriptive field research was carried out, using a qualitative approach, which adopted the hypothetical-deductive method and the questionnaire as a data collection instrument. The research subjects are three managers and nine teachers from 03 public municipal schools. The theoretical and methodological references that supported this discussion around the object of study are supported by: Arce (2002), Bossa (2000), Almeida; Silva (2018), Barbosa (2012), Scoz and Barone (2007). From the study, it was possible to verify that the research subjects recognize the importance of psychopedagogical action in the teaching-learning process, as well as the relevance of psychopedagogical support for the development of pedagogical actions by teachers in a bias towards contributing to the acquisition of knowledge by teachers. students. This leads to the realization of the relevance of psychopedagogical work in educational institutions, as interventions cause significant impacts on student learning. Therefore, the study emphasizes that the quality of education is a social responsibility, that is, of all segments, whether internal or external, as expressed in the service offered by the municipality to schools.

Keywords: Psychopedagogical Intervention. School Psychopedagogy. Psychopedagogy and Teaching and Learning.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a atuação psicopedagógica nas instituições de ensino em Chapadinha-MA, para entender a necessidade desses profissionais (psicopedagogos) no âmbito educacional, visto que são vários os fatores que interferem no percurso de aquisição de conhecimentos por parte dos estudantes. Isto é, tanto o meio externo quanto o interno podem interferir no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa direção, a fim de alcançar o objetivo principal da pesquisa exposto acima, entendeu-se necessário adotar objetivos específicos como um caminho para se chegar ao primeiro, quais sejam: identificar a necessidade de atuação do psicopedagogo nas escolas de Chapadinha; investigar a relevância do trabalho docente alinhado à perspectiva psicopedagógica; analisar o impacto do trabalho do Psicopedagogo nas escolas de Chapadinha-MA frente as dificuldades de aprendizagem.

Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de atuação psicopedagógica na educação como um todo, no município de Chapadinha. Diante dos desafios e demandas que os estudantes enfrentam no ambiente escolar, torna-se cada vez mais importante a presença do psicopedagogo, atuando na compreensão das dificuldades de aprendizagem, considerando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos alunos. Essas dificuldades podem incluir dislexia, discalculia, déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtornos do espectro autista. Em função disso, a intervenção do profissional de psicopedagogia é essencial para apoiar os alunos na superação de suas dificuldades, estimulando sua autonomia e ajudando a desenvolver suas potencialidades, garantindo assim uma formação mais completa e significativa.

Destarte, a pesquisa sobre a atuação psicopedagógica é de grande importância para a área, pois contribui para a produção de conhecimentos e compartilhamentos de informações atualizadas. Através da pesquisa, os profissionais psicopedagogos podem investigar novas abordagens, técnicas e metodologias que possam auxiliar no processo de intervenção e acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Além disso, a escrita acerca da atuação psicopedagógica permite a disseminação desse conhecimento e a troca de experiências entre os profissionais, fortalecendo a construção coletiva do saber e contribuindo para a melhoria da prática profissional.

2 PANORAMA HISTÓRICO E LEGAL DA PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia, como uma área de conhecimento, tem uma história única e deve ser explorada para promover uma compreensão mais profunda de seu campo de atuação e as nuances de sua constituição epistemológica como ciência. Como um campo de pesquisa voltado para a aprendizagem, a Psicopedagogia está intrinsecamente ligada às dificuldades de aprendizagem. Portanto, a Psicopedagogia pode ser vista como uma disciplina que conduz estudos e pesquisas, além de desenvolver métodos destinados a mitigar essas dificuldades de aprendizagem.

No sentido de melhor compreender a Psicopedagogia e os processos que a envolvem, convém conhecer o que vem a ser a Psicopedagogia. Para tanto, recorre-se a Masini (2006, p.249), que afirma o seguinte:

A Psicopedagogia, como área de estudos, surgiu da necessidade de atendimento e orientação a crianças que apresentavam dificuldades ligadas à sua educação, mais especificamente à sua aprendizagem, quer cognitiva, quer de comportamento social. Procurava-se, assim, o porquê ocorria essa problemática, avaliando e diagnosticando a criança, física e psiquicamente.

Envolvidos nessa busca, estavam professores, psicólogos, médicos, fonoaudiólogos e psicometricistas. Nessa primeira etapa da história da Psicopedagogia, todo diagnóstico recaía sobre a criança, o que significava que nela estava o problema, sendo então encaminhada para atendimento especializado. Esse enfoque de diagnóstico, prescrição e tratamento, envolvendo prognóstico, trazia implícita uma concepção de que o fim da educação era de adaptar o homem à sociedade.

Conforme aponta o autor, a Psicopedagogia surge com a proposta, dentre outras, de buscar respostas para situações que envolvem dificuldades de aprendizagem, apresentando métodos de trabalho que podem ser desenvolvidos individual ou coletivamente, por meio de atividades grupais, com vistas a perceber fatores que podem interferir positivamente ou negativamente para o processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, faz-se necessário entender o trabalho do psicopedagogo ao longo da história, de modo a compreender esta área e suas atribuições na atualidade.

Embora pareça ser um campo de estudo recente, a Psicopedagogia teve seu surgimento por volta do século XVII, período em que se deu os primeiros questionamentos sobre a infância. Durante esse período, não havia distinção entre infância e fase adulta. As crianças eram vistas como adultos em miniaturas, não havendo estudos e/ou preocupação com as particularidades e necessidades inerentes à infância. Essa concepção interferia de forma significativa no desenvolvimento das crianças, uma vez que estas não eram consideradas como sujeitos de direito. (Arce, 2002).

Foi a partir das inquietações dos filósofos Rousseau e Friedrich Froebel que se passou a pensar um novo conceito para a infância. Com isso, Rousseau aponta a infância como a fase em que a criança requer cuidados por parte dos adultos, no sentido de auxiliar seu processo de desenvolvimento, levando em consideração a formação de um sujeito autônomo no ato de pensar, consciente da realidade que se insere e sua função social enquanto sujeito ativo na sociedade. Dessa forma, o autor rompe com a figura do adulto como responsável por moldar o ser “criança”, passando a ser visto como aquele que contribui para a construção de um novo sujeito, tendo por base o respeito para com as especificidades que caracterizam essa fase. (Arce, 2002).

Em 1956, a cidade de Buenos Aires, na Argentina, dá um salto nos estudos voltados a psicopedagogia, pois criou a primeira Faculdade de Psicopedagogia. A priori, esta foi introduzida como campo pedagógico, pois havia a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento da aprendizagem humana. Mas o curso passou por três Estágios, abrangendo os aspectos filosóficos, biológicos, psicologia experimental e licenciatura Clínica, o que por sua vez estendeu o prazo de duração do curso para cinco anos.

Com base no exposto, a ação psicopedagógica tinha por finalidade contribuir com o sucesso escolar. Assim, mediante o cenário do fracasso escolar, esses profissionais tinham por função identificar as dificuldades dos sujeitos quanto à aquisição do conhecimento. Dessa forma, a área da psicopedagogia trouxe grandes contribuições para a educação, uma vez que apresenta os aspectos motores, cognitivos, comportamentais e afetivos como motivadores para o fracasso escolar. Assim, à luz dos estudos psicopedagógicos, os profissionais da educação passaram a refletir o fazer pedagógico com base nas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, na busca por reduzir ou acabar com o insucesso escolar.

2.1 Histórico da Psicopedagogia: uma análise no cenário brasileiro

No Brasil, os estudos acerca da Psicopedagogia surgem a partir da necessidade de compreensão dos problemas postulados nos espaços de ensino, tendo em vista as dificuldades de aprendizagem, apresentadas por alguns alunos, que contribuem para o fracasso escolar. Esses estudos sofreram fortes influências estrangeiras, sobretudo dos estudiosos Argentinos. (Almeida; Silva, 2018).

A princípio, no Brasil, se mantinha a visão das dificuldades de aprendizagem em carácter orgânico. Por volta da década de 1970, deu-se origem ao conceito de Disfunção Cerebral Mínima (DCM), que caracterizava as dificuldades como um fator patológico, influenciando dessa forma a medicalização para a cura. Nesse sentido, após a identificação de dificuldades de aprendizagem, os educandos eram encaminhados para especialistas, os quais eram responsabilizados pelo tratamento, sendo emitidos ainda diagnósticos caracterizando essas dificuldades. (Almeida; Silva, 2018).

Um dos estudiosos que teve grande contribuição para os estudos da Psicopedagogia na década de 70, no Brasil, foi Jorge Visca, ao desenvolver a teoria da “Epistemologia Convergente”. Essa teoria psicológica foi desenvolvida com base em três áreas, conforme segue: a Psicogenética, a Psicanálise e a Psicologia Social. Dessa forma, em um viés convergente, segundo Barbosa (2012), a aprendizagem é articulada sob dois aspectos, cognição e afeto, com vistas a estimular a aquisição do conhecimento.

Ainda na década de 80, um marco fundamental na área da Psicopedagogia se deu com a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogos – ABPp. Essa associação surgiu a partir da iniciativa de um grupo de alunas nas turmas do curso de Psicopedagogia do Instituto Sedes Sapientiae, por meio de um movimento que buscava problematizar o papel do psicopedagogo. Dessa maneira, a Associação teve por objetivo pulverizar as técnicas que os

envolvidos vinham a desenvolver, de modo a compreender e/ou definir as práticas psicopedagógicas. Assim, a Associação foi se potencializando e contribuindo com a formação desses profissionais em uma visão interdisciplinar. (Scoz; Barone, 2007).

Segundo Scoz e Barone (2007, p. 93), a ABPP é definida como:

Ela se constitui como uma associação de cunho científico-cultural com objetivo de aprofundar estudos sobre os processos de aprendizagem e dos problemas deles decorrentes; difundir o conhecimento da área por meio da criação do Boletim, hoje Revista Psicopedagogia da ABPP; promover discussão ampla em âmbito nacional, por meio dos Encontros de Psicopedagogos e agregar profissionais para discutir e caracterizar a identidade do psicopedagogo.

Nesse sentido, a ABPP é pensada a partir da necessidade de se discutir a identidade profissional do psicopedagogo quando se avalia o cenário educacional. Assim, a associação passou a oferecer encontros para discussão e disseminação de experiências voltadas à necessidade de adesão de um novo olhar quanto aos processos de ensino, com vistas à melhoria da sua qualidade, mediante o argumento do papel do psicopedagogo numa visão transdisciplinar, com embasamento na realidade em que se encontra inserido. (ABPP, 2020).

3. ABORDAGENS E TEORIAS EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR: uma análise da avaliação psicopedagógica

A Psicopedagogia está, progressivamente, ganhando destaque, seja na busca por formação na área psicopedagógica ou como um campo de estudo, com pesquisas focadas em entender esse profissional e sua relevância nos tempos atuais. É importante destacar que o interesse crescente pela área é impulsionado principalmente por sua conexão com a educação, isto é, o impacto significativo que esse profissional tem nos ambientes escolares ao avaliar as dificuldades enfrentadas por muitos estudantes na aprendizagem, motivadas por uma variedade de fatores. Nesse contexto, torna-se imperativo entender o que a Psicopedagogia realmente significa, podendo-se afirmar que:

É a área de estudo dos processos e das dificuldades de aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos. O psicopedagogo identifica as dificuldades e os transtornos que impedem o estudante de assimilar o conteúdo ensinado na escola. Para isso, faz uso de conhecimentos da pedagogia, da psicanálise, da psicologia e da antropologia. Analisa o comportamento do aluno, observando como ele aprende. Promove intervenções em caso de fracasso ou de evasão escolar. Além de trabalhar em escolas, pode atuar em hospitais, auxiliando os pacientes a manter contato com os conteúdos escolares. Pode trabalhar também em centros comunitários ou em consultório, público ou particular, orientando estudantes e seus familiares no processo de aprendizagem (GUIA DO ESTUDANTE, 2013).

Assim, a Psicopedagogia é um campo de estudo que se dedica a compreender os elementos que influenciam o processo de aprendizagem. O profissional desta área avalia as barreiras que prejudicam a aprendizagem, permitindo desvendar o mito de que o fracasso escolar é resultado de comportamentos inadequados dos alunos. Em vez disso, reconhece que as dificuldades e/ou transtornos que necessitam de intervenção psicopedagógica são os verdadeiros responsáveis. Sob essa óptica, a Psicopedagogia torna-se inerente para a construção do trabalho pedagógico com qualidade, pois possibilita uma visão integrada dos profissionais acerca dos alunos e seu processo de aprendizagem.

Ademais, como afirmado por Beyer (2003, p. 58):

A Psicopedagogia, área de conhecimento interdisciplinar, tem como objeto de estudo a aprendizagem humana. É papel fundamental do psicopedagogo potencializá-la e atender as necessidades individuais, no decorrer do processo. O trabalho psicopedagógico pode adquirir caráter preventivo, clínico, terapêutico ou de treinamento, o que amplia sua área de atuação, seja ela escolar – orientando professores, realizando diagnósticos, facilitando o processo de aprendizagem, trabalhando as diversas relações humanas que existem nesse espaço; empresarial – realizando trabalhos de treinamento de pessoal e melhorando as relações interpessoais na empresa; clínica – esclarecendo e atenuando problemas; ou hospitalar – atuando junto à equipe multidisciplinar no pós-operatório de cirurgias ou tratamentos que afetem a aprendizagem. É importante salientar que a Psicopedagogia é uma área que vem para somar, trabalhando em parceria com os diversos profissionais que atuam em sua área de abrangência.

Portanto, a Psicopedagogia é a intersecção de dois campos de estudo, a saber, Pedagogia e Psicologia. Nesta perspectiva, a Psicopedagogia é uma especialização que une essas duas áreas, trabalhando de forma interdisciplinar para entender e intervir nos processos de aprendizagem, considerando aspectos cognitivos, emocionais e pedagógicos. Isso é particularmente relevante no contexto escolar, onde tem um impacto significativo na qualidade da educação, tornando-se assim indispensável. Assim, a prática psicopedagógica deve ser desenvolvida a partir de uma abordagem interdisciplinar que integra Pedagogia, Psicanálise, Psicologia, Epistemologia, Linguística e Neuropsicologia, entre outras áreas do conhecimento. (Bossa, 2011, p.40).

3.1 Avaliação Psicopedagógica: necessidades e desafios

O diagnóstico psicopedagógico parte do princípio de tentar compreender como se dá a aprendizagem e quais obstáculos a abrangem. Portanto, pode ser avaliado como ferramenta essencial, uma vez que norteia as intervenções vistas como necessárias ao sujeito, de acordo

com suas demandas e necessidades. Trata-se de uma avaliação ampla acerca do sujeito, levando em consideração os vários aspectos que implicam o desenvolvimento, sejam aspectos emocionais ou cognitivos. A avaliação, nessa perspectiva, aponta para um resultado que é denominado diagnóstico, o qual, segundo Weiss (2004, p. 27):

Todo diagnóstico é, em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto, o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e na maioria das vezes, da escola. No caso, trata-se do não-aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não-revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem.

O diagnóstico busca entender os níveis de dificuldades e o que as motiva no sujeito. Refere-se a uma investigação sobre o aprender ou não aprender. Dessa forma, o diagnóstico deve analisar a especificidade do sujeito com a aprendizagem, qual a relação que estabelece, uma vez que cada sujeito aprende de forma singular, se relaciona com o conhecimento em uma modalidade diferente. Assim, durante o processo de diagnóstico, essas particularidades emergem e precisam ser analisadas, direcionando as intervenções de forma adequada nessas dificuldades. (Fernandes, 1991).

Sobre o diagnóstico clínico, Sampaio (2009, p. 20) apresenta o manual prático de diagnóstico de psicopedagogia clínica, apresentando o seguinte esquema processual:

- 1º Sessão: Entrevista de contrato com pais ou responsáveis;
- 2º Sessão: Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem;
- 3º e 4º Sessão: Aplicação das Provas Operatórias;
- 5º e 6º Sessão: Aplicação das Técnicas Projetivas;
- 7º Sessão: Aplicação das Provas Pedagógicas;
- 8º Sessão: Anamnese com os pais ou responsáveis;
- 9º e 10º Sessão: Devolução.

A realização dessas seções são imprescindíveis para compreensão do paciente, e devem se organizar criteriosamente, de modo que a primeira seção corresponde ao diálogo com a família para analisar previamente a queixa sobre as dificuldades que a criança apresenta; a segunda seção busca identificar no sujeito suas capacidades/habilidades, como ele aprende e reage a desafios; a terceira e quarta seção têm por finalidade investigar o cognitivo do alunos por meio de “Provas Operatórias”, para reconhecer se há defasagem de ensino. As provas, como sugere Visca (1995), são de análise quantitativa e qualitativa. Já a quinta e sexta seções, em torno das “Provas Projetivas”, buscam, a partir de imagens/desenhos com elementos da realidade, analisar o cognitivo do aluno, abrangendo três vertentes, quais sejam: o familiar, o escolar e consigo mesmo. (Visca, 1995).

Ademais, dá-se sequência à sétima e oitava seção, que compreendem a aplicação das “Provas Pedagógicas”. Estas buscam ampliar a avaliação antes de aderir intervenções, podendo atribuir testes fonológicos, de leitura, escrita, oralidade e outros. A Nona seção diz respeito à “Anamnese”, etapa fundamental para o diagnóstico, pois reconstitui o histórico do sujeito em diálogo com pais e responsáveis, de modo associar aos fatos observados. Em sequência, a décima seção se propõe a análise geral das seções que a antecederam, a fim de dar a devolução, isto é, a comunicação aos pais e sujeitos acerca dos resultados encontrados, bem como para enfatizar aos pais a importância de intervir, caso seja identificada a necessidade. (Visca, 1995).

Assim, conclui-se que o diagnóstico é a base para o psicopedagogo intervir, ou seja, para encaminhar as possibilidades e estratégias de ensino tidas como necessárias para a garantia da aprendizagem significativa. Outrossim, contribui para a mobilização e compromisso com as dificuldades que o aluno apresenta. Portanto, para que o diagnóstico e as intervenções promovam mudanças, esse trabalho deve ser realizado de forma coletiva, com todos os agentes que contribuem para o desenvolvimento do aluno.

3.2 Intervenção Pedagógica na aprendizagem: relação entre professores e psicopedagogos no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem.

Uma das atribuições do psicopedagogo é desenvolver estratégias que garantam a aquisição de conhecimento. Sob essa perspectiva, esse profissional desempenha funções inerentes à identificação das dificuldades, levando em consideração a influência dos aspectos internos e externos. Desse modo, o psicopedagogo contribui para a melhoria dos processos de assimilação do conhecimento, uma vez que este, segundo Piaget (1974), se dá pelo processo de assimilação, ou seja, pela interação que o sujeito exerce com o meio, de modo a esquematizar essas informações na mente e, assim, reconhecê-las como conhecimento.

Ademais, como aponta o Projeto de Lei nº 3.124/97, em seu artigo 4º, ao psicopedagogo é incumbido:

Art. 4º São atividades e atribuições do Psicopedagogo:

I – intervenção psicopedagógica visando a solução dos Problemas no processo de aprendizagem, tendo por enfoque o aprendiz ou a Instituição de ensino público ou privado;

II – realização de diagnóstico e intervenção Psicopedagógica, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de Psicopedagogia;

III – utilização de métodos, técnicas e instrumentos Psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a

aprendizagem;

IV – consultoria e assessoria psicopedagógicas objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de Aprendizagem; [...]

Portanto, dado o exposto, é reafirmada a importância da atuação psicopedagógica nas instituições de ensino, pois o profissional dessa área desempenha papel fundamental diante do processo de diagnóstico dos problemas que desencadeiam as dificuldades de aprendizagem. É válido ressaltar que o processo de diagnóstico é dinâmico, ou seja, decorre de várias etapas, levando em consideração as dificuldades e potencialidades do aluno e, ainda. É dado com base em avaliações constantes e condizentes com a singularidade/especificidade de cada aluno, obedecendo etapas de entrevistas, provas projetivas, provas operatórias e avaliação pedagógica, como já foi anteriormente mencionado.

Sob essa óptica, percebe-se a importância crucial da assistência psicopedagógica nas instituições educacionais, pois ela auxilia na compreensão e intervenção dos problemas que impactam o ensino. Nesse contexto, a formação de uma parceria entre profissionais psicopedagógicos e pedagógicos é essencial, já que ambos buscam a qualidade do ensino para o aluno. Portanto, diante da grandeza dos desafios que envolvem a intervenção nas dificuldades de aprendizagem, essa intervenção não ocorre isoladamente, mas sim através de esforços conjuntos.

Outrossim, como argumenta Barbosa (2019, p.248), o trabalho psicopedagógico é desafiador, pois:

Os Psicopedagogos estão sempre diante de algo novo, inusitado e, para aprender lidar com aprendizes e aprendizagens, também é preciso se preparar para as surpresas que emergem, (...) o psicopedagogo necessita cuidar de sua formação para ser aquele que desacomoda, que traz a surpresa, que promove o pensamento.

Dessa forma, este profissional não pode estar atrelado a concepções rasas da aprendizagem ou alheio às novas demandas do ensino. Ao contrário, deve atuar em uma perspectiva inovadora, que compreenda a pluralidade como parte do ensino. O Psicopedagogo, para além de identificar os fatores que implicam a defasagem da aprendizagem, necessita analisar também aqueles que a favorecem. Assim, a colaboração do Psicopedagogo é fundamental para o trabalho do professor, bem como o trabalho do professor é essencial ao trabalho do Psicopedagogo. (Barbosa, 2019)

Nesse processo, o professor é um agente de suma importância para identificação das dificuldades de aprendizagem, pois, dentro do âmbito escolar, é aquele que melhor observa

o aluno, tendo em vista que o contato entre eles é constante e intenso. Embora não seja responsável pelo diagnóstico, por não estar apto a fazê-lo, o professor comprometido com o aluno deve assumir a responsabilidade de encaminhá-lo à análise psicopedagógica, comunicando à gestão escolar sobre possíveis situações.

Nessa perspectiva, é importante compreender que a colaboração entre esses profissionais se dá em via de mão dupla, isto é, ambos contribuem com suas percepções e execuções. Portanto, cabe ao psicopedagogo despertar no professor a reflexão acerca do trabalho pedagógico, pois é quem assegura a aprendizagem. Deve ainda mobilizar a equipe escolar a avaliar o êxito das atividades realizadas e como vem sendo atribuída a aquisição de conhecimento. Além disso, o professor precisa buscar compreender o aluno para melhor comunicar-se com ele e, assim, estimular a aprendizagem significativa.

Portanto, a prática psicopedagógica, quando alinhada aos processos de ensino, é essencial para a concepção de um modelo educacional inclusivo. Como observado por Aranha (2004, p. 37), “Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno (...)”. Portanto, é dever institucional conhecer a comunidade escolar e as dificuldades apresentadas pelos alunos que a compõem, objetivando promover ações educativas inclusivas e garantindo a eficácia da aprendizagem. Elucida-se que o acesso ao ensino compreende diversos aspectos para tornar-se significativo.

4. METODOLOGIA

Este item tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a realização e o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, torna-se necessário definir sucintamente o que são procedimentos metodológicos, de modo que estes não se confundam com metodologia. Assim, os procedimentos são definidos como a descrição das etapas pelo qual percorre o trabalho científico, o que se difere de metodologia, pois esta refere-se ao estudo desses processos e/ou conhecimentos. Com base nisso, embora sejam distintos, ambos se complementam, tornando-se imprescindíveis para elaboração do trabalho científico.

Neste trabalho, adotou-se uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva em relação aos objetivos e utilizando o método hipotético-dedutivo para um desenvolvimento metodológico mais eficaz. Como mencionado anteriormente, esta é uma pesquisa de campo destinada a avaliar a realidade proposta. Portanto, esta pesquisa se dedica à coleta de dados com o objetivo de entender e explicar os problemas associados ao objeto de estudo, refletindo assim o dinamismo do contexto social, levando em conta o tema em questão.

Assim, é importante o uso da pesquisa de campo, pois como é afirmado por Gonçalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a Informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Dado o exposto, a escolha pela pesquisa de campo tornou-se importante por ampliar os conhecimentos prévios a partir da realidade estudada, levando em consideração a possibilidade de diálogo com esta realidade, que busca, dentre outros aspectos, entender e explicar os fatores que correspondem a atuação do psicopedagogo dentro do espaço escolar, bem como os desafios no exercício profissional.

Além disso, alinhando-se à teoria de Demo (2011), a pesquisa de campo foi antecedida por uma pesquisa bibliográfica, isto é, levantamento teórico sobre o tema, de modo a compreender os estudos já realizados sobre o assunto, bem como identificar essas percepções no contexto real, pois, como frisado pelo autor, a pesquisa de campo se define como o: “[...] diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude, e como integrante do cotidiano”. (Demo, 2011, p. 37).

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, possibilitando assim a interpretação da base de dados coletados, conforme menciona Chizzotti (1995, p.79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Portanto, neste estudo não há preocupação com valores numéricos, ou seja, não se encaixa a pesquisa quantitativa, que tem por objetivo a quantificação dos dados podendo, dessa forma, generalizar os resultados. A presente pesquisa tem por intuito a investigação do público-alvo, quais sejam, professores e gestores das escolas públicas do município de Chapadinha-MA. Assim, como já citado, a pesquisa qualitativa é definida com base na subjetividade interpretativa do sujeito observador e centra-se na necessidade de compreender e explicar os aspectos analisados da realidade.

Ademais, quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa descritiva, sobre a qual Gil (2002, p. 42) afirma que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A partir dessa perspectiva, conforme mencionado pelo autor, a análise descritiva se refere à descrição e/ou narração dos dados coletados. Portanto, o objetivo desta pesquisa é interpretar os discursos para entender a realidade estudada, o que representa um desafio para o pesquisador, dada a necessidade de um alto nível de informação em relação à pesquisa. Além disso, considerando que a pesquisa descritiva está intrinsecamente ligada ao problema, como Mattar (1999) afirma, esse tipo de pesquisa parte do princípio de descrever o objeto de estudo para, assim, entender a realidade investigada.

Dado o exposto, levando em consideração o tipo de investigação atribuída à pesquisa, optou-se pelo uso do questionário para a realização da coleta de dados. O questionário refere-se ao conjunto de perguntas a serem respondidas pelos sujeitos da pesquisa sem a presença do autor das perguntas. Além disso, como característica do questionário, dá-se ênfase à sua estrutura, em que, segundo Marconi & Lakatos (1996), as perguntas podem ser classificadas em: abertas, fechadas (dicotômicas), fechadas (tricotômicas) ou de múltipla escolha.

5 O ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO SOB O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

Neste item, apresenta-se os dados analisados conforme aplicação do questionário. Assim, a fim de preservar o anonimato das escolas, bem como dos sujeitos da pesquisa, estes serão identificados com nomes fictícios, quais sejam: U. I Cantinho Dourado, U. I Madalena Monteles e U. I Pequenos Gênios, para se referir às escolas. Quanto aos sujeitos da pesquisa, serão denominados P1, P2, P3 e assim por diante, no que diz respeito às professoras e G1, G2 e G3, no que diz respeito aos gestores.

Dessa forma, tencionando-se identificar a relevância dos Psicopedagogos na instituição escolar a partir do ponto de vista das professoras, estas responderam que:

- P1: Uma grande parceria;
- P2: Os Psicopedagogos desempenham um papel importante nas instituições escolares, contribuindo para melhorar a qualidade do ensino;
- P3: Observar quais deficiências que o aluno tem de aprendizagem. E ajudar, o aluno compreender de uma forma mais clara, entender a realidade do aluno. E prevenção nas dificuldades de aprendizagem;
- P4: É de grande importância, pois é um profissional que consegue decifrar todos os processos que levam o ser humano a aprender, portanto, torna-se um agente essencial na resolução de problemas;
- P5: É de muita importância para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças;
- P6: O Psicopedagogo, avalia e gera diagnósticos dos processos de aprendizagem dentro da escola;
- P7: É de fundamental importância para a família, escola e para alunos, pois principalmente quando existe parceria, diálogo e troca de informações. Um profissional dessa área vai atuar principalmente na prevenção de situações que apresentam dificuldades de aprendizagens dos nossos alunos;
- P8: Seria de muita importância;
- P9: Desenvolver projetos pedagógicos educacionais, a fim de enriquecer os processos em sala de aula integrando o cognitivo e afetivo.

Sob a mesma vertente, os gestores argumentam que:

- G1: O psicopedagogo tem um papel muito importante pois são profissionais que se especializam na compreensão e no apoio as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- G2: Procura entender quais as causas que contribuem para que o aluno não se desenvolva, buscando entender as influências emocionais afetivas que podem favorecer o aluno nas mudanças cognitivas;
- G3: É ter o compromisso com a realidade escolar, sempre havendo reflexão aos métodos de ensino. Desenvolver projetos pedagógicos educacionais voltados a sala de aula.

Nesse aspecto, avalia-se que é consensual que a atuação psicopedagógica no espaço escolar, para além de identificar as dificuldades de aprendizagem, busca remediá-las. Dessa forma, o psicopedagogo atua no gerenciamento de estratégias que viabilizam a aprendizagem do aluno. Assim como argumenta Carlberg (2000), o desenvolvimento de projetos pedagógicos e ações que estimulem a autonomia do aprendiz é primordial para o êxito escolar. A escola deve ser entendida enquanto lugar de fala e escuta, no qual toda a comunidade precisa estar alinhada ao objetivo de cooperação para o ensino de qualidade.

Os sujeitos discutiram ainda sobre “como o psicopedagogo pode contribuir para melhoria da aprendizagem de crianças com dificuldades?”. Estes responderam:

- P1: muito, através dos atendimentos para entender as dificuldades e procurar medidas para saná-las;
- P2: sim. Auxiliando nas atividades que melhoram a sua aprendizagem;
- P3: sim, pois o psicopedagogo já possui conhecimentos suficientes para enfrentar a realidade dos mesmos;
- P4: promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e peculiaridades dos educandos;
- P5: primeiro, ajudando a identificar possíveis problemas ou os reais problemas, que deverão ser trabalhados. Também, fazendo exercícios práticos com as crianças e

palestra com os pais;

P6: no diagnóstico e no desenvolvimento de técnicas, orientando os pais e professores;

P7: sem sombra de dúvidas, pois o psicopedagogo é um profissional que vem para contribuir de forma significativa durante as ações pedagógicas, as dificuldades de aprendizagens e as melhorias como todo no âmbito escolar;

P8: conversando com os professores e assim ajudando os alunos;

P9: promovendo ao aluno formas de liberdade e expressar-se sobre as situações de dificuldades ao assimilar o conteúdo proposto em sala de aula.

No que concerne a essa questão, os gestores responderam o seguinte:

G1: ele contribui de forma significativa pois o mesmo entende e compreende onde estão as dificuldades de aprendizagem e busca saná-las;

G2: tratando das dificuldades de aprendizagem através do diagnóstico, desenvolvendo técnicas remediativas, orientando pais e professores;

G3: sem sombra de dúvidas, pois o psicopedagogo é um profissional que vem para contribuir de forma significativa durante as ações pedagógicas, as dificuldades de aprendizagens e as melhorias como todo no âmbito escolar.

Diante das respostas apresentadas, é notória a relevância do psicopedagogo no auxílio aos professores em sala de aula, já mencionado pelos sujeitos da pesquisa. O supracitado profissional contribui de forma significativa junto aos docentes, possibilitando o acompanhamento do ensino aprendizagem dos alunos, uma vez que são vigentes as dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar, que é composto por indivíduos divergentes uns dos outros. Ademais, como mencionado, é de grande relevância a mediação desse profissional nas relações pedagógicas, diante dos desafios no cotidiano de alunos, pais e professores, assim possibilitando a eficácia quanto aos resultados pretendidos. Beyer (2003).

Por conseguinte, indagou-se “quais os reflexos do trabalho do psicopedagogo na qualidade do ensino?”, os sujeitos da pesquisa responderam que:

P1: vários reflexos positivos como: Intervenção, apoio, inclusão, desempenho escolar;

P2: apoio, inclusão e desenvolvimento na escola;

P3: o objetivo desse trabalho é reconhecer o foco de atenção e sua relação com os alunos;

P4: ele auxiliará aos profissionais da educação para que estes seus alunos superarem suas dificuldades;

P5: com certeza, é de maior qualidade para o ensino.. Pois ajudará o professor com técnicas, e especificidades individuais de aprendizagem, de afeto, de compreensão, tornando a escola mais acolhedora e inclusiva;

P6: no objetivo de entender o processo de cada aluno;

P7: vai melhorar os métodos, as ações, as estratégias e principalmente melhorar a aprendizagem dos discentes;

P8: uma boa aprendizagem e interação entre todos;

P9: possibilita o processo de aprendizagem, assim com as dificuldades e limitações apresentadas que podem ser sociais, físicas e até mesmo emocional.

Sob essa indagação, os gestores das escolas afirmaram que:

G1: o trabalho do Psicopedagogo tem vários reflexos positivos na qualidade do ensino, incluindo: apoio aos professores, produção da inclusão, prevenção da exclusão.

G2: refletem muito na aprendizagem do aluno de tal forma que a aprendizagem acontece significativamente;

G3: É fundamental o trabalho do psicopedagogo no processo ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, Barbosa (2021), citando Bossa (2000), discorre que o psicopedagogo tem um papel essencial na dinâmica da escola, uma vez que este facilita o processo de aprendizagem ao intervir nos empecilhos que possam atrapalhar. Dado isso, compreende-se que, por meio das estratégias e metas estabelecidas por esse profissional, haverá a intervenção em torno das mediações em sala de aula, para que sejam aplicados métodos de ensino que viabilizem a aquisição de conhecimentos por parte do aluno. Assim, é perceptível a importância da presença do psicopedagogo dentro das instituições de ensino, a fim de prevenir e/ou atenuar as dificuldades cognitivas dos discentes.

Quando instigadas sobre “como o psicopedagogo pode contribuir para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo?”, as docentes responderam que:

P1: o mesmo garante um ambiente inclusivo garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial;

P2: incluindo o aluno e entendendo o aluno nos desafios de suas dificuldades;

P3: ele deverá ouvir com atenção as linhas de raciocínio dos estudantes para entender os motivos pelas quais eles agem de determinadas formas e quais as suas dificuldades;

P4: o psicopedagogo deverá ter cuidado e profissionalismo para verificar nos estudantes suas dificuldades ou transtornos que interferem no processo de aprendizagem. Organizando a sala em grupos, colocando os alunos que possuem facilidades para aprender junto com os que apresentam algumas dificuldades;

P5: ajudando o professor com técnicas, ajudando o aluno em suas necessidades, ajudando a família a lidar com situações de aprendizagem do próprio filho e, acrescentando atividades práticas para a criança;

P6: na interação entre os alunos, junto aos professores, fazendo com que o ambiente de sala de aula firme uma convivência agradável para ambos;

P7: primeiramente o psicopedagogo precisa envolver a família, ou seja, trabalhar o meio familiar desta criança e fazer com que compreendam a importância deste trabalho. Nesta perspectiva, a família e escola precisam andar juntos pensando na qualidade de aprendizagem dessas crianças;

P8: trabalhando com o todo;

P9: identificar as dificuldades que impedem o estudante de aprender ou realizar determinadas atividades.

Sob tal questionamento, os gestores das escolas responderam que:

G1: integração social, resolução de conflitos, avaliação individualizada, sensibilização e educação. Tudo isso contribui para a inclusão da sala de aula;

G2: Com um trabalho coletivo envolvendo todos os atores que fazem parte do processo de ensino;

G3: É dando total apoio pedagógico, voltado a inclusão escolar.

Com base nas respostas supracitadas nota-se que há um consentimento entre as educadoras em reconhecer a importância da colaboração do docente junto ao psicopedagogo. Dessa maneira, são citadas sugestões de como o professor pode estar colaborando com o trabalho psicopedagógico no ambiente escolar, em prol do desenvolvimento da aprendizagem do alunado. Com isso, fica evidente que o docente tem um papel de grande importância no que concerne a identificação das dificuldades dos alunos e, dessa forma, pode facilitar o trabalho do psicopedagogo repassando os perfis dos estudantes, seguindo as orientações

Seguindo o pensamento de Nascimento (2019), cada criança tem seu próprio ritmo de desenvolvimento. Portanto, é crucial a colaboração entre o professor e o psicopedagogo para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso destaca a importância da integração do trabalho docente com o psicopedagógico, pois ambos se complementam e ajudam a minimizar as dificuldades de aprendizagem. Assim, a colaboração entre esses profissionais da educação é benéfica, pois promove um trabalho significativo que supera os obstáculos que impedem a aquisição de conhecimento, levando ao sucesso acadêmico do aluno.

6 CONCLUSÃO

A elaboração desta pesquisa a partir da cooperação dos sujeitos reafirma a importância de discutir a temática proposta, com destaque para a realidade dos anos iniciais do ensino fundamental no município de Chapadinha-MA, que não se isenta de enfrentar as dificuldades de aprendizagem emergidas do atendimento psicopedagógico nas instituições escolares. O estudo enfatiza que a qualidade do ensino é de responsabilidade social, isto é, de todos os segmentos da sociedade, sejam estes internos ou externos, como expressado no atendimento oferecido pelo município às escolas.

Denota-se, a partir do estudo, que o reconhecimento da Psicopedagogia é marcada por uma longa história, destacando a influência dos estudos Argentinos, para a constituição da Psicopedagogia enquanto ciência, refletindo a necessidade em compreender as causas do insucesso escolar para intervir sobre elas e possibilitar a aquisição de conhecimento. Assim, a presente pesquisa assume a responsabilidade de enfatizar a área psicopedagógica, sobretudo quando alinhada à educação.

Insta salientar que o exercício profissional dos psicopedagogos no cenário brasileiro tem forte contribuição da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp. A Associação surge a partir da necessidade de definir a identidade profissional dos psicopedagogos,

contribuindo ainda para a formação desses profissionais por intermédio da organização de encontros com profissionais das mais diversas áreas. Sob essa análise, evidencia-se a importância do presente trabalho em visibilizar a psicopedagogia na graduação, embora seja curso de especialização, refletindo a importância da formação continuada para o mercado de trabalho.

Ademais, o estudo se propõe a fornecer notabilidade a partir da necessidade de entender o processo de avaliação psicopedagógica, que corresponde ao mapeamento do perfil dos sujeitos, de modo a identificar os níveis e fatores que implicam a dificuldade de aprendizagem, a fim de promover ações interventivas. Portanto, nota-se que a intervenção Psicopedagógica é processada com base em seções voltadas para garantir a qualidade e a segurança do diagnóstico. Assim, um diagnóstico verossímil é essencial, pois refere-se à base inicial para interceder sobre o problema.

Outrossim, elucida-se sobre a importância do trabalho psicopedagógico associado ao trabalho docente, uma vez que, assim como o professor contribui com o trabalho do Psicopedagogo, este, por sua vez, contribui com o fazer pedagógico desenvolvido pelo professor. Assim, a parceria existente entre esses profissionais no contexto escolar reflete diretamente na aprendizagem do aluno, em que o professor auxilia na identificação das dificuldades que o aluno apresenta, dando suporte ao trabalho psicopedagógico no que diz respeito ao diagnóstico, e o psicopedagogo, por sua vez, assiste ao trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor, de modo a atuar sobre as dificuldades que o aluno apresenta, estimulando as potencialidades que este dispõe para a garantia da aprendizagem.

Portanto, a pesquisa torna-se primordial, pois é um convite para refletir sobre os aspectos que envolvem a educação: como esta vem sendo pensada e como vem sendo ofertada, já que são garantidas legalmente as condições de igualdade e qualidade do ensino. Dedicar-se a perceber as dificuldades de aprendizagem como fatores que contribuem para a permanência do fracasso escolar, problema recorrente na educação brasileira pela ausência de profissionais habilitados a intervir nas dificuldades apresentadas. Estas, em tese, são negligenciadas. Destaca-se, ainda, a necessidade em ressignificar a práxis pedagógica levando em consideração os fatores que recaem sobre os processos de ensino.

Outrossim, a pesquisa reflete sobre a importância de conhecer a extensão da área psicopedagógica. Nesse sentido, esta pode ser atribuída como ponto de partida para novas investigações, como por exemplo entender os desafios enfrentados pelos psicopedagogos para inserir-se no mercado de trabalho, sobretudo alinhado ao trabalho pedagógico. Dessa forma, apropriar-se dos obstáculos enfrentados por esses profissionais é fundamental para

compreender a invisibilidade social, dada a atuação psicopedagógica.

Com base no que foi apresentado, este trabalho chega a uma conclusão preliminar, pois as análises destacam a importância de discutir a psicopedagogia na região onde a pesquisa é realizada. O tema tem um amplo escopo, o que estimula a continuação do trabalho num futuro próximo, com o objetivo de destacar a atuação psicopedagógica nas escolas para garantir a inclusão escolar. No entanto, em relação à pesquisa, conclui-se com sucesso, pois os objetivos propostos foram alcançados, dada a compreensão da atuação dos psicopedagogos nos primeiros anos do ensino fundamental na realidade de Chapadinha-MA, entendendo a contribuição desse atendimento para a aprendizagem. Em resumo, espera-se que a pesquisa abra caminho para estudos futuros, contribuindo para a área e atualizando o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABPp. **Associação Brasileira de Psicopedagogia. ABPp no Brasil.** 2020. Disponível em: https://www.abpp.com.br/abpp_no_brasil_pa.html. Acesso em: 16 ago. 2023.

ALMEIDA E SILVA, M. C. **Psicopedagogia: a busca de uma fundamentação teórica.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva: transformação social ou retórica.** In: OMOTE, S. (org.). *Inclusão: intenção e realidade* (pp. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.

ARCE.A. Friedrich Froebel: **O pedagogo dos Jardins de Infância.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3.124, de 1997. Brasília, 1997.** Disponível em: <https://www.abpp.com.br/pl3124-1997.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BARBOSA, L. M. S. **Intervenção psicopedagógica no espaço da clínica.** Curitiba: Inter Saberes, 2012.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Por que arte e aprendizagem? Por que aprendizagem e arte? Por que arte na formação do psicopedagogo? **Rev. Psicopedag.,** São Paulo, v. 36, n. 110, p. 246-255, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862019000300012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 15 out. 2023.

BEYER, Marlei Adriana. **Psicopedagogia: ação e parceria.** 2003. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/19.htm>. Acesso em: 23 set. 2023.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 2. ed.

Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BOSSA, N.A. **A psicopedagogia no Brasil**.4. ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

CALBERG, Simone. **Psicopedagogia Institucional: uma práxis em construção**. Revista Psicopedagógica, São Paulo,2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica Da criança e sua família**. Tradução: Iara Rodrigues. Porto Alegre, RS: Artmed, 1991.

GIL, A C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. [recurso eletrônico] 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GUIA DO ESTUDANTE. **Psicopedagogia**. Disponível em:
<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/cienciashumanassociais/psicopedagogia688126.shtml>. Acesso em: 02 set. 2023.

MANSINI, E. **Formação profissional em Psicopedagogia**. Disponível
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862006000300009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 11 nov. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e Execução de Pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e Interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Marcleyde Almeida. Trabalho Do Psicopedagogo Na Educação Infantil De Crianças Com Deficiências. **Revista Internacional De Apoyo a La Inclusión, Logopedia, Sociedad Y Multiculturalidad 5.2 (2019): 83-97**. Disponível em:
https://rnp primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001325610 Acesso em: 18 set. 2023

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. Petrópolis: Vozes, 1971 a 1974.

SCOZ, B.; BARONE, Leda M. C. **A Associação Brasileira de Psicopedagogia e a Constituição da Psicopedagogia no Brasil** In: MALUF, Maria. I.; BOMBONATTO, Quezia; (organizadoras). História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil: fatos, Protagonistas e Conquistas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007. P.85-89

VISCA, Jorge. **O diagnóstico operatório da prática psicopedagógica**. Buenos Aires:Ag. Serv.G. 1995.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. Psicopedagogia Clínica – Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13 ed. **Ver. E aml: RJ Lamparina. 2004.** p.15-17.

PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: um olhar sobre os desafios e experiências docentes no contexto educacional em Chapadinha-MA

TEACHING PRACTICES DURING THE INITIAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION: a look at the challenges and experiences of teachers in the educational context in Chapadinha-MA

Danielle Fonseca dos Santos¹

Ingrid de Souza Simões²

Karolinne Almeida da Silva³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal examinar os desafios e experiências enfrentados na prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estudo se apoia principalmente em autores clássicos como Nóvoa (2003), Saviani (2009), Paulo Freire (1996), Pimenta (1999, 2000), e autores contemporâneos como Junior e Nascimento (2018), Duque, Silva. Et al (2022), Lima, Mota e Campos (2021), Guisso e Gesser (2019). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, entre outros documentos, também foram utilizados como fontes. A metodologia empregada envolveu pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo, utilizando um questionário aplicado aos professores que ensinam nos anos iniciais em escolas públicas no município de Chapadinha-MA como instrumento de coleta de dados. Os resultados revelaram que as principais preocupações e desafios dos professores estão na falta de apoio da família, na frequência do aluno e no processo de alfabetização. Conclui-se destacando a necessidade de novas estratégias para envolver a família na vida escolar do aluno e aprimorar a prática de alfabetização.

Palavras-chave: Prática docente. Anos Iniciais. Professores.

ABSTRACT: The primary objective of this study is to analyze the challenges and experiences encountered in teaching practices during the Initial Years of Elementary Education. To complement this approach, specific objectives were outlined: analyzing the historical process

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: fonsecadainelle30@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: ingredsimoes2002@gmail.com.

³ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: almeidakarolinne304@gmail.com

of teaching in the Initial Years of Elementary Education; identifying the main difficulties faced by teachers during these years; and present teaching practices and educational approaches in this initial stage. The theoretical foundation heavily draws upon classical authors such as Nóvoa (2003), Saviani (2009), Paulo Freire (1996), Pimenta (1999, 2000), and contemporary authors including Junior and Nascimento (2018), Duque, Silva, et al. (2022), Lima, Mota and Campos (2021), Guisso and Gesser (2019), among others. Additionally, the study incorporates the National Education Guidelines Law and the National Common Curriculum Base, among other pertinent sources. The methodological procedures encompassed bibliographic and documentary research, as well as fieldwork employing a questionnaire administered to teachers instructing during the initial years in public schools in the municipality of Chapadinha – MA. The obtained results indicated that the challenges and concerns of the teachers lie in the lack of family support, student attendance, and the literacy process. In conclusion, the study underscores the urgent need for innovative strategic proposals aimed at involving families in students' academic lives and enhancing literacy practices.

Keywords: Teaching practice; Initial Years; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a prática docente é uma ação que abrange muitas discussões. Ao longo dos anos, houve significativas mudanças no papel do professor. Em razão das transformações sociais ocorridas, atualmente essa atuação requer dos educadores competências e responsabilidades para o exercício de suas práticas docentes.

A partir também das transformações que ocorreram na formação dos professores, desenvolveu-se uma nova concepção sobre a importância da qualificação profissional para uma boa prática docente. Em virtude disso, essa qualificação contribui para melhorar o trabalho pedagógico do professor mediante novos saberes e habilidades que proporcionam a aplicação de novos métodos para elevar o ensino e a aprendizagem dos alunos. Também ajuda na preparação para atuar na docência, a lidar com os desafios presentes no âmbito educacional.

Considerando os fatos mencionados, esta pesquisa faz-se importante para abordar contribuições que proporcionam um aprofundamento de conhecimentos sobre a prática docente. Diante disso, surge o seguinte questionamento: “Quais os desafios enfrentados pelos professores na atualidade e como a qualificação profissional pode contribuir para superá-los?”.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo geral analisar os desafios e experiências vivenciados na prática docente dos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, realizou-se um estudo de campo em Chapadinha-MA. Os objetivos específicos foram os seguintes: analisar o processo histórico da atuação docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e apresentar as práticas docentes e as abordagens educacionais nos anos iniciais.

Salienta-se que o interesse nessa temática se justifica pelas vivências construídas no estágio supervisionado nos anos iniciais no curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. Assim, ao observar a atuação dos profissionais da educação, nota-se que lecionar nessa etapa não é uma tarefa fácil. Os docentes por vezes demonstram cansaço, esgotamento e falta de estímulo na atuação. Desta forma, torna-se necessário reconhecer os trabalhos desses profissionais, bem como compreender os aspectos que levam os professores a lidarem com condições desafiadoras na prática docente.

No que tange à metodologia, este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva quanto aos procedimentos, pois descreve as análises dos dados obtidos mediante as falas dos sujeitos da pesquisa. É qualitativa quanto aos objetivos, pois utiliza uma abordagem que visa entender as opiniões e experiências das práticas docentes dos professores. Além disso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental para a fundamentação teórica e pesquisa de campo. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas e semiestruturadas, aplicado aos professores dos anos iniciais. O campo de pesquisa foram duas escolas da rede pública: a primeira, intitulada U.I Presidente José Sarney, e a segunda intitulada de U.I Santos Dumont (nome fictício). Ambas ofertam a etapa dos anos iniciais do ensino fundamental no município de Chapadinha-MA.

Diante dos resultados e da análise dos dados, a pesquisa evidenciou que os professores se defrontam no cotidiano da sala de aula com a falta de parceria da família. Também encontram dificuldades no processo de alfabetização e em relação à frequência dos alunos durante o ano letivo. Sugere-se aos docentes o desenvolvimento de aulas com ludicidade, métodos ativos e inovadores para o processo de alfabetização. Para as instituições, sugere-se estratégias para incluir a família na vida escolar do aluno.

2 PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No cenário atual, a evolução das práticas pedagógicas nos primeiros anos de ensino é um elemento crucial para a efetividade do ensino. Entender a história dessas práticas permite

uma análise mais aprofundada dos métodos utilizados pelos professores, bem como sua adaptação às transformações sociais e educacionais. É através deste estudo que se torna viável identificar não apenas as práticas bem-sucedidas, mas também os desafios que os educadores enfrentam e as estratégias desenvolvidas para superá-los. Ao focar na docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, torna-se essencial analisar as práticas dos professores, pois essas práticas são a base da ação pedagógica, facilitando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Portanto, é vital investigar a evolução dessas práticas docentes ao longo das mudanças sociais. Para entender a prática docente no contexto educacional moderno, é essencial conhecer a história da profissão docente, pois isso permite destacar como as mudanças e transformações contribuíram para moldar a prática docente atual.

Sob essa ótica, a origem da profissão docente no Brasil está intrinsecamente ligada a práticas religiosas. Isso se deve ao fato de que sua história remete ao período colonial, época em que o ensino religioso era enfatizado, sendo os jesuítas os principais responsáveis pela educação, conforme aponta Nóvoa (2003).

[...] A gênese da profissão de professor tem um lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente. (Nóvoa, 2003, p. 15-16).

Em decorrência disso, os padres jesuítas expandiram trabalhos evangelísticos como base para o ensino. A missão deles era catequizar e divulgar a fé católica por meio da educação. Simultaneamente, os padres jesuítas também ensinavam os índios a ler e escrever. Todavia, o objetivo era alfabetizá-los para assegurar a conversão dos nativos. Nesse modelo de ensino, o propósito da prática docente ainda não se fundamentava na formação de um cidadão, mas sim na formação para a vida cristã. Além disso, aqueles que faziam parte do corpo docente ainda não possuíam uma especialização profissional. Segundo Antônio Nóvoa (2003), "[...] a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens." (Nóvoa, 2003, p. 15).

No entanto, a partir do século XIX, surgiram mudanças significativas na formação profissional dos professores, importantes de serem mencionadas para discorrer sobre o processo de construção profissional e a prática docente no país brasileiro. Assim, cabe ressaltar que durante esse século surgiram as Escolas Normais, um marco importante para a evolução no processo da educação e para a profissão docente no Brasil, conforme Saviani (2009)

[...] a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores. (Saviani, 2009, p.143).

Segundo Saviani (2009), a formação dos professores se destaca nos períodos que vai de 1827 até 1996. Em 1827, foi promulgada a Lei das Escolas de Primeiras Letras, a qual exigia que os professores seguissem o método de ensino mútuo. Isso implicava que os professores passassem por um treinamento e preparo didático. Mais tarde, o autor menciona que a primeira Escola Normal foi implantada em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1835. Até 1890, as Escolas Normais predominaram, focando na preparação de professores para lecionar no ensino primário, correspondente aos atuais Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Educação Básica. No entanto, nesse modelo, havia a preocupação de que os professores dominassem os conhecimentos utilizados no método de primeiras letras. Diante disso, o autor ressalta que:

O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico. (Saviani, 2009, p. 144).

No século XX, os modelos de escolas foram substituídos por uma nova formação de professores. Nesse período, houve uma mudança na estrutura organizacional da educação, com o ensino primário tornando-se o primeiro grau. Isso implicou a previsão de uma formação superior para a profissão docente. Durante essa época, a profissão de professor começou a ganhar destaque, pois surgiu a preocupação em preparar esses profissionais para atuarem de maneira mais qualificada em suas áreas. Além disso, a partir dessa mudança, surgiram novas formas de pensar no curso de pedagogia. Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei nº 9.394, uma diretriz fundamental para a política educacional vigente até os dias atuais. Sua criação trouxe normativas significativas para a profissão docente. No seu artigo 61, dispõe sobre os requisitos necessários para os profissionais que atuam na educação básica. Para isso a lei regulamenta que:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas
III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;
V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Brasil, 1996, p. 42).

Atualmente, o docente necessita desempenhar seu papel munido de uma formação superior, obtendo licenciatura e adquirindo experiências e preparação ao longo do curso de graduação. Antes da LDB, a regulamentação da formação dos professores para a educação básica não abrangia a complementação de saberes por meio de experiências, o que, de certo modo, fragilizava a formação profissional e, conseqüentemente, trazia desafios para a prática docente. Nesse período, a atuação dos docentes nos anos iniciais foi impactada. Segundo Castro e Teixeira (2019):

[...] o quadro de professores á frente da formação docente para os anos iniciais da Educação Básica constituía-se por profissionais que, em maioria, não apresentavam nenhuma vivência da prática educativa nos anos iniciais. Essa realidade acarretou um modelo formativo prescritivo, com poucas condições de oportunizar uma vivência da docência como autônoma. (Castro, Teixeira, 2019, p.89).

Castro e Teixeira (2019) afirmam que com a LDB houve mudanças na formação inicial para atuação na Educação Básica. As diretrizes representaram um passo significativo para a qualificação docente, beneficiando as práticas. Nesse sentido, é relevante destacar que a teoria presente nos cursos de formação é fundamental para o professor, sendo uma base inseparável da prática, como ressaltam Pachalski e Nornberg (2019, p. 998) em sua pesquisa sobre a relação entre teoria e prática docente: não se trata de "ter o conhecimento teórico de um lado e o contexto de atuação de outro, como elementos estanques". Ou seja, a teoria e a prática devem coexistir na atuação do professor. Portanto, as mudanças na formação docente foram importantes para a construção da prática docente, permitindo que o professor aplique o que aprende em ação.

Além da preparação profissional, a prática docente precisa seguir outros requisitos estabelecidos por propostas e documentos curriculares que orientam as aprendizagens a serem exercidas na sala de aula. Em 1997, foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, com a intenção de guiar o professor em seu trabalho, baseando-se em princípios democráticos que atendam a interesses sociais, culturais, políticos e econômicos. Segundo o Ministério da Educação (MEC), seu propósito é "[...] apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo

e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres" (Brasil, 1997, p. 6). Além disso, os parâmetros apresentam seis documentos para cada componente curricular: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Cada uma dessas áreas oferece materiais disponíveis para o professor, visando auxiliar seu trabalho e prática docente. Ao longo dos anos foi-se construindo uma concepção inovadora para a prática docente, embora por certo tempo ainda tenha vigorado um ensino tradicionalista, um método de ensino em que o educador transmite o conhecimento. Para Saviani (1999) o professor era o centro do ensino. Ademais, afirma que:

Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas na forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente. (Saviani, 1999, p. 6-7).

É importante notar que esse método não está alinhado com a proposta apresentada pelo PCN. Compreende-se, portanto, que os rumos do ensino começaram a divergir da pedagogia tradicional, conforme evidenciado no documento mencionado. Nesse contexto, o foco está no aluno, buscando uma educação que atenda aos direitos e interesses da comunidade escolar, sobretudo do educando.

Além disso, a educação passou a receber contribuições de pensadores que defendiam propostas e concepções educacionais opostas às práticas docentes fundamentadas na pedagogia tradicional, como é o caso de Paulo Freire, um dos importantes intelectuais que contribuíram significativamente para a compreensão da prática do professor. Freire (1996) defendia uma concepção de educação libertadora e democrática. Para ele, as práticas que produzem conhecimento devem ser direcionadas à libertação do indivíduo. Consequentemente, geram a transformação. Em sua obra sobre Pedagogia da autonomia, o autor afirma: “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (Freire, 1996, p. 13).

Conforme exposto, é essencial que a prática docente tenha como foco o desenvolvimento do aluno. O processo de ensino precisa ter como centro o educando. Para Freire (1996), o ensino não se resume ao conteúdo já estabelecido, mas sim em criar condições que possibilitem aprender criticamente. Assim, Paulo Freire apresentou um novo olhar para a prática docente. Suas concepções trouxeram uma contribuição importante para a construção de um ensino voltado para a educação libertadora.

Apesar da evolução, a educação teve, ao longo de sua história, algumas dificuldades e desafios surgiram. Uma delas é a falta de conhecimento e a cautela do docente em buscar novos métodos e práticas. Sobretudo na sociedade atual, é importante que o docente esteja constantemente pesquisando e construindo novos conhecimentos. Como ensina Freire (1996, p. 14), "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino". Na contemporaneidade, é essencial que o docente seja um pesquisador. A pesquisa no âmbito do trabalho docente é definida como:

A pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho de professor refere-se, antes de mais nada, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino. Portanto, o foco principal do ensino da pesquisa nos cursos de formação docente é o próprio processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos escolares na educação básica. (Brasil, 2001, p. 35).

A partir disso, conclui-se que é essencial o professor formar os alunos para serem pessoas questionadoras, investigadoras e capazes de problematizar criticamente, com autonomia, visando uma sociedade crítica e ativa. Um professor pesquisador se preocupa em superar as dificuldades e desafios na prática pedagógica, investigando ideias e soluções para reverter situações problemáticas.

Atualmente, as políticas educacionais introduziram um novo documento curricular que também defende um ensino voltado para a criticidade e participação do aluno: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada em 2017 pela Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017, e implementada no ano seguinte. Segundo o portal do Ministério da Educação (2023), "A base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica."

A BNCC trouxe mudanças que afetam diretamente a prática docente contemporânea. Os professores são orientados pelo documento a atenderem às novas demandas para desenvolverem aprendizagens no ensino-aprendizagem do aluno. Além disso, defende a formação continuada dos educadores para aprimorar suas práticas, pois argumenta que:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (Brasil, 2018, p. 5).

Conforme o exposto, é importante ressaltar que a BNCC oferece ao professor acesso às competências e habilidades que os alunos têm direito de desenvolver ao longo de sua

formação. O documento também provocou mudanças no planejamento do docente, ao disponibilizar os objetos de conhecimento, unidades temáticas e aprendizagens que devem ser organizadas nos planos de aula.

Dessa forma, ao refletir sobre a prática docente, torna-se evidente que, ao longo do tempo, essas práticas foram adquirindo maior importância, o que motivou o surgimento de novas concepções e reformas educacionais para aprimorá-las. Portanto, é crucial que os professores analisem as melhores formas de adequar suas práticas à realidade de cada aluno, visando oferecer soluções significativas para o trabalho em sala de aula.

2.1 Desafios e implicações da prática docente

Com a presença das diversas transformações que a sociedade vem passando, prescreve-se uma reflexão acerca das experiências docentes, pois é durante a docência que o educador constitui sua fonte de aquisição de saberes, através das suas experiências vivenciadas. Borges afirma que:

O contato com alunos, professores, com os demais agentes escolares, enfim a vida profissional, propriamente dita, proporciona muitas aprendizagens, entre elas a aquisição de saberes sobre como agir em diversas situações, trabalhar determinados conteúdos, explorar o livro didático, abordar um conteúdo, extrair do programa os conteúdos relativos à aprendizagem dos alunos, etc. (Borges, 2004, p. 203).

Nesse contexto, percebe-se que ser um educador demanda muito mais do que simplesmente seguir um conjunto de atitudes e ações que, muitas vezes, não estão explicitadas nos materiais de formação ou livros didáticos. A prática docente só se desenvolve verdadeiramente por meio das experiências vividas e dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Apesar do extenso processo de formação dos professores, hoje em dia esses profissionais desempenham um papel crucial na vida das pessoas. Contudo, mesmo com essa importância, é evidente que nem sempre recebem a valorização merecida, enfrentando diversos desafios em suas práticas educacionais.

As práticas educativas requerem uma preparação abrangente, envolvendo planejamento, definição de objetivos e uma preocupação genuína em atender às necessidades dos alunos em formação. Assim, o processo de ensino-aprendizagem demanda um esforço contínuo por parte dos profissionais da educação, visando construir conhecimentos significativos para os estudantes. Nessa visão, segundo Oliveira e Bastos (2013)

[...] toda prática docente, que pretende ser educativa, se organiza em torno de objetivos, procedimentos metodológicos, conteúdos e avaliações. Dessa forma, o professor que organiza sua rotina escolar com finalidade de promover reflexões e mudanças no indivíduo que se pretende formar, deve estar atento á realidade do aluno, refletindo continuamente sua ação educativa. (Oliveira e Bastos, 2013, p. 11).

Com isso, todo o processo de ensino-aprendizagem envolve o empenho do professor. No entanto, o docente por vezes enfrenta esgotamento e frustração por se deparar com problemáticas desafiadoras em sua atuação docente em sala de aula. Nessa perspectiva, Nóvoa (2003) afirma que:

A crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não se vislumbram perspectivas de superação a curto prazo. As consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: desmotivação pessoal e elevados índices de absentismo e de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição constante [...] (Nóvoa, 2003, p. 22).

Portanto, os desafios enfrentados pelos profissionais da educação não se limitam apenas ao ensino e à formação dos alunos, mas também abrangem outros aspectos que ultrapassam os limites da sala de aula. Essas situações complexas na atuação docente estão vinculadas às condições de trabalho, desvalorização profissional e outros fatores correlatos.

Um ponto a ser considerado diante das dificuldades enfrentadas pelos professores nos anos iniciais é a formação desses profissionais. A qualidade do ensino está intimamente ligada ao processo de formação inicial dos professores, pois é nesse contexto que eles adquirem as práticas necessárias para refletir sobre sua atuação, promovendo análise e avaliação do seu trabalho pedagógico.

É fundamental notar que o processo de formação para a especialização docente influencia diretamente na prática educacional. Assim, a prática docente é a construção e reconstrução dos saberes teóricos. É crucial que o professor esteja atento para utilizar esses saberes com os discentes. Pimenta (2000, p. 27-28) propõe que "os saberes pedagógicos são uma forma de colaboração com a prática, pois enfrentamos muitos problemas na prática; os saberes teóricos e experiências criam uma interdependência entre saberes e práticas".

Logo, é evidente que a formação inicial do professor impacta diretamente sua atuação em sala de aula. Porém, quando essa formação é inadequada, isso fragiliza sua atuação profissional.

Essa fragilidade na formação inicial e continuada dos docentes, como destacado por Guisso e Gesser (2019), repercute no descompasso entre as necessidades dos estudantes e as capacidades dos próprios professores inseridos nesse contexto. Assim, percebe-se que as

dificuldades enfrentadas pelos professores têm relação direta com a formação insuficiente que receberam, tanto na formação inicial quanto na formação continuada.

Outro desafio enfrentado pelos docentes dos anos iniciais é a falta de apoio familiar, decorrente das diferentes realidades e contextos familiares. Uma das razões para isso é a escassez de tempo dos responsáveis devido ao trabalho. Além disso, há casos em que os pais atribuem exclusivamente à escola e aos professores a responsabilidade pelo processo educativo das crianças. Guisso e Gesser (2019) indicam que:

A relação e a parceria dos profissionais da educação com a família são vivenciadas de forma complexa. Vigora um ideal de família nuclear, e a concepção da função da mulher é, ainda, limitada ao cuidado dos filhos. Muitos professores buscam a parceria com as famílias, porém nem toda parceria é bem-vinda. Pais que questionam os deveres escolares propostos pelos docentes ou participam de outros modos fora do esperado são vistos como desafios aos docentes, na realização do seu trabalho. (Guisso e Gesser, 2019, p. 4).

Para as autoras, a falta de participação da família no processo educacional das crianças representa um desafio para o trabalho docente. É importante destacar que cabe à família fazer parte da educação escolar do aluno, conforme estabelecido na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, que no seu artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado”. Dessa forma, compreende-se que a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do aluno.

O domínio dos conteúdos curriculares também é um fator crítico nas práticas educativas dos anos iniciais do ensino fundamental. A maneira como os professores lidam com os temas do currículo influencia diretamente a construção de conhecimento dos alunos em relação a aspectos sociais, culturais, étnicos, entre outros. Há casos em que professores negligenciam conteúdos de grande relevância, considerando-os parte de outra área do currículo, o que impede a interdisciplinaridade e a flexibilidade no planejamento.

A indisciplina na sala de aula é uma questão que desafia o processo de ensino-aprendizagem. O vínculo afetivo entre professor e aluno desempenha um papel crucial na construção do conhecimento e no desenvolvimento dos estudantes, além de favorecer as práticas educativas do professor. Apesar da indisciplina ser uma presença constante nas salas de aula, há poucos estudos específicos sobre o assunto no Brasil, como mencionam Silva e Pereira (2022), ao afirmar que, embora seja um tema de grande relevância, ainda não dispomos, no Brasil, de uma produção considerável de pesquisas que elegem a indisciplina como objeto específico de análise.

Entretanto, é essencial analisar os aspectos que contribuem para esse desafio

enfrentado pelos profissionais da educação. A indisciplina em sala de aula pode ter várias origens. Conforme Silva e Pereira (2022, p. 3), “a indisciplina é um fenômeno complexo, cuja investigação deve considerar a existência de uma multiplicidade de fatores”. No que se refere a presença desse fenômeno em sala de aula, pode-se destacar a falta de respeito pelo professor e colegas, discussões, agressões físicas e verbais.

A indisciplina surge quando as regras estabelecidas na sala de aula são ultrapassadas e desrespeitadas. Segundo Lopes e Gomes (2012, p. 175), "as questões de disciplina e indisciplina na sala de aula se estabelecem na comunicação pedagógica, que se regula por regras explícitas e implícitas, impostas ou negociadas pelo professor". É importante ressaltar que a interação com as pessoas requer dos professores a aplicação de ações preventivas, mais do que as de controle e repressivas.

Ao refletir sobre as análises fornecidas, fica evidente que o trabalho do professor nos anos iniciais e em todas as etapas do ensino não se limita ao compartilhamento de conhecimento. Trata-se de um processo contínuo, permeado por vivências que moldam suas concepções, métodos de ensino e abordagens pedagógicas. Essas experiências, embora desafiadoras, são fundamentais para o desenvolvimento profissional e aprimoramento do educador. O constante embate envolvendo questões como a indisciplina, a relação com a família, a formação docente e a busca por metodologias eficientes representa oportunidades para reflexão e aprimoramento constante no exercício da docência.

3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): Como normativa da prática docente

A educação no Brasil conta com projetos e documentos que orientam a educação básica no país, visando aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem e elevar o padrão educacional. Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular se destaca como um documento orientador em todo o território brasileiro, conforme descrito no próprio documento mencionado:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação. (PNE). (Brasil, 2018, p. 07).

Como foi dito, a BNCC traz o conjunto de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, além de definir as áreas do conhecimento e as habilidades a serem avaliadas pelos componentes curriculares. Nessa perspectiva, os educadores podem utilizá-la como um guia para elaborar seus currículos e selecionar os conteúdos e habilidades a serem desenvolvidos em seus alunos.

É importante salientar que, ao elaborar os planos de aula, os professores devem priorizar atividades que despertem maior interesse nas crianças, preferencialmente por meio de metodologias ativas, como projetos de ensino e aprendizagem baseados em problemas. Desse modo, é evidente que o enfoque do documento nos anos iniciais está na progressão das múltiplas aprendizagens, especialmente na alfabetização, integrando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando situações lúdicas de aprendizado.

No contexto da relação entre professor e aluno nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC enfatiza que o professor deve ter domínio dos conteúdos em sala de aula e buscar práticas que promovam a alfabetização e o desenvolvimento dos alunos. É fundamental que educador incentive a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, o que pode tornar as aulas mais significativas para os estudantes. No entanto, é importante que os discentes tenham um bom entendimento da BNCC e saibam como aplicá-la de maneira flexível e adaptada à realidade de sua turma, levando em consideração as necessidades e interesses dos alunos, consoante a Rosa e Schinetzler:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (Rosa e Schinetzler, 2003, p. 27).

Além disso, o educador deve estar constantemente em busca de melhores metodologias. De acordo com o documento mencionado anteriormente, o professor precisa ter um plano de ação e planejar suas atividades de ensino para garantir uma aprendizagem significativa em sala de aula.

A BNCC exige que o docente se comprometa com seu desenvolvimento profissional e com a aprendizagem dos estudantes, tendo o desejo e a vontade de garantir que todos sejam capazes de aprender. É destacado também que o professor deve participar da

elaboração do projeto político-pedagógico da escola em que atua e contribuir para a construção de valores democráticos.

A atuação dos professores nos anos iniciais da educação é de extrema importância, pois é nessa fase que são estabelecidas as bases do conhecimento. Professores que trabalham com crianças de 06 a 10 anos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social, intelectual e emocional dos alunos. Eles precisam não apenas mediar o conhecimento, mas também facilitar a aprendizagem, adaptando suas abordagens às necessidades individuais de cada estudante.

A atuação docente nos anos iniciais requer paciência, criatividade e dedicação para criar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e motivador. Além disso, os professores desempenham um papel crucial na promoção de valores, habilidades socioemocionais e na formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento deste estudo partiu de uma análise dos desafios e experiências vivenciadas na prática docente nos anos iniciais. Para isso, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, fundamentado em hipóteses relacionadas ao que se pretende identificar na pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse método inicia-se pela percepção de conhecimentos e pela formulação de hipóteses, mediante uma dedução, ou seja, cria hipóteses sobre um determinado problema a partir de implicações que, posteriormente, serão avaliadas a partir dos resultados da pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa de campo. Esse tipo de estudo visa investigar, observar e realizar a coleta de dados junto a pessoas ou grupos de pessoas. Ele se destina a proporcionar uma visão mais completa do conhecimento, permitindo a exploração do ambiente em questão. Nesse contexto, a pesquisa de campo é uma ferramenta para investigar e compreender o ambiente, observando diretamente como os fatos e fenômenos ocorrem na realidade de uma determinada localidade.

Cabe ressaltar que essa pesquisa também se configura como um estudo descritivo em termos de objetivos. Segundo Gil (2019, p. 57), esse tipo de procedimento "tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno". Nesse sentido, este trabalho descreve de maneira detalhada as práticas dos professores em sala de aula.

Para isso, o primeiro passo foi realizar um estudo sobre o tema em questão, através de um levantamento bibliográfico e documental. Gerhardt e Silveira (2009, p. 71) explicam que

o levantamento bibliográfico obtém dados de fontes escritas, impressas em livrarias e classificadas em bibliotecas. Assim, esta pesquisa utilizou consultas em livros, artigos e dissertações publicadas em bibliotecas digitais como Scielo, CAPES e no Repositório da FAP, delimitando trabalhos científicos relevantes para abordar o tema.

A pesquisa documental foi utilizada para coletar dados por meio de documentos regulatórios, como a BNCC e a LDB, entre outros. A análise dos trabalhos selecionados forneceu uma base teórica para a construção de conhecimentos sobre o tema investigado. Deslandes (2009, p. 16) destaca que os conhecimentos científicos de outros pesquisadores “iluminam nossa pesquisa, sendo denominados teorias”. Portanto, foram buscados autores para construir o referencial teórico com o objetivo de entender as práticas docentes nos anos iniciais do ensino fundamental e investigar os desafios e experiências vivenciadas nessa fase. Adicionalmente, esta pesquisa foca nos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Chapadinha-MA, que conta com um total de 396 professores, de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar (2022).

Quanto à amostragem, a coleta de dados foi realizada na U.I Presidente José Sarney com 6 professores que lecionam do 1º ao 5º ano. Em outra instituição, à qual não foi autorizada a divulgação do nome, intitulada ficticiamente de U.I Santos Dumont, participaram 2 professores que lecionam do 1º ao 3º ano. Pretendia-se inicialmente realizar a pesquisa com 10 sujeitos, porém os professores não se prontificaram a participar, resultando em 08 sujeitos que responderam a um questionário contendo 7 questões abertas e semiestruturadas. O estudo de campo ocorreu entre os dias 6 de novembro de 2023 e 13 de novembro de 2023.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise deste estudo, os professores foram identificados com a notação "P" seguida de uma ordem numérica, organizados como "P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8", sendo que do P1 ao P6 correspondem aos sujeitos da U.I Presidente José Sarney, enquanto que do P7 ao P8 correspondem aos sujeitos da U.I Santos Dumont. Essa forma de catalogação foi adotada para resguardar a identidade dos entrevistados. Inicialmente, foi investigado o tempo de experiência docente nos anos iniciais do ensino fundamental de cada participante. Assim, os professores P1 e P4 relataram atuar há 3 anos. P2 atua há 6 anos, P3 há 17 anos, P5 há 8 anos, P6 há 10 anos, P7 há 23 anos e P8 há 13 anos. Identificar o tempo de experiência proporciona um panorama valioso da trajetória e da vivência desses professores na docência. Considerando a relevância da integração entre teoria e prática no contexto educacional, foi empreendido um

esforço para compreender como os docentes conectam os conhecimentos teóricos à sua prática pedagógica. Nesse sentido, os saberes científicos desempenham um papel crucial no aprimoramento das ações dos educadores. Diante desse contexto, surgiu a necessidade de investigar a existência de eventuais dificuldades enfrentadas pelos professores ao aplicar os conceitos teóricos na prática em suas salas de aula. (Quadro 4).

Quadro 4 - Você sente dificuldade entre a relação de teoria e prática no desenvolvimento do seu trabalho?

P1	“Sim. Pois trabalhar com alfabetização é muito difícil, pois precisamos ter muita criatividade para poder desenvolver nosso trabalho com sucesso”
P2	“Da para relacionar mais não 100%”
P3	“Sim. A teoria distancia da verdadeira realidade”
P4	“Algumas vezes”
P5	“Não sempre é necessário se reinventar e se adaptar a teoria e pratica”
P6	“A prática é muito desafiada mais dá para relaciona a teoria mesmo não perfeito”
P7	“Não”
P8	“Não”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Conforme exposto, os professores P5 e P7 não enfrentam dificuldades em conectar a teoria à prática. Ao analisar a resposta do professor P5, mesmo não encontrando dificuldades, ele resalta a importância da constante inovação e busca por novos conhecimentos para aprimorar sua prática pedagógica. Sob esse viés, conforme apontado por Pimenta (1999), a integração entre teoria e prática é um aspecto essencial no trabalho docente, sendo objeto de investigação na atividade de ensino do professor.

Por outro lado, o professor P3 percebe uma distância entre a teoria e a realidade. Essa percepção está associada à falta de reconhecimento da importância dos conhecimentos adquiridos durante sua formação inicial e continuada. Ambas, quando integradas, possibilitam orientar o ato de ensinar a partir de saberes técnicos e práticos, conforme evidenciam diversos estudos na área educacional. Segundo, Pimenta (2000, p 27-28):

Os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática. Sobretudo se forem mobilizados a partir dos problemas que a prática coloca, entendendo, pois, a dependência da teoria em relação a prática, pois esta lhe é anterior. Essa anterioridade, no entanto, longe de implicar uma contraposição absoluta em relação à teoria, pressupõe uma íntima vinculação com ela.

É fundamental que o professor construa conhecimentos teóricos para desenvolver sua prática, tornando a teoria e a prática inseparáveis na atuação docente.

Considerando os desafios na prática dos professores nos anos iniciais, conforme as

experiências de cada participante da pesquisa, foram obtidas as seguintes informações (Quadro 5).

Quadro 5 - Qual o maior desafio que você enfrentou com a turma dos anos iniciais do ensino fundamental em sua experiência docente?

P1	“Existem várias dificuldades, mais com paciência e determinação encontramos formas para melhor alfabetizar”
P2	“Nível de série com cognitivo de alunos que não leem pais dificultando o trabalho”
P3	“A falta de parceria da família, os diferentes níveis de conhecimento dos alunos.”
P4	“Contribuição da família em todo o processo”
P5	“A falta de incentivo dos pais”
P6	“O maior desafio foi a contribuição da família na frequência e no aprendizado em geral”
P7	“Alunos faltosos. Crianças que passam duas semanas ou mais sem ir à escola.”
P8	“Falta de interesse dos alunos, do acompanhamento da família nas atividades

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

É de conhecimento geral que os professores enfrentam desafios que afetam diretamente o bom desempenho nas atividades pedagógicas em sala de aula. Nesse contexto, P1 destaca a presença de várias dificuldades nas turmas dos anos iniciais. No entanto, destaca a importância da "paciência e determinação" para encontrar soluções que melhorem o processo de alfabetização dos alunos. A partir de sua resposta, percebe-se que sua principal preocupação está nas práticas de alfabetização. Da mesma forma, o relato de P2 aponta a falta de apoio da família durante esse processo, ressaltando que seu desafio está na dificuldade dos alunos em ler e na resistência dos pais, uma visão compartilhada também por P3, P4 e P5, que consideram a falta de participação e incentivo familiar como um dos maiores desafios.

Conforme Guisso e Gesser (2019, p. 4), "a participação da família na escola está diretamente associada à vida escolar dos filhos". O desempenho do aluno também depende do acompanhamento dos pais, incluindo a participação em reuniões escolares, atividades pedagógicas e orientação em atividades extras. Além disso, a educação do aluno é um dever da família, conforme garantido na Constituição Federal e nas diretrizes educacionais. A LDB dispõe que:

Art.2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996).

Por conseguinte, outro desafio identificado foi a frequência dos alunos. Os sujeitos P6 e P7 afirmam que um dos desafios é a ausência dos alunos na escola, fator também causado

pela ausência da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante o direito à permanência do aluno na escola em seu art. 3º, inciso I, que estabelece o seguinte princípio: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Assim, a frequência do aluno é crucial para seu aprendizado, já que sua presença possibilita um acompanhamento e mediação mais eficientes do professor no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a ausência resulta no atraso do desenvolvimento do aluno, provocando lacunas em seu conhecimento.

Ademais, ao analisar os desafios enfrentados na docência nos anos iniciais, nota-se a necessidade de investigar as estratégias para melhorar as práticas docentes nas instituições escolares, sob a perspectiva dos professores (Quadro 6).

Quadro 6 - Em sua opinião, quais as estratégias poderiam ser desenvolvidas nesta escola para melhorar as ações pedagógicas?

P1	“As estratégias são várias, mas usamos principalmente o diálogo entre família e escola, pois é fundamental para se ter êxito.”
P2	“Mutirão de alfabetização para desenvolver os conteúdos propostos”
P3	“Oficinas que favoreçam um melhor aprendizado.”
P4	“Ações de oferta e mais envolvimento família e escola para que a família se conscientize do papel na participação da alfabetização dos alunos”
P5	“Nesta escola muitas ações já são desenvolvidas”
P6	“Oficina que envolve mais e família para uma efetivação”
P7	“Acredito que nesse momento a escola precisa criar ações para conscientizar as famílias sobre a frequência escolar, pois isso de certa forma vem prejudicando o aprendizado das crianças que estão em fase de alfabetização.”
P8	“Investir em novas abordagens, adotar propostas colaborativas”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Diante das respostas dos docentes, P8 propôs investir em novas abordagens. Portanto, é fundamental que o professor recrie suas práticas para promover o aprendizado dos alunos. Além disso, as novas abordagens inovadoras surgem como soluções para aprimorar a atuação do educador.

Nas respostas de P1, P4, P6 e P7, foram apresentadas estratégias que envolvem a participação da família. Portanto, como mencionado anteriormente, o acompanhamento dos pais e da família é crucial para o desenvolvimento do processo de alfabetização e aprendizagem do aluno.

Em concordância, a educação inovadora não apenas contribui para o avanço educacional, mas também favorece a integração da família no processo formativo do estudante. Segundo P1, esse diálogo é fundamental para alcançar êxito. Outra estratégia destacada pelos participantes baseia-se na preocupação com a alfabetização dos alunos. De acordo com P2 e

P4, é fundamental promover propostas específicas para a alfabetização. Isso requer que os professores nos primeiros anos de escolaridade auxiliem os alunos no desenvolvimento de habilidades e competências quanto à leitura e à escrita, conforme preconiza a BNCC:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (Brasil, 2018, p.59).

Portanto, as estratégias e ações são significativas para aprimorar as práticas docentes que influenciam diretamente na educação dos alunos. Considerando a importância de aprimorar as práticas dos professores e com base nas propostas apresentadas pelos participantes, analisou-se a situação no município para verificar se a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oferece suporte para a implementação de novas ações educativas pelos professores (Quadro7).

Quadro 7- A Secretária Municipal de Educação oferece orientações para melhorar as práticas docentes? Caso a resposta seja positiva, descreva quais tipos de orientações são realizadas?

P1	“Sim-atraves de capacitações que são realizadas.”
P2	“Sim. sempre”
P3	“Sim. Formações continuadas, palestras, encontros pedagógicos”
P4	“Sim. bastante”
P5	“Constantemente”
P6	“Sim, sempre formações oficinas e suportes psicopedagógicos”
P7	“Sim, são realizadas formações com o objetivo de melhorar e inovar as práticas pedagógicas”
P8	“Sim, na formação dos professores”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Conforme os resultados dessa investigação (Quadro 7), os dados demonstram que a SEMED oferece regularmente formação continuada aos professores. Segundo P7, essas formações visam "melhorar e inovar as práticas pedagógicas". Além disso, de acordo com P3, essas formações são realizadas por meio de palestras e encontros pedagógicos, enquanto P6 destaca que também são conduzidas por meio de oficinas e suporte psicopedagógico. Nesse contexto, a LDB estipula que os municípios devem oferecer formação continuada aos professores, como mencionado em seu artigo 62, parágrafo 1, que estabelece: "A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em colaboração, devem promover a formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais do magistério" (Brasil, 1996).

Adicionalmente, Pimenta (2000) enfatiza que a formação continuada é um elemento

que ressignifica a identidade do professor, conferindo-lhe uma nova perspectiva sobre o perfil docente. Pimenta afirma que:

[...] trabalhar o conhecimento na dinâmica da sociedade multimídia, da globalização, da multi-culturalidade, das transformações nos mercados produtivos, na formação dos alunos, crianças e jovens também eles em constante processo de transformação cultural, de valores, de interesses e necessidade, requer, permanente formação, como re-significação identitária dos professores. (Pimenta, 2000, p.87).

Nessa perspectiva, a formação continuada se mostra fundamental para a preparação e aprimoramento dos profissionais da educação. A busca por novos conhecimentos deve ser um exercício constante para o educador. Diante das mudanças e das demandas sociais, é essencial que o professor seja crítico e reflexivo em sua atuação, adequando suas práticas às necessidades e à realidade contemporânea na qual os alunos estão inseridos. As formações oferecidas aos educadores proporcionam a ampliação de saberes, integrando-os ao cenário atual da educação escolar.

Adicionalmente, a autoavaliação se mostra como um elemento crucial para que o docente renove suas práticas de ensino. A compreensão da avaliação que os professores dos anos iniciais fazem de suas próprias práticas foi um dos objetivos fundamentais deste estudo (Quadro 8).

Quadro 8 - Como você avalia sua prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental?

P1	“Avalio como um processo de aprendizado, pois cada dia temos novos conhecimentos para fazermos um bom trabalho.”
P2	“Desafiadora”
P3	“Acho que é boa, me dedico para dá o melhor na sala de aula”
P4	“Muito prazerosa e desafiadora”
P5	“Um desafio mais gratificante”
P6	“Muito boa pois me dedico e me esforço muito”
P7	“Primeiramente com afetividade, sempre buscando contribuir para a construção de pessoas com valores, valorizo a relação entre professor e aluno. Sempre foco na aprendizagem continua e troca constante entre ambos”
P8	“Através dos planejamentos de aula, na didática e no nível de conhecimentos dos alunos.”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Com base nos depoimentos de P2, P3, P4, P5 e P6, percebem-se argumentos similares, uma vez que avaliar a prática docente é um desafio compartilhado por todos eles. No entanto, ressalta-se a importância do esforço e dedicação, que demandam do educador uma postura curiosa e investigativa, visando encontrar novas abordagens para aprimorar sua atuação na docência. Nessa mesma linha de pensamento, Freire (1996) destaca que ensinar requer

pesquisa, indicando a constante busca por aprimoramento. Nas palavras do autor:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996, p. 14).

Quando um professor se dedica à sua prática, isso demonstra seu comprometimento em oferecer um ensino inovador, impulsionado pela busca contínua por novas abordagens. Além disso, segundo o relato de P1, o ato de avaliar torna-se uma oportunidade de aprendizado, permitindo a construção de novos conhecimentos que beneficiam a prática docente. Por meio da autoavaliação, o professor é capaz de identificar as mudanças necessárias em seu planejamento, alinhando-as com a realidade do ensino-aprendizagem de seus alunos.

Por outro lado, para P7, a avaliação ocorre por meio da interação entre professor e aluno. Essa relação contribui significativamente para que o educador trabalhe de forma mais efetiva, permitindo o conhecimento das particularidades individuais de seus alunos. Nessa visão, Lopes e Gomes (2012) afirmam que os professores: “[...] buscam ansiosamente meios para compreender os processos sociais na sala de aula e as alternativas que o auxiliem a proporcionar um clima de convivência propício ao desenvolvimento da aprendizagem. (Lopes e Gomes, 2012, p.262)”.

Assim, a relação positiva entre professor e aluno se reflete diretamente no processo de aprendizado, permitindo que o educador adquira conhecimentos prévios sobre as dificuldades, habilidades, realidade e interesses individuais de seus alunos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância de valorizar as experiências vividas pelos educandos nos anos iniciais, promovendo uma contribuição significativa para a construção do conhecimento. pois dispõe que:

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar. (Brasil, 2018, p. 58-59).

A organização do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, em conformidade com a BNCC, demanda uma abordagem centrada no aluno. Essa abordagem deve considerar as peculiaridades, valores e conhecimentos específicos desse grupo, promovendo métodos de aprendizagem que valorizem suas características individuais. Dessa forma, a educação

oferecida na escola torna-se mais relevante e significativa para os estudantes. O relato de P8 evidencia que sua avaliação da prática pedagógica está alinhada com os princípios da BNCC, visto que ele avalia seu desempenho a partir do planejamento, da didática e do conhecimento dos alunos, buscando atender às necessidades individuais de cada estudante.

A autoavaliação, aliada às experiências vivenciadas em sala de aula, permite a identificação de problemas e a apresentação de soluções para os desafios enfrentados na prática docente. Nesse sentido, Pimenta (2000) explica que:

Nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, tais como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora [...] (Pimenta, 2000, p. 83).

Portanto, é de suma importância investigar propostas que visem implementar abordagens didáticas inovadoras. A partir das percepções dos participantes entrevistados, buscou-se identificar sugestões que possam aprimorar a prática docente diante dos desafios e das experiências vivenciadas na docência, conforme demonstrado no (Quadro 9) a seguir.

Quadro 9 - De acordo com os desafios e experiências que você já vivenciou na docência, quais soluções você considera que pode melhorar sua prática docente?

P1	“Maior participação da família na vida escolar de seus filhos”
P2	“União dos esforços em busca da leitura fluente”
P3	“Buscar métodos para melhorar alfabetizar os alunos”
P4	“Uma mobilização para completar no processo de alfabetização dos alunos”
P5	“Família na escola em parceria”
P6	“Nunca desistir do aluno mesmo que ele não tenha apoio da família é possível ter o melhor dele”
P7	“O professor precisa ser curioso, buscar sempre apontar novos sentidos para o que fazer para os meus alunos. Acredito que preciso considerar novas práticas para essa geração da tecnologia, internet, rede sociais e outros.”
P8	“Adotar proposta que ajude nas dificuldades do aluno, praticar e realizar ainda mais atividades lúdicas.”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Considerando os resultados apresentados, é possível observar que P1, P5 e P6 estão buscando soluções para lidar com os desafios relacionados à ausência da família na vida escolar dos alunos. P6 enfatiza a importância de o professor não desistir do aluno, mesmo diante da falta de apoio familiar. Outra sugestão levantada diz respeito à alfabetização: P2, P3 e P4 propõem a adoção de métodos e iniciativas para aprimorar o processo de alfabetização dos alunos, uma proposta de extrema relevância para o campo educacional. Para Castro e Teixeira

(2019):

No tocante á alfabetização, sigamos empenhados no esforço em se criar estratégias capazes de organizar um determinado conhecimento dispor de formas diferentes para que o direito à educação de efetive. Por consequência, acarretará em melhorias da qualidade da alfabetização das crianças brasileiras. (Castro e Teixeira, 2019, p.92).

Assim, é fundamental que os professores, juntamente com a escola, se dediquem à elaboração de métodos que visem aprimorar o processo de alfabetização dos alunos. Cabe às instituições escolares implementarem um currículo inovador, buscando a melhoria na aprendizagem dos alunos e contribuindo para que o trabalho docente realize atividades de alfabetização significativas. Além disso, na contemporaneidade, o docente também precisa estar atento às inovações presentes na sociedade. Nesse sentido, P7 sugere a consideração das práticas relacionadas ao uso dos meios tecnológicos.

Para tanto, a tecnologia é uma ferramenta que busca reinventar a educação tornando o ensino apto a realidade atual, possibilitando conhecimentos alinhados as mudanças e ao dia a dia dos estudantes, visto que a tecnologia faz parte das vivências da geração contemporânea. Por conseguinte, P8 apresenta como sugestão adotar atividades lúdicas para melhorar o aprendizado dos alunos. Nisso, a ludicidade é uma atividade pedagógica que permite ao aluno desenvolver a aprendizagem a partir da imaginação e da interação com o meio em que vive. A BNCC (2018, p. 17) estabelece que, nas aprendizagens, é essencial “conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens”. Logo, as práticas lúdicas propiciam esse engajamento. Além disso, o documento curricular também valoriza as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em síntese, os resultados obtidos foram de grande relevância para análise da pesquisa, dado que, com as contribuições dos sujeitos, tornou-se viável compreender as experiências e identificar os desafios vivenciados no cotidiano da docência, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental. Observou-se ainda que os professores estão preocupados em solucionar problemáticas que envolvem a participação efetiva da família, para que seja possível melhorar o processo de alfabetização e a frequência dos discentes na escola.

6 CONCLUSÃO

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental são a etapa essencial para a construção do sujeito perante a sua vivência na sociedade, organizada para trabalhar os interesses dos alunos, considerando os seus conhecimentos já desenvolvidos durante a etapa da educação infantil. A

ação docente nessa faixa etária causa inquietações para o trabalho do educador, pois apresenta algumas adversidades que necessitam o desenvolvimento de propostas que visem solucionar as dificuldades encontradas no âmbito escolar.

Ao examinar o contexto histórico da prática docente, observou-se que a prática tradicional tem sido uma constante no ambiente educacional desde os períodos mais antigos. Essa prática é caracterizada por um ensino técnico no qual o professor é visto como o principal transmissor de conhecimento. No entanto, com as transformações na educação, houve uma proposta para romper com a pedagogia tradicionalista por meio de novas políticas educacionais. Apesar disso, na atualidade, ainda se busca manter uma postura contrária a essa prática.

Posteriormente, ao identificar as práticas docentes que visam atender a necessidade de suprir novas abordagens, foi apresentada a BNCC, que estabelece uma visão sobre práticas que atendam às necessidades e particularidades dos alunos, bem como desenvolve habilidades e competências que os estudantes têm o direito de construir durante a etapa da educação básica. A partir desta pesquisa, foi possível atingir os objetivos específicos por meio da fundamentação teórica conduzida pela pesquisa bibliográfica e documental. Assim, o objetivo principal também foi alcançado, uma vez que se buscou analisar os desafios e experiências vivenciadas na prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa de campo revelou que a falta de envolvimento da família no acompanhamento do aprendizado do aluno dificulta o desenvolvimento intelectual do estudante. Outro problema identificado na pesquisa foi os desafios no processo de alfabetização dos alunos. Observou-se que essa situação também está ligada à ausência de acompanhamento da família. Portanto, essa consequência prejudica o trabalho do professor e retarda o progresso de aprendizagem do aluno

Logo, mesmo diante dos obstáculos e desafios presentes na realidade do ensino nos anos iniciais, é necessário que o professor faça um esforço considerável para assegurar que o aluno tenha interesse em construir conhecimentos significativos para sua formação como cidadão e receba o apoio da equipe escolar para realizar um bom trabalho. Assim, entende-se que não é possível resolver completamente essa questão, mas é essencial que as instituições escolares realizem ações atraentes para os pais e responsáveis, oferecendo espaços de escuta e acolhimento para orientar a família a se envolver na vida escolar do aluno e compreender a importância de seu papel na educação e aprendizado do estudante.

Além disso, conclui-se que, diante do problema sobre o processo de alfabetização, sugere-se que os professores precisem possibilitar a alfabetização por meio da interdisciplinaridade, da ludicidade e buscar constantemente novos conhecimentos que

promovam a reinvenção da forma de alfabetizar, levando em conta as dificuldades e habilidades de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.
- BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da Educação Básica e seus saberes profissionais**. 1ª edição, Araraquara-SP, JM Editora, 2004, PP. 161-217.
- CASTRO, Luciana; TEIXEIRA, Beatriz de B. **A FORMAÇÃO INICIAL PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR**. Presidente Prudente, 2019.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- GUISSO, Luciane; GESSER, Marivete. **Docência e Processos de Escolarização: Desafios nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOPES, Rosilene B; GOMES, Candido A. **Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?** Rio de Janeiro: Educa, 2012.
- NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor**. 2. ed. Lisboa: Porto, 2003.
- OLIVEIRA, Lillyan Rosa de; BASTOS, Raimunda Almeida. **A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL: um olhar reflexivo ao papel do professor no contexto escolar**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade do Baixo Parnaíba, Chapadinha, 2013.
- PACHALSKI, Lissa; NORNBORG, Marta. **Teoria e Prática na Docência nos Anos Iniciais: Dimensões (IN)Dissociáveis?** Campinas: Educação Temática Digital, 2019.
- PIMENTA. **Formação de professores: saberes e a identidade da docência**. In: PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

ROSA, M. I. P.; SCHNETZLER, R. P. **A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências.** Ciência & Educação. Bauru, v. 9, n. 1, p. 27-39, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema do contexto brasileiro.** Campina: Revista Brasileira de Educação, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Luciano C; PEREIRA, Edilaine A.S. **Percepções sobre o comportamento de indisciplina de meninas e meninos na escola.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 202.

Informações:
(98) 3471 1955
www.fapeduca.com